

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM EDUCAÇÃO

JUMARA SERAPHIM PEDRUZZI

**A ESCOLA NORMAL DE OURO PRETO: INSTITUIÇÃO E FORMAÇÃO  
DOCENTE NO CONTEXTO EDUCACIONAL MINEIRO DO SÉCULO XIX  
(1835-1889)**

Mariana  
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM EDUCAÇÃO

JUMARA SERAPHIM PEDRUZZI

**A ESCOLA NORMAL DE OURO PRETO: INSTITUIÇÃO E FORMAÇÃO  
DOCENTE NO CONTEXTO EDUCACIONAL MINEIRO DO SÉCULO XIX  
(1835-1889)**

Dissertação apresentada à banca examinadora para a obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação – Mestrado da Universidade Federal de Ouro Preto.

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Instituição escolar, formação e profissão docente.

Orientador: Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino.

Mariana  
Março de 2016

P372e

Pedruzzi, Jumara Seraphim.

A Escola Normal de Ouro Preto [manuscrito]: instituição e formação docente no contexto educacional mineiro do século XIX (1835-1889) / Jumara Seraphim Pedruzzi. - 2016.

168f.: il.: tabs.

Orientador: Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Área de Concentração: Educação.

1. Ouro Preto (MG). 2. Professores - Formação. 3. Educação - Século XIX. I. Jardimino, José Rubens Lima. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 377.8




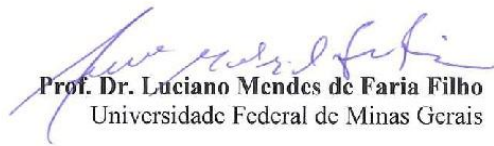
**Jumara Seraphim Pedruzzi**

"A Escola Normal de Ouro Preto: Instituição e Formação Docente no contexto educacional mineiro do século XIX (1835-1889)".

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFOP, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

  
**Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino (Orientador)**  
Universidade Federal de Ouro Preto

  
**Profa. Dra. Juliana Cesário Hamdan**  
Universidade Federal de Ouro Preto

  
**Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho**  
Universidade Federal de Minas Gerais

*Dedico esta Dissertação de Mestrado à minha  
amada mãe Juliana Maria Seraphim Pedruzzi  
e ao meu saudoso pai Gelindo Pedruzzi.*

*O amor de vocês é que me trouxe até aqui!*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a minha querida mãe Juliana, que sempre esteve ao meu lado, auxiliando-me com seu amor, gestos, palavras e orações, e ao meu saudoso pai Gelindo, que em vida nunca deixou de lutar pela minha educação e que, ainda hoje, continua me enviando ESPERANÇA sempre que preciso. Sou grata também às minhas irmãs Gláucia e Josiane pelo apoio, pelos conselhos, pelas revisões e por serem as minhas melhores amigas. E ao meu cunhado André pelas inúmeras caronas que me ofereceu para que eu fizesse o trajeto ES/Mariana.

Agradeço de maneira especial ao meu orientador, o professor Dr. José Rubens Lima Jardimino, por todos os conhecimentos e aprendizados que me proporcionou nestes quase seis anos de orientação e de convivência acadêmica. Com certeza, muito da minha formação como iniciante pesquisadora eu devo aos seus ensinamentos, incentivos e ao nosso trabalho conjunto. Muito obrigada por tudo!

Gostaria de agradecer ao professor Dr. Marcus Vinícius Fonseca pelas sugestões e pelas fontes que me indicou para a construção deste trabalho. À Andressa, Doan e Luis, por me enviarem seus textos que serviram como alguns dos referenciais para a escrita desta Dissertação. Meus agradecimentos também a CAPES pelo auxílio e financiamento para a realização desta pesquisa.

Manifesto a minha gratidão à República Clube da Luta e aos amigos que conviveram comigo nesta casa. A todos os colegas da turma do PPGE de 2014 com os quais compartilhei esta trajetória, em especial: Nayara, Thais, Thamyres, Karine, Aline e Rômulo. Igualmente, agradeço aos companheiros dos grupos FOPROFI e OBEDUC pelas trocas de informações, conhecimentos e experiências, e a Valdete e Daiane pelo auxílio nessa reta final.

Gostaria de agradecer, ainda, a todos os amigos que estiveram do meu lado neste percurso, dando-me ânimo e me incentivando nos momentos mais difíceis. Sou grata, de maneira particular, àqueles que revisaram meus textos, abrigaram-me em suas casas para que eu pudesse pesquisar em BH, e me deram dicas e sugestões sobre como melhor construir este trabalho: Stephanie, Náthali, Carol, Pedro, Baiano, Léo, Iva, Jo, Bianchi, Bazuca e Lula.

Por fim, agradeço de maneira geral a todas as pessoas que eu não pude citar aqui, mas que, de uma maneira ou de outra, me auxiliaram para que eu chegasse até este momento e para que pudesse concluir com êxito mais esta etapa da minha vida. Sou grata principalmente a Deus que enche a minha vida de bênçãos, e a São Domingos Sávio por nunca me faltar.

## RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado insere-se nos estudos sobre história das instituições escolares e/ou educativas e formação docente. Possui como objeto a Escola Normal de Ouro Preto, desde o ato de sua criação em 1835, até o final do período imperial, em 1889. Estabelece como objetivo compreender, através da análise da bibliografia e documentação referente à Escola Normal e a instrução pública mineira no recorte indicado, o processo de implantação e funcionamento da referida instituição formadora no contexto imperial, focalizando principalmente seus momentos de crise e reestruturação ao longo do século XIX e ao seu funcionamento a partir da década de 1870. Pela análise das fontes utilizadas nesta investigação foi possível entender que, assim como as outras instituições de formação implantadas na primeira metade do século XIX no Brasil, a de Ouro Preto também passou por uma série de dificuldades para se estabelecer, fechando suas portas por duas vezes, no recorte da investigação. Muitos são os motivos atribuídos ao fechamento da Escola Normal em suas duas primeiras fases, entre eles, é possível destacar a falta de professores qualificados para regê-la, a baixa procura do público em frequentá-la, a falta de aplicabilidade prática dos métodos ministrados em seu interior, e a alegada escassez de recursos financeiros do governo provincial para mantê-la. Porém, na década de 1870 presencia-se o restabelecimento definitivo da Escola Normal de Ouro Preto no contexto do século XIX. Pela análise das fontes constatou-se que esta passou a funcionar com relativa estabilidade na sua terceira fase, percebeu-se também a inversão de gênero no corpo discente da instituição a partir de 1872, e o destaque de seus docentes no cenário intelectual mineiro da época. Ainda assim, a Escola não deixou de enfrentar muitas dificuldades neste contexto, sobretudo de ordem estrutural e no que tange ao cumprimento pleno de seu principal objetivo: formar docentes para atuarem no magistério primário público mineiro. Entretanto, apesar dos problemas e dos períodos de instabilidades vividos ao longo do século XIX, não é possível deixar de pontuar a relevância e centralidade da Escola Normal de Ouro Preto neste contexto, sendo esta a primeira instituição mineira a tentar fornecer - mesmo que muitas vezes com pouco sucesso e passando por muitas dificuldades - uma formação específica para os professores primários mineiros, em um período em que ainda se construía a ideia da necessidade da formação e da profissionalização docente em Minas Gerais e também no Brasil.

**Palavras-chave:** Escola Normal de Ouro Preto; Formação de Professores; Educação no século XIX.

## ABSTRACT

This Master's Thesis is a part of the history studies about School Institutions and Teachers Training. The focus of this study is the Normal School of Ouro Preto city, from the time of its creation in 1835 until the end of the imperial period in 1889. The purpose is to understand through the analysis of literature and documentation about Normal School and the Public Education in Minas Gerais in the indicated period; the implementation process and functioning of that educational institution in the imperial context, particularly focusing on moments of crisis and restructuring throughout the nineteenth century and their operations from the decade of 1870. By the analysis of the documents used as sources for this research, was possible to understand that as well as other training institutions established in the first half of the nineteenth century in Brazil, the Ouro Preto's Normal School also went through a lot of difficulties to establish itself, as we can see by the two times that this establishment close its doors. Many are the reasons attributed to the shutdown of the Normal School in its first two phases, between them, it is possible to highlight the lack of qualified teachers to rule it, low demand of teachers to attend it, the lack of practical applicability of the given methods in its interior and the alleged lack of financial resources by the provincial government to keep it. But in the 1870 was notable the definitive restoration of Ouro Preto's Normal School in the context of the nineteenth century. Through the analysis of the documents we found out that the Normal School was functioning with relative stability in its third phase, also realized that from 1872 was a change in the gender of the students that frequent the institution, and the stand out of their teachers in the intellectual scene of Minas Gerais. Still, the school has continued to face many difficulties in this context, particularly structural and with respect to full compliance with its primary objective: to train teachers to work in the public system of primary education in Minas Gerais. However, despite these problems and periods of instability experienced throughout the nineteenth century, we cannot fail to point the relevance and centrality of Ouro Preto Normal School in this context, as it was the first institution of Minas Gerais that try to provide - even if often without success and going through many difficulties - specific training for primary school teachers in Minas Gerais in a period which was still building the idea of the need for teacher's training and professionalization in Minas Gerais and Brazil.

**Keywords:** Ouro Preto's Normal School; Teacher training; Education in the nineteenth century.



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

APM – Arquivo Público Mineiro

BN – Biblioteca Nacional

DEEDU – Departamento de Educação

FOPROFI – Grupo de Pesquisa Formação e Profissão Docente

ICHS – Instituto de Ciências Humanas e Sociais

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

## LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

FIGURA 1.....	88
FIGURA 2.....	109
FIGURA 3.....	110
QUADRO 1.....	87
TABELA 1.....	95
TABELA 2.....	95
TABELA 3.....	124
TABELA 4.....	124
TABELA 5.....	124

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
1. EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: O DEBATE SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA E A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA ESCOLA NORMAL DA PROVÍNCIA .....	24
1.1 Instrução como instrumento civilizador: educação nas primeiras décadas do século XIX no Brasil e em Minas Gerais .....	24
1.2 A discussão sobre o método: a busca pelo melhor modelo de ensino nas primeiras décadas do século XIX em Minas Gerais .....	31
1.3 A Escola Normal de Ouro Preto – da criação à instalação: antecedentes.....	36
1.4 A instalação da Escola Normal de Ouro Preto em sua primeira fase e a efemeridade de seu funcionamento.....	40
2. A ESCOLA NORMAL DE OURO PRETO EM MEADOS DO SÉCULO XIX: UM PERCURSO MARCADO POR INSTABILIDADES.....	50
2.1 O problema da formação do professor e o anúncio da criação de uma nova Escola Normal na província.....	50
2.2 Segunda fase: o reestabelecimento do instituto normal ouro-pretano e a discussão sobre o método .....	55
2.3 Mais uma crise: a suspensão pela segunda vez da Escola Normal de Ouro Preto .....	59
2.4 A longa ausência: o período de inatividade do centro de formação docente de Ouro Preto.....	63
2.4.1 O período de “silêncio” .....	63
2.4.2 Tentativa de reestabelecimento da Escola Normal no final da década de 1850 .....	66
2.4.3 A intensificação do debate sobre a formação docente na década de 1860.....	67
3. NOVOS TEMPOS: O RESSURGIMENTO DA ESCOLA NORMAL DE OURO PRETO NA DÉCADA DE 1870.....	73
3.1 O projeto de universalização da educação elementar e o reflorescimento das escolas normais na década de 1870 .....	73
3.2 A reforma na instrução pública mineira através da lei nº 1. 769.....	77
3.3 O regulamento nº 62 e o restabelecimento da Escola Normal de Ouro Preto.....	80
3.3.1 As instalações do Liceu mineiro e da Escola Normal .....	80
3.3.2 O regulamento nº 62.....	83
3.3.3 O início da livraria da Escola Normal de Ouro Preto .....	86
3.4 Funcionamento e corpo discente da Escola Normal de Ouro Preto na década de 1870.	91
3.4.1 O percurso da Escola Normal de Ouro Preto na década de 1870 .....	91
3.4.2 O corpo discente da Escola Normal ouro-pretana na década de 1870.....	94

4. A ESCOLA NORMAL DE OURO PRETO NA DÉCADA DE 1880: INSTITUIÇÃO, SUJEITOS E FORMAÇÃO DOCENTE NOS ANOS FINAIS DO IMPÉRIO .....	100
4.1 O regulamento nº 100: modificações no funcionamento das escolas normais da província .....	100
4.1.1. A demanda por reformas .....	100
4.1.2. O regulamento nº 100.....	102
4.2 A Congregação de Professores da Escola Normal de Ouro Preto e a discussão sobre o espaço físico da instituição .....	106
4.2.1. A Congregação de Professores da Escola Normal.....	106
4.2.2. A busca pela construção de um prédio próprio para a Escola Normal .....	108
4.3 Os sujeitos da Escola Normal.....	116
4.3.1 Os docentes.....	116
4.3.2 O corpo discente.....	123
4.3.3 A turma de 1883.....	126
4.4 Saberes pedagógicos ministrados na Escola Normal de Ouro Preto .....	132
4.5 A insatisfação governamental com as escolas normais da província .....	136
4.6 A Escola Normal de Ouro Preto na década de 1880: percalços e êxitos .....	141
CONCLUSÕES .....	144
FONTES CONSULTADAS.....	152
ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO .....	152
LEGISLAÇÃO.....	154
OBRAS .....	154
PERIÓDICOS MINEIROS.....	155
RECENSEAMENTO .....	156
RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS .....	156
SITES CONSULTADOS.....	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	162

## INTRODUÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado possui como objeto a Escola Normal de Ouro Preto, desde o ato de sua criação, em 1835, até o final do Império, em 1889<sup>1</sup>. Estabelece como finalidade compreender, através de análise bibliográfica e documental, a trajetória dessa instituição formadora ao longo do período imperial brasileiro, dando foco especial aos seus períodos de crise e reestruturação ao longo do século XIX e ao seu funcionamento a partir da década de 1870. O trabalho possui como referencial teórico principal os estudos sobre a história das instituições escolares e/ou educativas e formação de professores. A pesquisa baseia-se também em pressupostos da história cultural.

A criação da Escola Normal de Ouro Preto na primeira metade do século XIX constitui elemento de um projeto civilizatório nacional cuja construção se buscava após a independência do Brasil. Dessa forma, a partir de um plano de instrução pública, o governo brasileiro pretendia situar o recém-criado Império no rol das nações ditas “modernas” e “civilizadas”.

À vista disso, em 1827 entra em vigor no Brasil a primeira lei sobre a instrução pública imperial. Já no contexto mineiro, a primeira norma que se propunha a regular o tema data de 1835, um ano após o Ato Adicional de 1834, que atribuía às províncias a responsabilidade pelo ensino primário e secundário. A Escola Normal de Ouro Preto, por sua vez, foi criada mediante o artigo 7º da lei nº 13, no dia 28 de março de 1835, sendo a primeira Escola dessa natureza instituída em Minas Gerais, na então capital da província, a cidade de Ouro Preto<sup>2</sup>.

Contudo, a referida instituição é marcada por períodos descontínuos de atividade: efetivamente estabelecida apenas em 1840 – cinco anos após a sua criação legal – foi fechada dois anos depois e reaberta em 1847. Em 1852 a Escola é novamente fechada, tornando à

---

<sup>1</sup> É importante frisar que a presente investigação não possui como finalidade analisar com detalhes todos os anos da Escola Normal de Ouro Preto durante o período imperial brasileiro. Neste trabalho propõe-se estudar com mais afinco os momentos de crise e reestruturação da instituição durante o século XIX, e também analisar o seu funcionamento a partir do início de sua terceira fase, em 1870. Ou seja, neste estudo serão discutidos e analisados alguns pontos e momentos importantes da Escola Normal da então capital de Minas Gerais em meio ao recorte estipulado.

<sup>2</sup> A escolha do objeto de investigação justifica-se, entre outras coisas, pelo fato dessa Escola ter sido a primeira a ser implantada na província de Minas Gerais e em sua então capital. Além disso, Ouro Preto encontra-se, atualmente, no perímetro denominado “Região dos Inconfidentes”, localidade esta privilegiada pelos estudos do Grupo de Pesquisa Formação e Profissão Docente – FOPROFI do Departamento de Educação DEEDU/ICHS/UFOP, no qual esta investigação se insere. Esse trabalho, portanto, se propõe a contribuir para a construção de um percurso histórico da formação docente no século XIX, em âmbito regional.

atividade somente quase vinte anos depois, em 1872. Foi com a lei nº 1.769 de 1871, que a reabertura da Escola Normal de Ouro Preto tornou-se definitiva no contexto do século XIX.

Dessa forma, e levando em consideração estes apontamentos, a presente investigação possui como objetivos: compreender os processos de implantação, fechamentos e reaberturas da Escola Normal de Ouro Preto no período relevado dessa pesquisa; perceber a organização didático-pedagógica da instituição, através de seus sujeitos, currículos e atos administrativos da direção; estudar o processo histórico da formação de professores na região durante o século XIX, tendo a Escola Normal de Ouro Preto como foco de análise; e, por fim, identificar a proposta de formação docente orientada pela política mineira do período.

Assim, a partir desses objetivos, esta pesquisa pretende contribuir para o conhecimento desta importante instituição formadora<sup>3</sup> no período imperial brasileiro. Mediante o estudo do centro de ensino (implantação e funcionamento) e seus atores (alunos e professores), busca-se compreender: quem eram alunos formados pela Escola Normal? Quem eram os professores? Qual era a organização didático-pedagógica dessa instituição? O que se esperava como modelo ideal de professor? Além disso, este estudo busca atentar especificamente para os períodos de instabilidade da referida instituição escolar, com sucessivos fechamentos e reaberturas e as suas motivações. Logo, questiona-se: o que determinou o fechamento em dois momentos (1842/1852) da Escola Normal de Ouro Preto? O que motivou os processos de reabertura dessa Escola (1847/1872)? Eis, pois, as questões que norteiam o presente trabalho.

O estudo ora apresentado está organizado em duas partes. No primeiro momento tratar-se-á sobre a trajetória da Escola Normal de Ouro Preto em suas duas primeiras fases, dando foco especial para as suas crises, fechamentos, reaberturas, e os períodos em que ela esteve inativada nesta época. Considerou-se relevante trabalhar este recorte porque é nele que começava a se construir a ideia da formação docente no Brasil através das escolas normais. A análise deste período também evidencia as dificuldades enfrentadas pelos primeiros cursos normais brasileiros para se consolidarem como centros formadores. Além disso, buscou-se nesta investigação entender a trajetória da Escola Normal de Ouro Preto a partir dos momentos em que esta esteve em funcionamento, mas também nos períodos em que ela esteve inativada. Por fim, optou-se por trabalhar os contextos de instabilidade vivenciados pela instituição em questão, em razão da ausência de pesquisas sobre o assunto.

---

<sup>3</sup> Neste trabalho as expressões “instituição formadora”, “centro formador”, “centro normal” ou “instituto formador” serão usadas de maneira equivalente ao termo “Escola Normal”.

A segunda parte do trabalho é dedicada ao estudo mais aprofundado do funcionamento da instituição a partir de sua reabertura em 1872, quando inicia-se a sua terceira e última fase no contexto do século XIX. Serão estudadas com mais detalhes as décadas de 1870 e 1880 devido ao fato desta época ter sido palco do reflorescimento e aperfeiçoamento das escolas normais em todo o Brasil e em Minas, e também por este período presenciar o processo de feminização no magistério primário. Além disso, é nesta época que o instituto formador da então capital mineira passa a funcionar com maior estabilidade, se comparado as suas duas primeiras fases. Por fim, optou-se pelo estudo mais intensificado da Escola partir da década de 1870 por esta fornecer grande arsenal de fontes que possibilitam a compreensão da formação normal que se esperava e que se construía em Minas Gerais nos anos finais do Império, e por ser ainda objeto de poucos trabalhos na área.

Os estudos sobre as instituições escolares e ou/educativas vêm se apresentando, ao longo dos anos, como um espaço frutífero de investigações no campo da história da educação, com muitos trabalhos sendo desenvolvidos no Brasil. De acordo com Gatti Júnior e Pessanha (2005) a história das instituições educativas<sup>4</sup> tem ocupado cada vez mais espaço no cenário de pesquisa histórico educacional em todo o Ocidente. Já Magalhães (2005) aponta que há vários projetos em curso sobre história das instituições educativas, com estudos das mais variadas formas: projetos de investigação em rede, estudos comparados, entre outros.

Nessa mesma perspectiva, os grupos de pesquisa sobre o tema crescem cada vez mais nos programas de Pós-Graduação espalhados pelo Brasil. Do mesmo modo, nos congressos da área, é possível notar a imensa pluralidade de trabalhos apresentados sobre as instituições escolares. Dentre as produções, é relevante o número de estudos sobre as escolas normais, em especial as mais antigas e socialmente privilegiadas (BUFFA, 2007).

Dessa forma, são necessários os estudos sobre as instituições escolares brasileiras, bem como sua reconstrução histórica, haja vista que este conhecimento implica admitir a existência e a durabilidade dessas instituições, as quais possuem uma trajetória “[...] que nós não apenas queremos como necessitamos conhecer” (SAVIANI, 2007, p. 24).

O estudo das instituições escolares faz-se relevante, ainda, na medida em que a história produzida proporciona para quem a “consome”, uma relação emocional-afetiva com a escola, além de ampliar a responsabilidade e o comprometimento dos cidadãos para com a memória da instituição. O contato com a história de determinada instituição possibilita um

---

<sup>4</sup> Neste texto, os termos história das instituições escolares e história das instituições educativas serão utilizados no mesmo sentido e possuindo o mesmo significado. Serão utilizados, principalmente, para designar a instituição de formação de professores primários denominada Escola Normal.

maior conhecimento sobre ela, influenciando, inclusive, na prática pedagógica atual. O estudo das escolas permite, ademais, o relacionamento dela com público externo, ou seja, permite levar a trajetória de determinada instituição para além dos “muros escolares” (BUFFA e NOSELLA, 2009).

Portanto, entende-se que as escolas e os sistemas escolares não podem ser deixados à margem nas pesquisas, pois são amostras significativas do que acontece em termos educacionais no Brasil, uma vez que os governos tendem a obscurecer os problemas enfrentados pela educação no país (GATTI JÚNIOR, 2002). Assim, as instituições escolares despontam como grandes arsenais de fontes e documentação para a formulação de interpretações sobre si mesmas e sobre a história da educação brasileira. O estudo das instituições confere, pois, relevância ao exame das singularidades sociais.

Conforme Saviani (2007), as instituições foram criadas e constituídas pelos homens para atender a determinadas necessidades de caráter permanente, e por esse motivo foram concebidas com a intenção de que se mantenham em funcionamento por um longo tempo. Logo:

As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem (SAVIANI, 2007, p. 05).

Segundo o mesmo autor, o processo de criação das instituições acontece simultaneamente em que se passa a institucionalizar o que antes era feito de maneira natural e informal nas sociedades. No caso particular da educação, é a institucionalização de um conhecimento primário, anteriormente legado de forma espontânea, que dará origem às instituições educativas “estas correspondem, então, a uma educação de tipo secundário, derivada de uma educação de tipo primário exercida de modo difuso e inintencional” (SAVIANI, 2007, p. 06).

Do mesmo modo, a modernidade no mundo ocidental pode ser entendida como marco na expansão das instituições, uma vez que se caracteriza como um período de grandes transformações históricas, pautado por afinidades entre as ideologias, entidades e grupos sociais. Assim “[...] pode dizer-se que a modernidade ficará historicamente marcada por um processo de articulação entre estruturas e sujeitos, através das instituições e dos grupos” (MAGALHÃES, 2005, p. 99).



No que tange ao estudo das instituições escolares, bem como sua reconstrução histórica, Magalhães (2005) afirma se tratar de um campo em construção e de constante renovação, isso porque novas fontes vêm sendo usadas pelos pesquisadores, propiciando uma integração teórico-metodológica em que o macro, meso e micro convergem de maneira interdisciplinar.

O autor propõe ainda um esquema sobre as instituições escolares que envolve três aspectos: a sua materialidade (o instituído), a representação (a institucionalização) e a apropriação (a instituição). Para ele, a história de uma instituição educativa não consiste apenas numa abordagem meramente descritiva. Ao contrário, o trato deste objeto de pesquisa deve ser feito mediante um marco teórico interdisciplinar. Assim:

Como ciência social e humana, a história da educação constrói por esta via um objeto do conhecimento amplo, complexo, interdisciplinar, aprofundando um quadro investigativo de reflexão e de ação, focalizado na projeção e na reversibilidade entre teorias e práticas, no que se refere aos diversos planos da materialidade, representação e apropriação (MAGALHÃES, 2005, p. 102).

Dessa maneira, as instituições escolares apresentam-se como organismos vivos que integram uma totalidade. Logo, o movimento dialético entre a evolução, a representação e a apropriação é que confere identidade histórica à instituição. À vista disso, é preciso estabelecer uma conexão entre educação, história e instituição, a fim de tornar inteligíveis os processos da dinâmica institucional (MAGALHÃES, 2004).

Buffa (2002) por sua vez, afirma que as instituições escolares estão repletas de valores e ideias educacionais, de modo que se debruçar sobre uma entidade dessa natureza é uma maneira de se estudar a própria filosofia e a história da educação. Segunda a autora, como as políticas educacionais deixam vestígios na escola, a história das instituições escolares acaba por revelar a filosofia educacional da sociedade que as cria e as mantém, assim “[...] se bem realizadas, as investigações sobre instituições escolares apresentam a vantagem de superar a dicotomia entre o particular e o universal, o específico e o geral, o concreto e o conceito, a história e a filosofia” (BUFFA, 2002, p. 26).

Já Sanfelice (2007) pontua que, para adentrar no estudo de determinada instituição escolar, o pesquisador deve compor um “quebra-cabeça”. Isso porque muitos são os caminhos para se chegar à instituição, já que ela é uma síntese de múltiplas determinações e de várias instâncias, que agem entre si dialeticamente, constituindo a sua identidade. Assim, nenhuma

instituição apresenta a sua identidade somente no seu interior, mas, através do diálogo com o seu entorno.

Dessa forma, a identidade de uma instituição escolar só estará bem definida, mediante o estabelecimento de um paralelo entre ela e o seu ambiente externo (sua realidade social, política, cultural e econômica). Deve-se, pois, levar em consideração a relação dialética entre o micro e o macro: “Enfim, a dimensão da identidade de uma instituição somente estará mais bem delineada quando o pesquisador transitar de um profundo mergulho no micro e, com a mesma intensidade, no macro” (SANFELICE, 2007, p. 78).

Ainda neste sentido, o fundamental nas pesquisas sobre instituições escolares é conseguir captar o movimento entre o singular e o universal, visto que o singular não existe por si só, ele está inserido no universal, que, por sua vez, se constitui de múltiplas singularidades “se o singular depende da sua materialidade única, o universal também não é uma abstração: é uma totalidade histórica determinada pelo seu modo de produção, pelas suas relações sociais, pelas suas práticas políticas, culturais, ideológicas e educativas, dentre outras” (SANFELICE, 2009, p. 198).

Do mesmo modo, a história das instituições escolares pretende abarcar os vários sujeitos envolvidos no processo educativo, investigando as peculiaridades e particularidades da escola, que lhe conferem “[...] um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos” (GATTI JÚNIOR, PESSANHA, 2005, p. 80).

Assim sendo, a história das instituições educativas não constitui elemento novo no campo da história da educação. O inovador é o esforço, por parte dos pesquisadores, no sentido de evitar o trabalho meramente narrativo, voltado, apenas, à perspectiva descritiva da instituição estudada, através de seus registros oficiais. Logo, a historiografia sobre instituições escolares na atualidade não se satisfaz com meros relatos sobre escola, mas, sobretudo, busca conferir-lhe um caráter interpretativo (NORONHA, 2007).

À vista disso, atualmente vê-se uma ampliação do campo da história, pelo englobamento de novos sujeitos e novas temáticas, bem como pela narração das singularidades do particular. São representantes dessa nova vertente, principalmente, as histórias social e cultural (NORONHA, 2007).

A proposta da história cultural é, entre outras coisas, estudar o passado por meio de suas práticas e representações, expressas por ritos, imagens e também instituições. Assim, este norteador se propõe a pensar a cultura como um conjunto de símbolos e significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.

A história cultural possui papel de destaque na produção historiográfica da atualidade. Como esclarece Burke (2005) os estudos culturais passam a ganhar destaque na medida em que proporcionam uma ampliação temática e disciplinar que outras áreas da história não conseguem oferecer. Dessa forma, os estudos culturais podem abarcar uma série de segmentos, como: a história das mulheres, de populações, das guerras, das ideias, entre muitas outras.

Do mesmo modo, de acordo com Chartier (1990), a história cultural apresenta-se como a busca do historiador pela ampliação de horizontes, pela utilização de novos objetos e temáticas no âmbito das questões históricas, como, por exemplo: o estudo das crenças e atitudes religiosas, dos sistemas de parentesco e das relações familiares, dos ritos, das formas de sociabilidade, das modalidades de funcionamento escolar, entre outros.

Chartier (1990) trabalha a história cultural através de suas práticas e representações. Por este motivo, salienta que as representações do mundo social, apesar de aspirarem à universalidade, sempre são determinadas por interesses de quem as criam, assim, as percepções sociais não são discursos neutros. É necessário, pois, o relacionamento dos discursos com quem os profere. Dessa forma, a realidade pode ser estudada através de suas representações, que por sua vez são portadoras de sentidos diversos. Logo, a história cultural possui como objetos principais as representações sociais do mundo, entendidas através de seus contextos temporais, espaciais e culturais próprios.

Quanto à questão do método, Ginzburg (2006)<sup>5</sup> salienta que este ainda constitui um desafio para o historiador cultural. Isso porque, a cultura, principalmente das classes subalternas, não possui muitos registros escritos e, quando há, são feitos pelas classes dominantes ou por terceiros em geral. O relato produzido sob a perspectiva de outrem resulta, não raras vezes, na modificação dos próprios fatos, segundo as interpretações e interesses dos quem fazem os registros.

De acordo com Pesavento (2004) a história cultural apresenta uma imensa quantidade de possibilidades de pesquisas. No que tange especificamente ao Brasil, chama a atenção para o fato de que, assim como no exterior, os estudos na área vêm se multiplicando, desde a década de 1970, com uma infinidade de trabalhos publicados a partir deste referencial. Logo,

---

<sup>5</sup> O historiador italiano Carlo Ginzburg é um dos nomes de destaque na atualidade sobre estudos culturais, principalmente das classes subalternas. Em uma das suas principais obras, citada nesta investigação e intitulada “O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição” Ginzburg (2006) faz um estudo inovador, através da história cultural em uma prática da micro-história, focalizando principalmente a cultura popular das classes subalternas na Europa Moderna.

a grande mudança proporcionada pela história cultural revela-se na postura do historiador, que passa a utilizar novos conceitos como: representação, ficção e narrativa.

Ainda conforme a autora, a proposta da história cultural é estudar o passado por meio de suas práticas e representações, expressas por ritos, imagens e instituições. O que caracteriza os estudos culturais, além da pluralidade de temáticas e objetos novos abarcados, é a multiplicidade, também, de novas fontes utilizadas, e a renovação metodológica presente em estudos dessa natureza.

Dessa forma, no que tange ao referencial metodológico deste trabalho, fez-se uso das pesquisas bibliográfica e documental. Como base bibliográfica, valeu-se da produção escrita sobre a instituição escolar de formação de professores chamada Escola Normal no século XIX. Do mesmo modo, como base documental primária, foram analisadas uma série de fontes que dizem respeito à Escola Normal de Ouro Preto, no contexto privilegiado nesta pesquisa.

Assim, a partir da bibliografia e da documentação referente à Escola Normal, realizou-se uma análise das fontes seguindo dois caminhos metodológicos que têm norteado as pesquisas sobre as instituições escolares na atualidade, em especial nos trabalhos de Ester Buffa e Paolo Nosella, quais sejam: 1. Construir visões gerais das escolas normais e descrições singulares de cada contexto em que se dão as referidas experiências educativas de formação de professores; 2. Considerar a história de determinada instituição escolar não meramente factual e descritiva, mas, sobretudo, interpretativa. Estabelecidas essas diretrizes, opta-se, neste trabalho, por considerar o particular como expressão do desenvolvimento geral em cada contexto a ser estudado.

De acordo com a análise de Gatti Júnior e Pessanha (2005), tanto no Brasil quanto no exterior, os pesquisadores sobre a história das instituições escolares estão seguindo caminhos metodológicos similares, em que se destaca a preocupação com a criação e desenvolvimento das instituições, ou seja, os seus ciclos de vida, as configurações referentes ao espaço físico, o perfil dos docentes e alunos e os saberes vinculados pelos institutos em análise. Logo, “[...] percebe-se que a história das instituições educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo” (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 20).

Do mesmo modo, Buffa (2002) afirma que nas investigações sobre a história de instituições escolares que vem realizando ao longo dos anos, faz uso, mormente, de categorias como: espaço, tempo, conteúdos (cultura), avaliação e administração escolar. Para Magalhães, o processo analítico no estudo sobre instituições educativas opera-se através “[...] de uma hermenêutica cruzada entre memórias, arquivos e museus, no âmbito de uma projeção e de

uma regressão investigativas – um percurso metodológico indutivo/dedutivo” (MAGALHÃES, 2005, 102).

Quanto ao foco das pesquisas, apesar da maior parte delas buscar compreender a trajetória histórica de determinada instituição educativa, há estudos também sobre vários outros aspectos específicos das instituições, como a formação de professores, os currículos, os alunos, as experiências pedagógicas inovadoras, entre muitas outras temáticas (BUFFA, 2007).

Neste sentido, e levando em consideração esses apontamentos, esta investigação buscou desenvolver um estudo sobre a Escola Normal de Ouro Preto através da análise da instituição (implantação, fechamentos e reaberturas, ciclo de vida), de seus atores (professores e alunos), e o modelo ideal de professor que se esperava pelos governantes mineiros no contexto do século XIX.

De acordo com Sanfelice (2007) muitas são as maneiras para se investigar a história de uma instituição escolar, e nenhuma fonte deve ser negligenciada pelo pesquisador, de modo que é possível adentrar no instituto:

[...] pelo seu currículo, pelo seu quadro de alunos, pela sua proposta pedagógica, pela sua cultura manifesta, pelos trabalhos escolares, pela arquitetura do prédio, pelos professores que dela participaram, pelos ex-alunos, pelo mobiliário, pelas memórias, pela historiografia preexistente, ou por arquivos e fontes múltiplas (escritas, orais, imagens, sons e outras). O que me dá o passaporte de ingresso é o conjunto de fontes que levanto, critico e seleciono, e nenhum tipo de fonte deve ser interdito (SANFELICE, 2007, p. 77).

No que diz respeito às fontes, neste trabalho foram utilizadas as mais variadas no universo do objeto de pesquisa. Assim, foram mapeados registros tanto internos, ou seja, documentos produzidos no interior da própria Escola Normal de Ouro Preto; quanto externos, tais como: legislação educacional, falas e/ou relatórios dos presidentes da província na Assembleia Legislativa Provincial e jornais mineiros do período.

No que tange à documentação interna produzida na Escola Normal de Ouro Preto, foram consultados os documentos presentes no Fundo Instrução Pública, localizado no Arquivo Público Mineiro - APM, na cidade de Belo Horizonte. Deste acervo, foram utilizados registros como: correspondências recebidas e expedidas pela instituição, atestados, procurações, certificados, requerimentos, posses, matrículas, atas (das mais variadas), provas,

frequência dos alunos, entre muitos outros no recorte correspondente ao período imperial brasileiro<sup>6</sup>.

No que diz respeito às fontes externas da pesquisa, fez-se uso, principalmente, dos relatórios e/ou falas dos presidentes da província mineira apresentados na Assembleia Legislativa Provincial<sup>7</sup>. Dessa forma, foram recolhidos e analisados todos os relatórios que discorrem sobre a instrução pública mineira e a Escola Normal de Ouro Preto<sup>8</sup> (em tempos de funcionamento ou não) desde o ano de 1837 até o ano de 1889<sup>9</sup>.

Do mesmo modo, utilizou-se como documentação externa também os periódicos mineiros produzidos no recorte indicado<sup>10</sup>. Assim, realizou-se o mapeamento de todos os jornais provinciais do período em busca de informações sobre a instrução pública mineira neste contexto e sobre o instituto formador ouro-pretano, em tempos de funcionamento ou não<sup>11</sup>. A partir disso, foram analisadas uma série de edições dos seguintes periódicos mineiros: A actualidade, A Cidade, A Província de Minas, A União, Astro de Minas, Correio Official de Minas, Diário de Minas (Ouro Preto), Diário de Minas (Juiz de Fora), Liberal Mineiro, Livro da Lei Mineira, Minas Geraes, Noticiador de Minas, O Baependyano, O Bem Público, O Compilador, O Constitucional, O Correio de Minas, O Estado de Minas Geraes, O Jornal de Minas, O Universal e a Revista do Ensino. As publicações analisadas dos jornais vão desde o ano de 1825 até o de 1902<sup>12</sup>.

---

<sup>6</sup> No que diz respeito aos estudos sobre história das instituições escolares, Nosella e Buffa (2009) enumeram fontes importantes que podem ser recolhidas na documentação interna das instituições, como: atas, livros de matrícula, anuários, fotografias, entre outros. Salientam a grande riqueza presente nestes documentos para se entender a filosofia e a história das instituições, bem como a cultura escolar brasileira.

<sup>7</sup> Tais documentos, geralmente, eram produzidos para serem lidos pelos presidentes das províncias nas Assembleias Provinciais, e apresentavam, quase sempre, balanços sobre o funcionamento das mais diferentes esferas administrativas das províncias, inclusive no que diz respeito à instrução pública.

<sup>8</sup> Todos os relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais utilizados nesta investigação foram coletados e se encontram de maneira organizada no site: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>, acesso em março de 2015.

<sup>9</sup> Conforme Faria Filho (2002), os relatórios dos presidentes da província são fontes centrais para a pesquisa da história educacional mineira imperial, pois são, entre outras coisas, minuciosos em detalhes, números, estatísticas e localizações.

<sup>10</sup> Faria Filho (2002) aponta que, em Minas Gerais, a produção jornalística foi muito profícua durante o século XIX. Conforme o autor, nos periódicos há um “retrato” da realidade mineira da época. O jornal é visto, neste contexto, como estratégia na construção de consensos e na consolidação de costumes. Além disso, atua como propaganda política e religiosa. Em meio a todos estes fatores, o veículo atua também como difusor de concepções e estratégias educativas.

<sup>11</sup> Conforme Bastos (2002) a imprensa e, por conseguinte, os jornais, são instrumentos de pesquisa privilegiados para a construção de conhecimento sobre a história da educação brasileira, possibilitando diferentes tipos de investigações. Do mesmo modo, a imprensa constitui uma fonte que enriquece a observação histórica. Assim, esse veículo, na perspectiva educacional, se apresenta como documento de muitas dimensões, pois testemunha as concepções pedagógicas de determinado período histórico.

<sup>12</sup> Todos os periódicos mineiros analisados nesta investigação foram coletados no site da Biblioteca Nacional – BN: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>, acesso em abril de 2015.

Além das fontes apontadas acima, este estudo se vale ainda das principais leis educacionais provinciais e imperiais que dizem respeito à instrução pública ao longo de todo o período imperial. Durante o recorte da pesquisa, foram muitas as leis, regulamentos e portarias produzidas na província de Minas Gerais referentes à temática da instrução pública. Na impossibilidade de análise de toda essa legislação, optou-se por utilizar as consideradas mais relevantes para o estudo ora apresentado. As imagens das leis originais foram coletadas e analisadas a partir do acervo digital do *site* do Arquivo Público Mineiro.

No que tange a bibliografia da pesquisa, foram utilizados trabalhos sobre a institucionalização da formação e da profissão docente ao longo do tempo, focalizando especialmente os estudos sobre a instituição escolar de formação docente denominada Escola Normal, ao longo de todo o século XIX. Lançou-se mão, também, de estudos sobre as reformas educacionais implantadas, bem como das legislações sobre a instrução pública no século XIX no Brasil e, em especial, em Minas Gerais. Foram utilizadas, ainda, bibliografias referentes ao contexto geral em que se encontrava o Império brasileiro e a província mineira (econômico, social e político), no período em questão.

Por fim, a divisão topográfica da Dissertação está disposta em quatro capítulos. No primeiro capítulo serão apresentados alguns dos caminhos percorridos pela educação no Brasil e, em especial na província de Minas Gerais, no período imediatamente posterior a emancipação política do país, dando-se ênfase para as normas e medidas estabelecidas para esta área. Será mostrado também o processo de implantação da lei provincial nº 13 de 1835 e a criação da primeira Escola Normal de Minas Gerais, a de Ouro Preto. Ainda neste capítulo discorrer-se-á sobre os acontecimentos que fizeram com que a referida instituição entrasse em atividade somente cinco anos após a sua criação legal. Será exposto, finalmente, o percurso do instituto normal em sua primeira fase, focando-se especialmente a efemeridade de seu funcionamento e as motivações para o seu fechamento, que veio acontecer já dois anos após seu estabelecimento.

O segundo capítulo deste trabalho é dedicado à apresentação e problematização dos períodos de instabilidade vivenciados pela Escola Normal de Ouro Preto em meados do século XIX. Primeiramente serão expostos os anos em que a instituição esteve fechada durante a década de 1840 e a demanda pela sua reabertura. Exibir-se-á também o processo de reinstalação do instituto a partir da lei nº 311 de 1846 e o seu funcionamento na sua segunda fase até o ano de 1852, quando mais uma vez foram suspensas as suas atividades. Ainda neste capítulo irá se discorrer sobre os quase vinte anos em que a Escola Normal da então capital

mineira manteve-se inativada, e a discussão governamental acerca de seu restabelecimento, que só viria acontecer efetivamente já na década de 1870.

O terceiro capítulo desta Dissertação possui como objetivo principal abordar a trajetória da Escola Normal ouro-pretana na década de 1870, quando inicia-se a sua terceira e última fase de funcionamento no contexto do século XIX. A primeira parte do capítulo trata das motivações que fizeram com que os anos 1870 fossem um marco para o ressurgimento das escolas normais em todo o Brasil e também em Minas Gerais. Em seguida é apresentada a legislação que deu origem ao restabelecimento do curso de formação de professores primários de Ouro Preto e o processo de reinstalação do instituto neste contexto. Será apresentado, por fim, um breve apanhado dos sujeitos que compunham o seu corpo discente, os percursos do instituto ao longo dos anos 1870, e também como os problemas enfrentados por ele neste período.

O quarto e último capítulo do presente estudo possui como finalidade abordar os caminhos percorridos pela Escola Normal de Ouro Preto nos anos finais do período imperial brasileiro. Primeiramente, tratar-se-á sobre a demanda por reformas na instrução pública de Minas Gerais no início da década de 1880, a reformulação deste segmento através do regulamento nº 100 de 1883, e as mudanças decorrentes da nova legislação. Ainda neste capítulo discorrer-se-á sobre o espaço físico da Escola Normal, alguns de seus sujeitos e os saberes ministrados no instituto no recorte indicado. Nesta parte do trabalho será discutida também a insatisfação do governo mineiro com os institutos normais da província e as reclamações por novas modificações neste sentido. Finalmente, serão apresentados os percalços e êxitos vivenciados pela instituição de formação docente de Ouro Preto na última década do Império.



## **1. EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: O DEBATE SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA E A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA ESCOLA NORMAL DA PROVÍNCIA**

No presente capítulo pretende-se apresentar algumas cenas do caminho percorrido pela educação no Brasil e, em especial na província de Minas Gerais, no período imediatamente posterior à emancipação política do país. Assim, discorrer-se-á sobre as primeiras medidas e normas estabelecidas para a instrução pública no Império recém-criado. Do mesmo modo, será abordada a situação da instrução pública no contexto mineiro e os impactos da criação do Conselho Geral da Província para esta área. Atentar-se-á, também, para a discussão latente, na primeira metade do século XIX, sobre a problemática do método de ensino mais adequado a ser adotado para a educação da mocidade mineira.

Ainda neste capítulo, será abordada a questão da adoção da lei provincial nº13 de 1835, e com ela, a criação da primeira Escola Normal de Minas Gerais, a de Ouro Preto, bem como discorrer sobre os acontecimentos que fizeram com que a referida instituição entrasse em atividade somente cinco anos após a sua criação legal. Por fim, será exposto o percurso do instituto normal ouro-pretano em sua primeira fase, dando ênfase à efemeridade de seu funcionamento e as motivações para o seu fechamento, que veio acontecer dois anos após o seu estabelecimento.

### **1.1 Instrução como instrumento civilizador: educação nas primeiras décadas do século XIX no Brasil e em Minas Gerais**

A criação das primeiras escolas normais brasileiras, entre elas a de Ouro Preto, fez parte de um projeto civilizatório nacional cuja construção era almejada após a emancipação política do Brasil. Assim, com um plano de instrução primária pública, o governo imperial pretendia situar a nação brasileira no rol dos países considerados modernos e civilizados.

A emancipação política do Brasil oficializada no ano de 1822 deu início ao longo período monárquico brasileiro<sup>13</sup>, tomando-se os países europeus como modelo de modernidade e civilidade no processo de organização do Império. Neste sentido, os

---

<sup>13</sup> O processo de Independência política do Brasil ocorreu de maneira complexa e através de uma série de fatores, como a Revolução Liberal do Porto em Portugal, o enfraquecimento do poder real, a busca das elites brasileiras para evitar a volta do Brasil à condição de colônia, entre muitos outros. Todos estes fatores culminaram na emancipação brasileira, na forma de monarquia, e sob o governo de Dom Pedro I, até então príncipe do reino português, e posteriormente primeiro imperador do Brasil.

representantes governamentais “Elegendo as nações europeias como modelo mais aperfeiçoado, entendiam que a falta de instrução do nosso povo era a verdadeira causa da distância entre o Brasil e as nações civilizadas” (VILLELA, 2011, p.103).

Por esta e outras razões, a questão da instrução pública da população era assunto importante a ser tratado e já integrava o discurso inaugural de Dom Pedro I na Assembleia Nacional e Geral Constituinte de 1823. Em seu pronunciamento, o Imperador anuncia um decreto para a criação de escolas que adotariam o método de Lancaster, mútuo ou monitorial<sup>14</sup>, uma em cada província. Neste período, o modelo mútuo estava sendo amplamente utilizado em países europeus e vinha apresentando bons resultados no que se refere à eficiência e aos baixos custos para a sua implantação. Logo:

O método lancasteriano de ensino disseminara-se como um novo e revolucionário método de multiplicar a difusão da instrução, espalhando-se em alguns países europeus como meio mais rápido e eficaz de estender a educação gratuita, associando-se ao método a ideia de que fora um dos fatores de sucesso do capitalismo inglês (CHIZZOTTI, 2005, p. 36).

No contexto brasileiro, já na década de 1810 percebe-se o interesse do governo português em importar o modelo para a então colônia. Todavia, medidas concretas a esse respeito só tiveram lugar no Brasil na década de 1820, no contexto pós-independência (INÁCIO, FARIA FILHO, ROSA, SALES, 2006).

A despeito disso, na Constituinte de 1823 não foi apresentado um projeto de fato consistente para a instrução pública brasileira. Não foram exibidas propostas de diretrizes nem de orientações a esse respeito. A única medida para a instrução primária efetiva da Constituinte foi uma lei que ampliava as possibilidades para a educação primária:

A constituinte de 1823, com todos os arrazoados patrióticos e exultantes, em seis meses de trabalho produziu mais discursos veementes e oradores esfuziantes sobre a instrução, que diretrizes fundamentais para a educação nacional. A educação básica ficou absolutamente relegada à iniciativa privada até o Ato Adicional de 1834 e a criação da universidade foi mais um motivo de emulação entre os deputados provinciais, que proposta efetiva para a criação de estudos superiores no Brasil (CHIZZOTTI, 2005, p. 50-51).

---

<sup>14</sup> De acordo com Bastos (2012) o método mútuo/monitorial, ou lancasteriano surgiu no final do século XVIII na Europa, e consistia na divisão da tarefa de ensinar entre o professor e os monitores (também alunos). Para a autora, a difusão do método mútuo está intimamente ligada à necessidade de expansão da educação para todas as classes sociais entre o fim do século XVIII e início do XIX, impulsionada, principalmente, pelo projeto iluminista. Uma das grandes vantagens do método seria, sobretudo, o fato dele possibilitar a instrução de uma grande quantidade de alunos por um baixo custo financeiro. Além disso, ele possibilita também, a maior facilidade em se manter a disciplina, através de uma hierarquia de recompensas e punições.

A primeira Constituição do Império de 1824 estabeleceu, em seu parágrafo 32 do art. 179 que a instrução primária seria gratuita para todos os cidadãos. Também ficou estipulado pela carta constitucional, no parágrafo 33 do mesmo artigo, que deveria haver colégios e universidades no Império em que se ensinariam os elementos das ciências, belas-letas e artes<sup>15</sup>. Porém, como salienta Hilsdorf (2003), não houve garantias para a real efetivação das medidas sobre a instrução pública estabelecidas na Constituição.

Foi somente no ano de 1827, cinco anos após a Constituinte de 1823, que foi criada, de fato, a considerada primeira norma específica sobre a instrução pública do Império brasileiro. A lei de 15 de outubro de 1827, composta por 17 artigos, regulamentava pontos importantes para o funcionamento e para a organização da educação em todo o Brasil.

Já no seu artigo primeiro, a norma de 1827 previa a criação de escolas primárias em todas as localidades, vilas e cidades mais populosas do Império. Além disso, a referida lei estabelecia, entre outras coisas, que todas as instituições educacionais deveriam adotar o método de ensino mútuo/monitorial. Portanto, os professores que ainda não tivessem a formação no novo modelo deveriam instruir-se nas escolas da capital. A legislação, em seu artigo sexto, também estipulava que:

Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e História do Brasil (BRASIL, 1827).

No que diz respeito à educação feminina, a lei de 1827 também previa a necessidade da criação de escolas para as meninas em todas as vilas e cidades mais populosas das províncias. O corpo docente para a educação das meninas deveria ser exclusivamente feminino, e tinha como função ministrar além dos ensinamentos expostos no artigo sexto da norma (exceto algumas instruções referentes à geometria e a aritmética), noções de prendas domésticas. A lei estabelecia ainda, que as professoras deveriam ser brasileiras, ter reconhecida honestidade e teriam direito aos mesmos ordenados oferecidos para os docentes do sexo masculino.

---

<sup>15</sup> BRASIL. Constituição (1824) Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1824.

Contudo, a norma de 15 de outubro de 1827 esbarrou em uma série de dificuldades para ser efetivada. De acordo com Sucupira:

A lei de 1827 falhou, entre outras causas, por falta de professorado qualificado, não atraído pela remuneração irrisória que na maior parte das vezes não atingia o nível máximo fixado na lei. As escolas femininas ainda foram mais infelizes [...] A fiscalização pelas municipalidades, prevista na lei, mostrou-se de todo inoperante (SUCUPIRA, 2005, p. 59).

Do mesmo modo, também Bastos (1998) pontua que foram muitos os obstáculos que dificultaram a execução efetiva da lei, como a falta de prédios e materiais escolares, falta de preparação adequada dos professores no método exigido, baixa remuneração dos mesmos, entre muitas outras questões. Já para Villela (2008), a norma de 1827 mostrou-se quase ineficiente em termos concretos, devido, sobretudo, à agitação dos acontecimentos políticos dos últimos anos do Primeiro Império.

O que se percebe de fato, é que somente com o Ato Adicional de 1834, aprovado pela lei nº 16 de 12 de agosto, que alterou a Constituição de 1824, que a instrução pública voltou a ser objeto de discussão política no Império, trazendo como novidade, entre outras coisas, a descentralização da educação primária. De acordo com Ferreira “Essa modificação extinguiu os Conselhos Gerais de Província e criou em seu lugar as Assembleias Legislativas Provinciais com poderes para legislar sobre a educação escolar, entre outros assuntos” (FERREIRA, 2010, p. 35).

Assim, o governo central passou a se ocupar do ensino na capital do Império e do ensino superior, e as províncias ficaram responsáveis pelos ensinos primário e secundário. Logo, a partir de 1834, a instrução primária gratuita garantida pela constituição de 1824 passou a se tornar responsabilidade das províncias. Segundo Castanha (2006), o decreto legislativo incorporado à constituição como Ato Adicional no ano de 1834, de caráter descentralizador - ao contrário da constituição de 1824, altamente centralizadora - foi criado no período regencial, a fim de minimizar os muitos conflitos políticos gerados a partir da abdicação de Dom Pedro I.

Não obstante, a descentralização das questões educacionais não foi vista sem críticas no Brasil. Muitos intelectuais, juristas, políticos e educadores questionaram a isenção do poder do governo central em relação às instruções primária e secundária e os efeitos decorrentes dessa isenção. Muitos políticos do período ao analisarem a má qualidade da

instrução pública implantada pelas províncias reclamavam pela atuação mais sistemática do governo imperial nesta área (SUCUPIRA, 2005).

O que se percebe é que o início do século XIX foi um período conturbado e de mudanças para o Brasil nos mais diferentes aspectos, e entre eles, o educacional. A descentralização da educação a partir de 1834 veio modificar ainda mais o contexto da instrução naquele momento.

Neste sentido, e principalmente pelo processo de descentralização da educação elementar, é que surge mais sistematicamente nas primeiras décadas do século XIX, a ideia da necessidade do estabelecimento de escolas normais nas províncias. Assim, os primeiros centros normais brasileiros foram criados já na década de 1830, por iniciativa das próprias províncias (TANURI, 2000). Como assinala Villela (2011) o “mestre-escola” do período colonial aos poucos foi sendo substituído pelo professor de ensino primário.

De acordo com a literatura sobre a temática, os primeiros institutos de formação docente estabelecidos no Brasil tiveram um início difícil e conturbado, com sucessivas crises, fechamentos e reaberturas, e só experimentaram alguma estabilidade significativa a partir da década de 1870. Dessa forma, assim como a de Ouro Preto, outras escolas normais criadas na primeira metade do século XIX no Brasil funcionaram com dificuldades e em períodos de descontinuidade de atividades, com suspensões e restabelecimentos. Nesta mesma perspectiva, também os institutos normais de São Paulo e Rio de Janeiro<sup>16</sup>, fundados ainda na primeira metade do século, viveram momentos complicados até se consolidarem como centros formadores.

De acordo com Villela (2008)<sup>17</sup>, o primeiro instituto normal do Rio de Janeiro foi criado a partir da lei provincial nº 10 de 4 de abril de 1835 e passou a ser conhecido como a Escola Normal de Niterói<sup>18</sup>. A instituição teve como primeiro diretor o Tenente Coronel José da Costa Azevedo. *A priori*, adotou-se no centro formador o método de ensino mútuo. Ainda de acordo com a autora, nessa época a formação moral e religiosa do professor era mais

---

<sup>16</sup> A apresentação breve da trajetória destes dois institutos será feita a título de exemplo do que acontecia, de maneira geral, nas escolas normais do Brasil na primeira metade do século XIX. Foram escolhidas, sobretudo, por se localizarem em regiões próximas à província de Minas Gerais e possuírem, em certa medida, características similares.

<sup>17</sup> No que diz respeito aos estudos e produções sobre a Escola Normal de Niterói, um dos nomes de destaque é o da pesquisadora Heloisa de Oliveira Santos Villela, que realizou e vem realizando uma série de trabalhos a este respeito.

<sup>18</sup> Com o Ato Adicional à Constituição de 1824, a cidade do Rio de Janeiro, por ser a sede do Império, foi desmembrada da província fluminense. Assim, no ano de 1835 a cidade de Niterói, que antes tinha o nome de Vila Real da Praia Grande, tornou-se a nova capital da província (VILLELA, 2008, p. 31).

privilegiada do que a formação relativa aos conteúdos ensinados às crianças. Na primeira fase da instituição as mulheres e os negros não pertenciam ao corpo de alunos.

Para Villela (2008) apesar das primeiras instituições de formação de professores do Brasil terem se inspirado no modelo europeu, é inegável que essa formação também atendia às necessidades das elites políticas locais do país. No caso da Escola Normal de Niterói, o grupo conservador que subiu ao poder no período regencial, os chamados saquaremas<sup>19</sup>, foi quem teve forte influência na sua fundação:

Somente pela compreensão desse projeto de construção de uma hegemonia política é que foi possível entender a criação da Escola Normal de Niterói. Tal instituição, pelo seu potencial organizativo e civilizatório, foi imaginada como uma das principais alavancas da expansão e consolidação da supremacia daquele segmento da classe que chegava ao poder (VILLELA, 2008, p. 31).

A primeira fase da Escola Normal de Niterói se encerra no ano de 1847, com a sua suspensão. A morosidade na formação do professorado da Escola estava desagradando à elite local que pretendia uma formação mais aligeirada, ocasionando o seu fechamento. Assim, o instituto permaneceu suspenso por mais de uma década, quando em 1859, a partir da lei provincial de 4 de fevereiro, foi autorizada a sua reinstalação, efetuada somente no ano de 1862. É importante ressaltar que, malgrado a Escola ainda funcionar em instalações precárias neste período, houve ampliação de seu currículo e alargamento dos conteúdos a serem ministrados (VILLELA, 1992).

Outra instituição de formação docente do Brasil, criada ainda no contexto da primeira metade do século XIX, é a de São Paulo, estabelecida no ano de 1846, através da lei nº 34 de 16 de março. De acordo com Monarcha (1999)<sup>20</sup>, a Escola Normal paulista foi instalada em uma sala do edifício contíguo à Catedral da Sé, e destinava-se a estudantes do sexo masculino, livres e maiores de 16 anos. O curso possuía a duração de dois anos e contava com as disciplinas de “Lógica, Gramática Geral e da língua nacional, Teoria e prática da Aritmética, Noções gerais de Geometria Prática, Caligrafia, Princípios da Doutrina e Religião do Estado, os Métodos e processos de ensino, sua aplicação e vantagens comparativas” (MONARCHA, 1999, p. 45).

---

<sup>19</sup> De acordo com Hilsdorf (2003) o grupo conservador em exercício no governo naquele período era denominado “Saquaremas” devido à origem majoritária de seus membros, que vinham da região de Saquarema, na província no Rio de Janeiro.

<sup>20</sup> Entre os muitos estudos sobre a temática na atualidade, é possível destacar o trabalho de Carlos Monarcha (1999) que apresenta a instituição a partir de suas várias fases de funcionamento.

Ainda conforme Monarcha (1999), o primeiro e único professor da Escola Normal em sua primeira fase foi o Dr. Manuel José Chaves. Durante o tempo em que funcionou, a instituição formou poucos docentes, o que fez com que ela se extinguisse no ano de 1867, sendo reaberta novamente somente no ano de 1875, instalada então nas dependências da faculdade de Direito. Porém, por falta de recursos, após três anos, em 30 de junho de 1878, é fechada mais uma vez.

Já no ano de 1880 acontece a reabertura definitiva da Escola Normal paulista no contexto do século XIX. Conforme Hilsdorf (2008), o curso normal paulista a partir de sua última reabertura teve sua duração ampliada de dois para três anos. Do mesmo modo, também se ampliou as exigências para o ingresso dos alunos através de certificados de aprovação em matérias preparatórias obtidas em cursos secundários do Império, ou de exames prestados no próprio instituto normal.

É interessante observar, pois, os percursos semelhantes das primeiras escolas normais estabelecidas no Brasil. O que se observa pela análise das trajetórias das escolas normais de São Paulo e Niterói, são as dificuldades que estas enfrentaram nas suas primeiras décadas, com crises, fechamentos e reestruturações. Do mesmo modo, também a Escola Normal de Ouro Preto passou por vários momentos incertos até se consolidar.

No contexto educacional de Minas Gerais pós-independência, presencia-se já na década de 1820 uma forte discussão sobre a instrução pública para a mocidade na recém-criada província. Assim, também a preocupação com a formação específica e institucionalizada para o docente primário começa a se tornar mais sistemática. Merecem destaque, neste sentido, os debates sobre estas temáticas no interior do Conselho Geral da Província<sup>21</sup>.

De acordo com Inácio et al. (2006) a criação dos Conselhos Gerais das Províncias mostrou-se fundamental para a estruturação que se esperava na recém-emancipada nação brasileira, e para a construção do projeto nacional mais abrangente que se pretendia. No caso específico mineiro “Sendo o Conselho Geral de Minas Gerais uma fase fundamental do Estado imperial em nível provincial, a discussão sobre a instrução pública se destaca, fundamentando a política de instrução daquele momento” (INÁCIO et al., 2006).

As primeiras discussões para a instalação do Conselho Geral da Província de Minas Gerais aconteceram já no ano de 1825, sendo esta localidade a primeira a estabelecer o

---

<sup>21</sup> A partir da Assembleia Geral Constituinte o governo imperial aboliu as juntas provisórias, e em seu lugar, designou um Presidente e um Conselho para cada uma das províncias.

referido Conselho no Brasil. Conforme Sales (2005), desde sua primeira sessão aconteceram debates sobre a situação da instrução pública mineira, bem como propostas para melhorias neste setor. De acordo com a autora, a temática passou a ser pauta recorrente nas sessões. A esse respeito, Inácio et al., afirmam que:

Ao avaliar a produção dos discursos relativos à organização de uma política de instrução pública vamos perceber que o discurso de precariedade da instrução, como discurso fundador, vai produzindo outros discursos sobre a necessidade de implantação de novos métodos, a formação de professores, a formulação de compêndios, livros ou catecismos para a instrução pública e a eleição de comissão específica para tratar da instrução pública no Conselho Geral da Província (INÁCIO et al., 2006, p. 30).

Dessa maneira, nos primeiros anos do Conselho, discutiu-se majoritariamente sobre a instrução primária da província, ao passo que já na década de 1830, os debates se alargaram e passaram a contemplar outros segmentos da educação “Portanto, evidenciamos uma sistematização das ações que buscavam a implantação de métodos de ensino, o financiamento, criação e o provimento das cadeiras não só de Primeiras Letras, mas também para o ensino secundário, o técnico e o superior” (SALES, 2005, p. 127).

Sales (2005) chama atenção ainda para um importante discurso que foi produzido no interior do Conselho mineiro, qual seja, as reclamações para a adoção de um método específico para o ensino das primeiras letras. Juntamente com o debate sobre o método, passa a ser contemplada também a discussão sobre uma formação específica e institucionalizada para o professor.

## **1.2 A discussão sobre o método: a busca pelo melhor modelo de ensino nas primeiras décadas do século XIX em Minas Gerais**

Como apontado anteriormente neste texto, questões referentes à instrução pública e ao método de ensino já aparecem no discurso inaugural de Dom Pedro I na Constituinte de 1823. Nele, o Imperador apontava a necessidade da fundação de escolas de ensino mútuo no Brasil, uma em cada província, as quais deveriam enviar representantes para corte a fim de aprenderem o novo método<sup>22</sup>. Contudo, foi somente a partir da lei de 15 de outubro de 1827 que o modelo de Lancaster passa a ser institucionalizado como o oficial no Brasil.

---

<sup>22</sup> Nos últimos anos do século XVIII na Europa, surge um novo método de ensino: mútuo ou de Lancasteriano. Logo o novo método foi exportado para outras nações para além das europeias, entre elas, o Brasil. Segundo



No contexto mineiro, assim como em outras localidades do Brasil, adotava-se até aquele momento o chamado método individual, que posteriormente passaria a ser identificado como “método antigo” em alguns documentos. De acordo com Faria Filho (2011) até o início do período imperial, o modelo individual se configurava como o principal meio de ensino, sendo utilizado, sobretudo, para a instrução doméstica, muito comum até aquele momento em Minas Gerais. Conforme o autor “Tal método consistia em que o professor, mesmo quando tinha vários alunos, acabava por ensinar a cada um deles individualmente” (FARIA FILHO, 2011, p. 140).

Todavia, com o advento imperial, em que se pretendia um projeto amplo de instrução pública elementar para a mocidade, o método individual não parecia o mais apropriado, uma vez que “O método individual caracterizava-se, pois, pelo fato de os alunos ficarem muito tempo sem contato direto com o professor, fazendo com que a perda de tempo fosse grande e a indisciplina um problema sempre presente” (FARIA FILHO, 2011, p. 140).

Assim sendo, no contexto do Império recém-criado, o método mútuo já bastante difundido em nações europeias naquele momento<sup>23</sup> passa a ser popularizado nos discursos oficiais do governo brasileiro. Em Minas Gerais o novo método também passa a ser disseminado. Logo, já na década de 1820, criam-se duas escolas elementares do modelo de ensino mútuo na província mineira, uma em 1826 e a outra em 1827 (INÁCIO et al., 2006). A criação dessas escolas foi precedida por ampla propaganda do método, realizada, sobretudo, através do periódico ouro-pretano *O Universal*<sup>24</sup>.

O jornal *O Universal* começa a ser produzido em Ouro Preto no ano de 1825, e já em seu primeiro ano passa a tecer elogios sistemáticos ao modelo mútuo em suas publicações. O periódico supracitado, juntamente com outros do período, defendia e disseminava a ideia de que só haveria uma nação civilizada se nela existisse uma organização efetiva da instrução pública para a juventude, com uma imprensa forte e livre (FARIA FILHO, CHAMON, ROSA, 2006).

---

Bastos (2005) no método mútuo, a responsabilidade do ensino é dividida entre o professor e os monitores. Assim, os monitores (geralmente alunos mais adiantados) auxiliavam os colegas no cumprimento das atividades.

<sup>23</sup> Conforme Bastos (2005), Lancaster criara uma escola para crianças pobre em Londres no ano de 1798. Com o desafio de ensinar muitos alunos com poucos mestres, teria decidido dividir os alunos em turmas, colocando em cada uma delas um monitor. Logo, seu método foi popularizado, já que “Lancaster percebe que, por esse método, um só professor era suficiente para dirigir, com ordem e facilidade, uma escola de quinhentos e até mil alunos” (BASTOS, 2005, p. 35-36).

<sup>24</sup> O periódico mineiro *O Universal* começa a ser editado na cidade de Ouro Preto no ano de 1825 e permanece em circulação até o ano de 1842, sendo publicado três vezes por semana neste recorte. Conforme Faria Filho et al. (2006) *O Universal* é um dos jornais que se destaca em Minas Gerais na primeira metade do século XIX, tanto pela sua longevidade, quanto pela regularidade, e por ter sido um forte formador de opiniões na província.

Dessa maneira, *O Universal* dedica, desde seus primeiros anos, parte de suas publicações para assuntos referentes à instrução pública mineira. No início de sua circulação o mesmo periódico apresenta uma série de artigos em uma sessão denominada “Educação Elementar”, discorrendo sobre o método mútuo e realizando uma espécie de propaganda do mesmo.

Em edição publicada no dia 27 de julho de 1825, o jornal faz apontamentos sobre o modelo afirmando que “Com esse methodo hum menino priguiçoso, ou de curtos talentos, não retarda o progresso dos outros que são mais industriosos ou de maior engenho<sup>25</sup>” (O UNIVERSAL, 1825). O método mútuo/monitorial é descrito pelo jornal como o mais apropriado a ser adotado na província, pois com ele se poderia instruir o maior número de crianças em menor tempo e com menores custos. Como descrito no periódico, com o sistema de “monitores”, os alunos mais adiantados não seriam prejudicados pelos outros, abreviando a formação dos estudantes.

Outra vantagem do modelo monitorial tange à disciplina dos alunos. Com o sistema de “recompensas e punições” sugerido pelo método, a formação moral do aluno se fortalecia. *O Universal* também faz referência a este ponto positivo do modelo de Lancaster, em publicação do dia 17 de agosto de 1825 “[...] tem a grande vantagem de obviar todas as dificuldades, facilitar o trabalho do mestre, e melhorar muitíssimo a condição moral dos discípulos” (O UNIVERSAL, 1825).

É interessante observar que estes textos foram publicados no ano de 1825, período anterior à adoção do método mútuo como o oficial do Império pela lei de 1827. Dessa forma, àquela época, os benefícios do modelo são apontados tendo como base a sua aplicação nos países europeus, ou seja, em outro contexto que não o brasileiro, e, por conseguinte, não o mineiro. Logo, o que se observa é que o periódico faz elogios sistemáticos sobre o método ao longo de suas publicações no ano de 1825, todavia, a sua aplicabilidade prática ainda não tinha sido realizada em terras mineiras, tampouco era comprovada a sua total eficácia para aquele contexto.

Além disso, é importante frisar que na ocasião das publicações supracitadas a Escola Normal da província ainda não havia sido instalada, nem criada. Até aquele período não havia ainda uma formação específica e institucionalizada para o professor em Minas Gerais, assim “Os professores que atuavam nas poucas escolas régias ou nas cadeiras públicas de primeiras

---

<sup>25</sup> Neste trabalho, optou-se pela transcrição fiel dos documentos, da mesma forma em que foram escritos nos originais.

letras herdadas do período colonial eram reconhecidos ou nomeados pelos órgãos do Governo responsáveis pela instrução” (ROSA, 2001, p. 29).

Em documentação encontrada no fundo da Instrução Pública do Arquivo Público Mineiro - APM foi possível localizar registros de atestados para o exercício da docência na província no período anterior ao estabelecimento da Escola Normal de Ouro Preto, mas concedidos posteriormente a lei da instrução de 1827, e fornecidos após prestação de exames junto aos representantes da instrução pública do governo. Pelos documentos percebe-se que os principais elementos avaliados nos exames dizem respeito ao caráter da letra, a gramática, a geometria, e, por fim, ao domínio do método mútuo. Em parecer do ano de 1827 é colocado:

Atestamos, e fazemos certo que no dia 9 do corrente mez e anno se procedeo à opposição da cadeira das primeiras letras do arraial de Santa Luzia na presença de [...], sendo oppositores os professores Francisco de Mello Barroso, e Alexandre Gomes de Araujo, e examinados, saio este segundo muito superior ao primeiro não só nos princípios da gramática, mas também no caráter da letra, e da certa ortografia. O referido é verdade, e o afirmamos com juramento [...] (APM, IP1/6 - Cx 01, 1827).

Em outro atestado fornecido no dia 24 de março de 1828, os pareceristas afirmam “O padre Joaquim Zacarias Pacheco, acha-se nas circunstâncias de reger a aula de ensino mútuo com a obrigação, porém, de aplicar-se à Geometria” (APM, IP1/6 - Cx 01, 1828). Do mesmo modo, em documento do ano de 1833, se aponta “Antonio Martins Machado deseja mostrar-se habilitado nas matérias exigidas pela lei, a fim de ocupar uma das cadeiras das primeiras letras pelo methodo de Lancaster, e pelos attestados juntos mostra a sua suficiencia e capacidade [...]” (APM, IP1/6 - Cx 01, 1833).

É perceptível pelos atestados que o domínio do método mútuo apresenta-se como critério importante para a seleção dos candidatos, mesmo que outras deficiências fossem detectadas neles, como é o caso da avaliação relatada no dia 5 de abril de 1832 atestando “O oppositor Luiz José de Azevedo satisfez ao exame em Gramática, Doutrina Cristã e practica do Ensino Mútuo. Só temos a notar-lhe, que não apresenta muito bom character de letra, e mostrou perturbação nas práticas de aritmética e geometria” (APM, IP3/3 - Cx 11, 1832).

De maneira semelhante, no dia 13 de abril de 1832 é expedido o seguinte atestado “O oppositor José Fortunato Cardoso da Silva, com quanto mostrasse demasiado acanhamento, satisfez todavia aos exames nas matérias que se devem ensinar nas aulas do Ensino Mútuo” (APM, IP3/3 - Cx 11, 1832).

Contudo, nem sempre o bom desempenho no que diz respeito ao método mútuo garantia ao candidato a sua aprovação, como é o caso do seguinte atestado de 8 de março de 1833:

Opositor Francisco José da Fonseca satisfaz ao exame em Geometria e prática do Ensino Mútuo; mas não satisfaz a algumas perguntas de grammatica, arithimetica, e doutrina cristã, pelo que nos parece que não está sufficientemente habilitado para reger uma aula de primeiras letras conforme a lei de 15 de outubro de 1827 (APM, IP3/3 - Cx 11, 1832).

Os registros documentais acima indicam que, embora o conhecimento do método mútuo seja de grande importância para a avaliação dos professores da época, os saberes sobre alguns conteúdos específicos também eram relevantes e constavam nas avaliações, mesmo que se relevassem alguns erros neste sentido.

Outro aspecto interessante de se tomar nota é a questão do domínio dos conhecimentos sobre a religião cristã, adotada como oficial do Império naquele momento e que fazia parte dos critérios avaliativos dos concorrentes. É possível observar no atestado apresentado que o exame sobre a doutrina cristã do candidato a cadeira das primeiras letras não satisfaz os avaliadores, o que influenciou na sua não aprovação para a vaga pretendida.

Igualmente, é curioso perceber que poucas eram as habilidades exigidas pelos professores para o exercício da docência primária, e que muitas vezes, deficiências nessas capacidades eram relevadas. É plausível inferir a partir dos atestados, entre outras coisas, a possível escassez de docentes naquele momento, o que diminuía as exigências dos pareceristas. Conclui-se, ainda, que a preocupação dos dirigentes governamentais do período estava mais focada no processo moralizador da instrução. Logo:

A educação será pensada como fator civilizatório, que permitiria ao país inserir-se na contemporaneidade, igualando-se aos países mais desenvolvidos. Através da difusão da educação para a população da província, esta tornar-se-ia capaz de submeter-se à ordem pública (GOUVEA, 2001, p. 44 - 45).

De acordo com Anunciação (2011), no início do século XIX, expandiu-se a ideia de governar pela via da educação. Por isso, no que tange a instrução pública, buscou-se ampliá-la e articulá-la ao aproveitamento do tempo:

A essa visão preventiva e controladora da educação, o ensino mútuo identificava-se porque era um método pautado na eficiência e na disciplina;

viria, portanto, a se enquadrar nessa configuração de poder que se estava consolidando (ANUNCIACÃO, 2011, p. 32).

Tendo em vista estes apontamentos, é possível concluir que momentos antes da criação da primeira Escola Normal da província, a preocupação com a formação do professor já é posta em debate. Àquele momento, o domínio do método pelos docentes primários fazia-se necessário para cumprir as exigências do novo sistema político instaurado, quais sejam: civilizar e disciplinar a população livre e pobre em um curto espaço de tempo e com baixos custos. Neste sentido, os professores transformam-se em personagens centrais neste processo, possuindo a tarefa de “[...] civilizar a população pobre através da instrução da leitura, das operações aritméticas e das noções dos deveres religiosos e morais, de acordo com a perspectiva político-pedagógica das elites governantes” (ANUNCIACÃO, 2011, p. 6).

Devido à necessidade de uma formação especializada para os docentes primários em Minas Gerais é que é criada, então, através da lei provincial nº 13 de 1835, a primeira Escola Normal da província. Contudo, o processo que vai da sua criação até a instalação é demorado e esbarra em uma série de dificuldades, só sendo concluído cinco anos após a publicação da referida norma.

### **1.3 A Escola Normal de Ouro Preto – da criação à instalação: antecedentes**

A primeira Escola Normal de Minas Gerais é criada em meados da década de 1830, contexto de muitas e significativas mudanças no Brasil e também na província mineira. Em âmbito nacional, o Império vivia um momento conturbado e de conflitos internos. Com a abdicação de Dom Pedro I ao trono e o seu retorno a Portugal, a nação passava pelo período regencial, altamente descentralizador. Em caráter regional, Minas Gerais se caracterizava como a província brasileira mais populosa daquele momento com grande diversificação econômica e demográfica em seu território.

De acordo com Paiva e Godoy (2001), na primeira metade do século XIX Minas Gerais apresentava fortes vínculos com mercados externos, sobretudo com a capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro. No que diz respeito à economia, se presenciava a diversificação da base produtiva da província. Neste contexto, o comércio da região era bastante complexo principalmente na área central mineira onde se localizava a sua capital.

A concentração populacional na área central da província e a complexidade urbana da capital, com setores de serviços, grande número de funcionários públicos e administrativos,

sinaliza o irrealismo da ideia - por muito tempo defendida - do esvaziamento demográfico das antigas áreas mineradoras nas primeiras décadas do século XIX.

Como posto anteriormente, na década de 1830 o Império brasileiro passava pelo contexto das Regências, numa conjuntura de instabilidade, disputas políticas e descentralização do poder. Presencia-se, neste período, o aumento da autonomia dos governos provinciais. No que tange à educação, também nota-se este processo de descentralização, principalmente após o Ato Adicional à Constituição, no ano de 1834.

O referido Ato, aprovado pela lei nº 16 de 12 de agosto, concedia ao governo central ocupar-se da educação na capital do Império e do ensino superior, e às províncias a responsabilidade com os níveis de ensino primário e secundário. Para dar conta dessa exigência legal - educação primária e secundária - Minas Gerais cria já no ano seguinte, em 1835, a sua primeira lei sobre a instrução pública do período imperial.

A lei nº 13 referente à instrução primária foi sancionada pelo vice-presidente da província de Minas Gerais, Antonio Paulino Limpo de Abreu, no dia 28 de março de 1835, e possuía 34 artigos que regulavam a criação das cadeiras da instrução primária, o provimento e os ordenados dos professores. É no artigo sétimo da referida lei que se estipula a criação da primeira Escola Normal mineira<sup>26</sup>. De acordo com ele “O Governo estabelecerá quanto antes uma Escola Normal para a Instrução primária do Artigo 1º, e para a do Artigo 6º, pelo método mais expedito, e ultimamente descoberto, e praticado nos Países civilizados” (MINAS GERAIS, 1835).

Já no artigo seguinte, a lei previa o envio de quatro cidadãos brasileiros para outras regiões do Império ou para o exterior, a fim de se habilitarem no melhor método de ensino do período, e ao retornarem, criarem escolas conforme o modelo. Ainda na lei nº 13, em seu artigo 18, ficava estabelecido que após dois anos de funcionamento da Escola Normal, não seriam admitidos professores que não se habilitassem por ela. A norma propunha que os professores que já estavam em exercício deveriam frequentar o instituto normal a fim de atualizarem seus conhecimentos. O artigo 17 da lei estabelecia também que “Os conhecimentos exigidos nesta Lei se provarão por exames públicos, feitos com aprovação perante o Governo, ou Delegados, a quem ele os cometer” (MINAS GERAIS, 1835).

É interessante perceber a repercussão da lei nº 13 em Minas, principalmente pela sua divulgação na imprensa local. Três dos jornais que circulavam na época apresentaram a

---

<sup>26</sup> Do ponto de vista da legislação, a Escola Normal de Ouro Preto foi a primeira a ser criada no Brasil, a partir da lei nº 13 de 28 de março de 1835. Contudo, A Escola Normal de Niterói, criada através da lei nº 10 de 4 de abril de 1835, foi a primeira a ser estabelecida no Império brasileiro, já que a de Ouro Preto só veio a funcionar, de fato, cinco anos após a sua criação legal.

notícia da sua criação e publicaram a norma na sua íntegra, são eles os jornais: *O Universal*, *Astro de Minas* e *Jornal Livro da Lei Mineira*. O periódico *O Universal* publica a lei completa na edição do dia 10 de junho de 1835. O *Astro de Minas* a divulga na sua publicação do dia 16 de junho de 1835. Por fim, o *Jornal da Lei Mineira* também a publica no ano de 1835, mas não apresenta data específica da notícia<sup>27</sup>.

É fato que os referidos jornais eram publicados em regiões centrais da província e nem todos os cidadãos tinham acesso a eles, principalmente levando-se em consideração que a população letrada da época era diminuta. Ainda assim, é inegável a importância da imprensa neste período em Minas Gerais, principalmente como divulgadora e difusora das ações políticas do governo. Neste sentido, a divulgação da norma da instrução pública mineira de 1835 pela imprensa sinalizava a importância dessa lei para o contexto político da época, sendo ela, até certo ponto, inédita no que tange à educação mineira no contexto imperial.

Dessa maneira, a lei nº13 é a primeira de Minas Gerais, enquanto província, a trazer à baila a questão da formação do professor primário e, mais importante, a propor a criação de uma Escola Normal nos métodos de ensino considerados mais modernos no período, exigindo a obrigatoriedade da formação normal do docente para o exercício da profissão. No que diz respeito ao método, a lei de 1835 não especifica qual deveria ser utilizado nas escolas, mas aponta que seriam utilizados os modelos mais modernos do período, ou seja, os que estavam sendo adotados nos países ditos civilizados.

A esta época, o modelo de Lancaster já não era tão bem visto como nos primeiros anos do Império, e já não era pregado como o melhor pelos representantes governamentais e pela imprensa. De acordo com Bastos (2005), no Brasil não houve de fato a implantação do método mútuo conforme a idealização inglesa. Para a autora, o que aconteceu em território nacional foi uma série de discussões políticas e determinações legais sobre o modelo, mas quase sem aplicabilidade “Na prática, não tivemos uma escola que comportasse mais de cem alunos, além de um número reduzido de professores realmente com domínio do método e com o material necessário para o seu desenvolvimento” (BASTOS, 2005, p. 49).

Ao que parece, assim como no restante do Brasil, em Minas Gerais também houve problemas para a implantação do modelo de Lancaster. Dessa forma, o jornal *O Universal* em maio de 1835 afirmava “O Vice-Presidente da Província, tendo visitado a Aula de ensino mútuo desta cidade observou que o método Lancasteriano se não tem sido completamente esquecido, é ali tão irregularmente praticado [...]” (O UNIVERSAL, 1835).

---

<sup>27</sup> Todos os jornais utilizados nesta investigação constam no site da Biblioteca Nacional.

De igual maneira, em pronunciamento na Assembleia Legislativa Provincial no ano de 1837 o presidente da província, Antonio da Costa Pinto, comunica “Em uma ou duas Escolas restão apenas vestígios do methodo de Lancaster, sendo provável que nenhum melhoramento terá, ou que não terá o estabelecimento d’outro mais expedido e praticado nos países civilizados [...]” (MINAS GERAIS, 1837).

Mesmo que a norma de 1835 estipulasse que fosse estabelecida o quanto antes a Escola Normal, o fato é que isso ocorreu somente cinco anos depois de sua criação legal. Durante esses anos, a questão do professor ainda era motivo de muitas discussões em Minas, principalmente pela escassez de profissionais qualificados, tanto para regerem a Escola Normal, quanto para ministrarem as cadeiras das primeiras letras no interior da província, o que dificultava o cumprimento de vários artigos estabelecidos pela lei nº 13.

Antonio da Costa Pinto, em discurso na Assembleia Legislativa no ano de 1837, comenta sobre os problemas em relação à consolidação dos artigos presentes na lei nº 13, principalmente no que diz respeito ao professorado. De acordo com o pronunciamento, nas cadeiras vagas estavam concorrendo alguns candidatos. Entretanto, esclarece que em várias regiões e círculos literários muitos não se animavam a prestar o concurso para docente, isso por que, entre outras coisas:

[...] a indústria começa a desenvolver-se, e aonde, por conseguinte, recursos mais vantajosos se offerecem ao homem activo, e de alguma intelligencia, os Ordenados, particularmente dos Professores das Escolas do 1º grau, não convidão a pessoas idoneas á abraçarem a profissão do Magisterio, honrosa por certo, mas ardua, sujeita á immensa responsabilidade, e para a qual se exigem condições muito especiais (MINAS GERAIS, 1837).

Dessa forma, e através deste pronunciamento, o presidente enumera alguns dos motivos pelos quais a procura pelo magistério e a qualidade de quem o procurava, sobretudo nas cadeiras do 1º grau, era escassa. Costa Pinto afirma ainda neste texto que muitos docentes demitiam-se alegando falta de recursos e baixos ordenados, e sugere que o governo concedesse gratificações aos professores para que estes ministrassem suas aulas nas cadeiras das regiões mais longínquas da província, a fim de estimulá-los a não abandonarem a profissão por outras mais vantajosas.

No que tange à Escola Normal, o presidente justifica-se dizendo que esta ainda não se encontrava estabelecida no ano de 1837 pelo fato de não haverem profissionais suficientemente habilitados para regê-la, e informa que o governo esperava o retorno dos dois cidadãos que estavam se instruindo em Paris no método de ensino mais utilizado nos países



civilizados, sendo eles os docentes Fernando Vaz de Melo<sup>28</sup> e Francisco de Assis Peregrino. Dessa maneira, somente a partir do retorno destes é que se estabelecería o instituto normal estipulado por lei, assim como outras as escolas elementares necessárias<sup>29</sup>.

#### **1.4 A instalação da Escola Normal de Ouro Preto em sua primeira fase e a efemeridade de seu funcionamento**

A Imperial Cidade de Ouro Preto - como passou a ser chamada a partir do ano de 1823, após a Independência do Brasil - por ser a capital da província mineira e localidade com considerável grau de desenvolvimento e urbanização no contexto do início do século XIX, foi escolhida como sede da instalação da primeira Escola Normal de Minas Gerais, no dia 5 de agosto de 1840.

De acordo com Andrade (2013) a capital da província passava por muitas modificações na primeira metade do século XIX. Segundo o autor, nas décadas de 1830 e 1840 a cidade se recuperava da crise dos anos 1810 e 1820, provocada pela queda da mineração, e despontava como centro comercial importante da região. Ouro Preto destacava-se, neste contexto, por comportar um grupo importante de advogados, médicos, tabeliães, militares e empregados públicos. A cidade imperial abrigava também grande parte da intelectualidade mineira da época.

Apesar da abdicação de Dom Pedro I, e da instabilidade que decorreu desta mudança, com crise inflacionária e monetária em todo o Império, nos anos 1830, a cidade de Ouro Preto apresentava significativa recuperação econômica “O estabelecimento do aparato administrativo provincial, a dinamização da agricultura, do fabrico artesanal, do comércio e da mineração realmente trouxeram fôlego para a estagnação da vida cidadina, sentida duramente até o final da década de 1820” (ANDRADE, 2013, p. 124).

O que se percebe é que apesar da queda da produção aurífera na região da capital de Minas, ela continuava a ser de grande importância para a província. No contexto das primeiras décadas do século XIX, a região mineradora central ainda era a que possuía maior contingente populacional, considerável dinamismo econômico e urbano, e concentração maior

---

<sup>28</sup> O docente Fernando Vaz de Melo teria se ocupado, em seu relatório, de tratar do assunto da instrução secundária, já Francisco de Assis Peregrino seria o responsável em investigar a educação primária. A este último também caberia a tarefa de dirigir a Escola Normal que deveria ser criada na província (Faria Filho et al., 2006, p. 77).

<sup>29</sup> De acordo com Faria Filho et al. (2006) viajar na primeira metade do século XIX não era uma tarefa fácil, e poucos possuíam esta oportunidade. Ainda assim, enviar professores para países europeus neste contexto não se restringiu à Minas Gerais, sendo este empreendimento executado também por outras províncias brasileiras.

da representação política e intelectual da época. Nas décadas de 1830 e 1840 a cidade Imperial de Ouro Preto possuía significativo destaque econômico, político e social. É nesse contexto, pois, que a então capital foi escolhida para sediar a Escola Normal que se almejava.

Entretanto, no ano de 1840 a precariedade da formação dos professores ainda era de grande monta. A escassez de profissionais qualificados e interessados em atuar na área da instrução ainda se apresenta como grande empecilho para o cumprimento da lei da instrução provincial de 1835. Em fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial no ano de 1840, o então Presidente Bernardo Jacintho da Veiga, afirma que havia falta de pessoas especializadas para regerem todas as cadeiras primárias da província já que, além do ensino das primeiras letras, seria dever deste profissional a transmissão de valores morais e religiosos, tarefas estas que exigiam grande comprometimento.

Em seu discurso, o presidente sintetiza a grande responsabilidade da profissão docente, e a dificuldade para se encontrar pessoas com tantos talentos. Por fim, questiona à Assembleia:

E quantos poderemos achar, Srs, que se incubão de ministério tão nobre, como difficio, possuídos do sentimento profundo, e religioso de seus deveres? Quantos, que a este sentimento reunão sufficiente illustração, e a habilidade necessaria para conciliar a brandura, os raciocínios, e a persuasão, a que tem direito a innocencia dos meninos, com aquella salutar severidade, que em certas circumstancias se torna indispensáveis para submeter à obediencia caracteres indocéis? Mui raros são certamente os homens assim dotados de tantas virtudes, que se disponhão a exercer o Magistério público, e a falta d' eles é a causa poderosa; que obriga muitas veses o governo a ser menos rigoroso na escolha dos proffessores (MINAS GERAIS, 1840).

A partir deste trecho, é possível observar a grande expectativa depositada no professor primário. O discurso do presidente vem ao encontro da ideia da profissão docente como uma espécie de sacerdócio, uma missão, em que só indivíduos dotados de muitos atributos poderiam exercer. Deste modo, e por falta de homens tão qualificados, é que Bernardo Jacintho da Veiga justifica o baixo rigor na contratação de profissionais na área e, por conseguinte, a baixa qualidade do ensino. É possível perceber, então, que o governo responsabiliza em grande parte o professor, ou a falta deste, pelo sucesso ou não da educação da juventude.

Neste mesmo relatório, o presidente pontua também que a educação elementar do sexo masculino se encontrava em estado crítico na província, mas salienta que a do sexo feminino

se encontrava em pior situação, e que a quantidade de professoras para ministrarem as cadeiras seria ainda mais escassa que as do sexo oposto.

Como solução imediata para todos estes problemas, o presidente sugere a diminuição das cadeiras na província. Admite também que o aumento do ordenado dos professores seria uma interessante solução, assim como a criação de escolas novas, mas completa “conserval-as todas, estabelecer outras nos districtos, que as devão ter segundo a lei actual, e elevar a já avultuada soma que se applica a este ramo, seria cousa incompatível com as presentes circunstâncias do Thesouro Provincial” (MINAS GERAIS, 1840).

Com relação à Escola Normal, na sua fala o presidente esclarece, mais uma vez, que foram enviados dois cidadãos mineiros para a França para se instruírem no método de ensino mais utilizado nos países civilizados, e que eles já haviam retornado no ano de 1840. Assim, um destes cidadãos, o professor Francisco de Assis Peregrino, é quem seria o responsável em dirigir a Escola Normal<sup>30</sup>. De acordo com o termo que assinara junto ao governo provincial, deveria ele ser o gestor do instituto por um período de pelo menos 10 anos, conforme o método de ensino que aprendera em território francês.

Às vésperas do estabelecimento da Escola Normal, o jornal ouro-pretano *O Universal*, na sua edição do dia 24 de maio de 1840, noticia que o presidente da província, Bernardo Jacintho da Veiga, havia decidido suspender a criação de novas escolas primárias até o estabelecimento e organização da Escola Normal. No dia 12 de junho desse mesmo ano, o periódico supracitado faz novamente referência ao instituto normal, comunicando que o presidente concederia recursos em várias áreas, inclusive com a instrução pública, auxiliando, entre outras coisas:

[...] as escolas da instrucção primária, inclusive a escola normal, com os objetos indispensáveis para os meninos pobres, os premios aos alumnos, que mais se distinguirem, o aluguel das casas para as escolas de Ouro Preto, e outras que forem frequentadas por mais de sessenta alumnos [...] (O UNIVERSAL, 1840).

No que diz respeito especificamente ao método, ao contrário das décadas anteriores, nos anos 1840 o modelo de Lancaster já não era tão apreciado e utilizado nas escolas mineiras, e deixa de ser exigência para o professorado, como aponta Bernardo Jacintho da

---

<sup>30</sup> Francisco de Assis Peregrino, após assinar contrato com o governo provincial no ano de 1835, se comprometera a estudar em Paris os métodos de ensino mais modernos do período e, ao retornar, dirigir a Escola Normal. O professor, natural da comarca de Sabará, viajara para a França no ano de 1836, com somente 21 anos de idade, e retornara dois anos depois, em 1838 (FARIA FILHO, CHAMON, ROSA, 2006).

Veiga “Quanto ao methodo, cumpri-me observar que, tendo sido quasi abandonado o ensino mútuo, que se adoptara em algumas Escolas da Província, voltou-se ao systema individual” (MINAS GERAIS, 1840).

Assim sendo, o presidente anuncia que com a volta do professor Francisco Peregrino em dezembro de 1838, este pronunciou-se favoravelmente à utilização do método simultâneo<sup>31</sup> na província, considerando-o o mais adequado para a instrução das crianças em detrimento do mútuo e do individual.

Dessa forma, após seu retorno, Francisco Peregrino escreveu um relatório que denominou de “Memórias” e o entregou ao governo provincial em setembro de 1839, discorrendo sobre sua experiência e suas observações nas escolas de Paris. No relatório supracitado, o professor afirma que para a adoção de métodos estrangeiros são necessárias condições materiais, de mobiliário e espaciais adequadas. Ou seja, a administração provincial deveria desprender, antes de qualquer coisa, recursos financeiros para o estabelecimento das novas escolas que deveriam ser fundadas nos modelos europeus.

O docente tece ainda uma série de elogios ao método simultâneo que havia presenciado na prática, dizendo ser este o verdadeiro método e o único favorável a todas as localidades. Do mesmo modo, ao longo de suas Memórias o professor estabelece comparações entre os métodos simultâneo, individual e mútuo, salientando as vantagens do primeiro em relação aos dois últimos.

Assim, Peregrino critica a morosidade do método individual, tão utilizado àquela época ainda em Minas Gerais, afirmando não ser de se estranhar que em quatro ou cinco anos os meninos ainda saíssem sem saber ler e escrever. Quanto ao método mútuo, o professor questiona “Se pois o método mútuo não é geralmente adoptado em França, cuja as proporções não podem ser desconhecidas para aquelles para quem escrevo, como hade elle acomodar-se á Província de Minas, onde tanta falta se sente de que julgão necessário?” (MINAS GERAIS, 1840). Seguindo este mesmo raciocínio, o professor completa a sua fala:

O methodo mutuo exige um material considerável, um local vasto, e de mais o concurso de muitas circunstancias favoráveis: por exemplo, a assiduidade dos Monitores [...]; a muito íntima comunicação dos meninos depois da aula; as relações de vizinhança dos pais, e mais parentes oppoem-se a que os mesmos monitores exerção em seus círculos literários a ação moral, que em outro lugar pode produzir mui bons resultados (MINAS GERAIS, 1840).

---

<sup>31</sup> Conforme Faria Filho (2003) o método simultâneo permite a atuação do professor em relação a vários alunos simultaneamente, tornando a turma mais homogênea, e facilitando o maior aproveitamento do tempo. Contudo, o estabelecimento do modelo simultâneo só torna-se possível com materiais didáticos e pedagógicos que façam com que o professor mantenha os vários grupos de alunos ocupados ao mesmo tempo.

Nesta parte do texto, Peregrino toca em uma temática muito importante para o sucesso ou não da adoção de métodos de ensino estrangeiros no Brasil, que é a questão das especificidades locais e os contextos de implantação dos modelos. Ou seja, como o professor mesmo questiona: um método que já não era quase utilizado na França, um país dito “civilizado” naquele momento, como poderia dar certo em um contexto em que até pouco tempo era colonial, arcaico e sem muitos recursos?

Peregrino faz referência ainda à questão da proximidade entre alunos, monitores e pais, presente em território mineiro, salientando que esta aproximação, e muitas vezes até afeição, dificultava a ação efetiva dos monitores, que apesar de mais adiantados continuavam sendo jovens e alunos. Mais uma vez, o professor exulta o método simultâneo, ao dizer “A diferença essencial que se pode notar entre o methodo simultâneo e o mútuo é que aquelle os discípulos recebem a lição diretamente do professor, o que é um grande bem [...]” (MINAS GERAIS, 1840).

Durante a primeira metade do século XIX, em que se buscava um método de ensino eficiente para a instrução pública elementar da mocidade no Brasil, o que se percebe é que, muitas vezes, o fracasso da apropriação de modelos importados para a realidade nacional se dava justamente por estes modelos atenderem às condições de seus países de origem, e não se adequarem à realidade das recém-criadas províncias brasileiras. O que se percebe também é que muito mais do que investir na busca de métodos que contemplassem a realidade nacional, o governo imperial buscava trazê-los prontos de países que eram considerados modelos de modernidade e civilidade naquele momento.

Assim, após cinco anos de sua fundação legal, a Escola Normal de Ouro Preto é finalmente estabelecida no dia 5 de agosto de 1840, sob a regência e direção do professor Peregrino, que já afirmava em seu relatório entregue ao governo provincial “[...] eu me encarrego de reger por algum tempo uma escola normal ao lado de um professor de minha escolha, a quem habilitarei para continuar com ela, e afianço os seus bons resultados” (FARIA FILHO et al., 2006, p. 96).

No ano de 1842, o periódico *O Universal* em sua edição do dia 8 de janeiro noticia sobre o funcionamento da Escola Normal de Ouro Preto, afirmando que esta se encontrava com um contingente de 40 alunos naquele momento e apresentava-se quase completa, em termos de estrutura. Afirma ainda que faltavam somente alguns materiais indispensáveis para a adoção do novo método, sendo eles compêndios e tabelas, que o governo havia mandado imprimir na capital do Império e que iriam ser transportados pessoalmente de lá pelo

professor Francisco Peregrino “[...] que deverá ocupar-se da regência da Escola logo que regresses. Ella acha-se provisoriamente a cargo de um dos Professores de Instrução primária desta capital” (O UNIVERSAL, 1841).

A partir dessas informações, é possível inferir o aparente empenho do professor Francisco de Assis Peregrino na construção e consolidação da Escola Normal que ficaria ao seu encargo. Afinal, primeiro foi para a França a fim de estudar o método de ensino mais adequado para ser adotado por ela, e tempos depois, viajou novamente, desta vez para a capital do Império, com o intuito de pessoalmente imprimir materiais necessários para o seu funcionamento.

Todavia, nem todas as autoridades da província acreditavam fielmente no empenho do professor Peregrino em relação à construção da Escola Normal. No ano de 1842, o jornal mineiro *O Correio de Minas*<sup>32</sup> noticia na íntegra a 32ª sessão da Assembleia de Minas, que acontecera no dia 18 de março de 1841, em que se apresenta uma discussão acalorada sobre a viagem do professor ao Rio de Janeiro.

Durante a sessão, um dos deputados, o senhor Badaró, interrogara o presidente da província através de um requerimento sobre uma notícia divulgada por um periódico (periódico não citado no texto), em que este afirma que Peregrino estava na Corte para fazer fogos de artifício em ocasião da coroação do Imperador Dom Pedro II. Assim constitui-se o requerimento:

Requeiro que se pergunte ao governo, se o professor Francisco de Assis Peregrino vence ordenado de seu emprego durante o tempo em que se acha na Corte ocupado em preparar fogos de artifício. E que se peça copia da ordem pela qual foi o mesmo authorisado a ir a Corte deixando o seu emprego (O CORREIO DE MINAS, 1842).

Em resposta ao requerimento, outros dois deputados, os senhores Miranda e Antunes Correia se pronunciaram, de certa maneira, em defesa de Peregrino e do governo. O primeiro afirma que, de acordo com o relatório oficial do governo, o professor apresentara-se na Corte para imprimir materiais para a Escola. O segundo, por sua vez, aponta que a administração provincial provavelmente não o teria enviado para o fim de preparar fogos de artifício, e afirma à Assembleia, que os membros dela não deveriam dar muitos créditos ao que chama de “estes periódicos”.

---

<sup>32</sup> O Jornal *O Correio de Minas* era editado na cidade de Ouro Preto na Rua do Ouvidor, e na casa do Sr. Francisco de Magalhães Gomes, na Rua São José. Sua publicação era feita duas vezes por semana.

Muitos outros deputados opinaram sobre a validade ou não do requerimento sobre a ida do professor Peregrino à Corte, alguns contra, outros a favor. De acordo com a publicação, muitos deputados fizeram uso até do humor para discutirem sobre o caso, como o mesmo senhor Antunes Correia, que acompanhado de risadas ao final de seu discurso, profere:

Pela minha parte não consentirei, que sem utilidade publica se gastem os dinheiros da Província, principalmente para fogueteiro, ficando a mocidade da Província sem aproveitarem as despezas e sacrificios feitos para a sua instrucção, ficando como dantes, como discípulos do Padre Ignácio (O CORREIO DE MINAS, 1842).

Outro deputado, o senhor Soares de Couto, disse não concordar com a primeira parte do requerimento, afirmando que o governo já havia divulgado, em relatório, o motivo real da ida do professor para o Rio de Janeiro. Contudo, em relação à segunda parte, diz concordar em termos, já que não estando pronta ainda a impressão dos materiais, outro indivíduo podia se encarregar de esperar por elas, e não necessariamente Peregrino. O deputado senhor Paulo Santos, porém, apresenta-se mais enérgico em relação a sua opinião sobre o professor, afirmando:

Este Sr Peregrino foi mandado a França a custa de grande sacrificio provincial para habilitar-se e vir estabelecer na Província uma escola normal; mas o Sr. Peregrino ficou tão atraído dos costumes da Europa, que não se podia acomodar mais com os do seu Paiz: o anno passado tentou voltar á França com um novo contrato sem cumprir o primeiro, e sempre á custa da Província. Não obtendo, propos, como necessidade indispençável ir ao Rio de Janeiro para assistir a impressão de certos compendios para a escola normal [...] (O CORREIO DE MINAS, 1842).

O deputado segue seu discurso tecendo duras críticas ao professor, insinuando que este, com a desculpa de buscar benefícios para a Escola Normal, fazia uso do dinheiro público para viajar e ainda afirma “[...] que o governo exerceo um patronato escandalozo nessa condescendencia com o Sr. Peregrino” (O CORREIO DE MINAS, 1842). E completa sua fala dizendo que possuía coragem para censurar os erros do presidente da província, inclusive em relação ao professor Peregrino.

Deste modo, é possível perceber que apesar do discurso oficial do governo exaltar os feitos de Francisco de Assis Peregrino, nem toda a Assembleia Provincial estava certa de sua boa conduta, criticando, inclusive, o apoio governamental ao professor e às suas viagens, sobretudo esta última a Corte. Os deputados consideram-na desnecessária, já que para a

impressão dos materiais outro funcionário público poderia ter sido enviado, e não diretamente ele, que era tão fundamental e indispensável para a Escola Normal.

Porém, como resposta às críticas proferidas ao professor pelos deputados da Assembleia, o jornal *O Universal* em publicação do dia 28 de janeiro de 1842, divulga um artigo tentando esclarecer a polêmica em relação à ida de Peregrino à Corte e a questão dos fogos de artifício.

De acordo com o texto, Francisco Peregrino teria ido para o Rio de Janeiro para a impressão dos materiais, assim como havia sido noticiado oficialmente pelo governo. Entretanto, lá estando, e sendo vésperas da coroação de Dom Pedro II, na intenção de ajudar a abrilhantar a festa, segundo o jornal, o professor teria se oferecido ao Ministro do Império “[...] para preparar um brilhante espectáculo de fogos de artifício, empregando neste trabalho as lições curiosas de chimica, que aprendera em França” (O UNIVERSAL, 1842).

Portanto, por meio da leitura das fontes, há indícios que opiniões diversas sobre o professor - divulgadas através da imprensa - são expostas. E mais, que as críticas sobre sua ida à Corte são também reflexos de divergências políticas, entre governo e oposição. O fato é que, apesar das críticas e querelas políticas, para o governo provincial a figura de Peregrino aparece como de extrema importância para a educação mineira do período, e para o êxito da Escola Normal.

No calor de toda essa discussão, no ano de 1842 acontece a morte repentina do professor Peregrino, vítima de um incêndio acidental com fogos de artifícios. O vice-presidente da província na época, Herculano Ferreira Penna, em fala à Assembleia Legislativa Provincial, informa, com pesar e oficialmente, a morte do professor Francisco de Assis Peregrino, e completa:

[...] ali succunbio desgraçadamente victima de incêndio do Palacete, ficando assim cortada a sua esperançosa carreira, e privando a Província dos serviços, que elle era capaz de prestar-lhe. Diversos Compendios e Tabelas, que elle fez imprimir por conta do governo, forão já conduzidos á esta Capital, e trato de mandar distribui-los pelas Aulas públicas (MINAS GERAIS, 1842).

Conforme o relatório é possível notar que os materiais de que fora incumbido de trazer da Corte chegaram a ser entregues apesar do trágico acidente de Peregrino. O vice-presidente informa ainda que mesmo após a morte do professor, a Escola não deixou de funcionar, e que recebia, àquele momento, 36 alunos. Com o falecimento de Peregrino, a instituição



funcionava provisoriamente sob a supervisão de um docente substituto, responsável por uma das cadeiras primárias da capital<sup>33</sup>.

No que tange ao método utilizado naquele momento pela Escola Normal, o vice-presidente pontua:

[...] seguindo-se por ora um methodo, que participa do geralmente praticado na Provincia, e do ensino mútuo, de sorte que muitos aperfeiçoamentos são ainda necessários, para que possa ser util a Provincia já deliberada de virem os Professores Públicos da Provincia frequentar essa Escola (MINAS GERAIS, 1842).

O primeiro método referido no trecho, possivelmente, é o individual, tendo em vista que é apontado como o que geralmente é praticado na província. O segundo, como explicitado, é o mútuo. Com o falecimento do detentor dos conhecimentos sobre o método simultâneo, coube a Escola Normal da então capital adotar, mesmo que, como dito, provisoriamente, os métodos que os docentes atuantes já possuíam algum conhecimento, ou seja, o individual e o mútuo.

Mesmo afirmando que a o curso normal continuava funcionando, fica claro no discurso do vice-presidente que a Escola ainda necessitava de reparos e aperfeiçoamentos. Fica explícito também, o impacto trazido pela morte do professor Peregrino, que seria o encarregado da direção da Escola Normal, haja vista toda a expectativa depositada nele. Desse modo, após alguns meses de funcionamento sem Peregrino, o governo provincial dispensou seu substituto e cortou o orçamento destinado ao instituto, utilizando como justificativa a morte do docente que deveria regê-lo (ROSA, 2001).

Apesar da justificativa oficial de que os recursos para o funcionamento da Escola Normal foram cancelados devido à morte de Peregrino, é possível inferir que esta não era a única causa para o seu fechamento. Isso porque o professor já havia se ausentado da instituição no ano anterior para ir à Corte, deixando como substituto um docente das primeiras letras da capital. Fica então a seguinte indagação: porque não manter as aulas funcionando com o professor que já nela atuava como substituto? A quantidade de alunos matriculados naquele período não era muito inferior ao do começo do curso, já que contava com 36 alunos. Não seria então melhor mantê-la, já que havia quantidade considerável de alunos frequentando-a?

---

<sup>33</sup> Na documentação utilizada nesta investigação não foi localizado o nome do docente substituto.

Como apontado nos documentos oficiais, apesar de estar instalada, a Escola Normal de Ouro Preto funcionava com dificuldades e deficiências, e com a viagem do professor Peregrino para o Rio de Janeiro, seu substituto atuava ainda ensinando o método antigo juntamente com o mútuo. Sabe-se que muitos dos alunos da Escola Normal já atuavam na prática, e, por conseguinte, já possuíam o domínio do método antigo. Ou seja, para fazer-se relevante manter o instituto normal seria necessária a presença de docentes instruídos no novo método de ensino, o simultâneo, o que aparentemente não havia na província naquele momento.

Além disso, são recorrentes as reclamações dos dirigentes provinciais em relação aos gastos com a instrução pública, questionando-se sempre a ineficiência dos recursos destinados a esta área. Ou seja, pregavam que muito se desprendia e pouco retorno se via em relação à instrução. Dessa forma, também é possível entender o fechamento da Escola Normal como uma via de contenção de gastos governamentais, respaldados na justificativa da morte do seu diretor. Todavia, nos anos que se seguiram a este fechamento, a questão do ensino normal e da formação do professorado continuou sendo temática de discussão em Minas Gerais.

## **2. A ESCOLA NORMAL DE OURO PRETO EM MEADOS DO SÉCULO XIX: UM PERCURSO MARCADO POR INSTABILIDADES**

Ao longo deste capítulo pretende-se abordar os momentos de crise e reestruturação da Escola Normal de Ouro Preto em meados do século XIX, bem como apresentar as discussões governamentais nos períodos em que esta esteve inativada. Assim, primeiramente irá se discorrer sobre os anos intermediários entre a suspensão da Escola Normal da então capital mineira e o seu reestabelecimento na década de 1840, a partir da lei provincial nº 311 de 1846. Apresentar-se-á também o processo de reinstalação da Escola, e o seu funcionamento entre os anos de 1847 a 1852, quando mais uma vez foram interrompidas as suas atividades.

Na segunda parte do capítulo far-se-á – por meio da análise das discussões políticas provinciais presentes nos relatórios das sessões da Assembleia Legislativa Provincial – uma discussão sobre o período (quase 20 anos) em que a Escola Normal ouro-pretana esteve fechada em meados do século XIX. Atentar-se-á, principalmente, para o silêncio governamental em relação ao assunto nos anos imediatamente posteriores à suspensão, a busca pelo reestabelecimento em finais dos anos 1850, a reclamação constante pela má formação do docente, e, por fim, a demanda, mais uma vez, em finais dos anos 1860, pela reestruturação do instituto.

### **2.1 O problema da formação do professor e o anúncio da criação de uma nova Escola Normal na província**

Após o fechamento da Escola Normal de Ouro Preto no ano de 1842, o que se percebe é um silêncio em relação ao assunto nos relatórios da presidência da província na Assembleia Legislativa nos três anos que se seguiram ao encerramento das atividades. No entanto, o debate sobre a instrução pública não cessou nos discursos governamentais, especialmente no que diz respeito à questão da qualidade da formação dos docentes para o ensino das primeiras letras.

No ano de 1843, o presidente da província Francisco José de Souza Soares, em fala dirigida à Assembleia na abertura da sessão ordinária, salientou que a quantidade de cadeiras vagas em Minas era grande, tanto para o ensino primário masculino e feminino, como para o secundário. Afirmou ainda que, além deste fator preocupante, grande parte dessas cadeiras estava sendo regida por professores substitutos, devido à escassez de docentes qualificados para os cargos:

Este mappa he ainda huma demonstração do quanto será difficil achar bons mestres, e bons Professores para todas as escolas, e quanto mais conveniente será economizar nessas 37 aulas de instrucção secundaria a favor de huma escola geral estabelecida perto dessa Capital em lugar mais saudável, e com mestres atrahidos por muito bons ordenados (MINAS GERAIS, 1843).

Pelo pronunciamento é possível notar, mais uma vez, o desejo da presidência em diminuir o número de cadeiras, em favor da criação de uma escola maior e concentrada na capital. É possível notar também a preocupação com a qualidade e quantidade de mestres para ministrarem as aulas. Além disso, a questão do salário aparece novamente neste discurso, sendo considerada a melhoria deste uma alternativa para atrair novos professores. No entanto, a queixa em relação aos baixos ordenados dos docentes não é novidade nos pronunciamentos oficiais do governo, sendo, pelo contrário, uma recorrência. Contudo, ao que parece, não aconteceram melhorias neste sentido ao longo dos anos, já que as reclamações permanecem nos discursos.

No ano de 1844 o presidente, que continuava a ser Francisco José de Souza Soares, aponta outro problema que, segundo ele, afetava o cumprimento da lei nº 13 de 1835. Conforme Soares, a obrigatoriedade do ingresso de todas as crianças nas escolas das primeiras letras era inviável naquele momento em Minas Gerais, já que “Há muitos pais que nem podem mandar seus filhos ás escolas por não terem com que os vistão, e a quem se acha em tais circumstancias cabe muito mal uma multa” (MINAS GERAIS, 1844). Dessa forma, o presidente pontua uma questão importante, ao destacar que muitos problemas de ordem social influenciavam na frequência ou não dos alunos às escolas naquele momento.

A esse respeito, Viana (2006) chama atenção das dificuldades em se fazer cumprir a lei nº 13 na província no que tange a obrigatoriedade da frequência dos alunos nas aulas. Isso porque, muitas vezes, as escolas se encontravam em localidades distantes dos alunos, o que fazia com que a chegada destes na instituição fosse dificultada. Além disso, a condição de pobreza das famílias fazia com que muitas vezes elas precisassem empregar as crianças nos trabalhos domésticos e também “Não podiam comprar os materiais necessários à aprendizagem da leitura e escrita e nem manter a criança numa das localidades onde havia escola pública” (VIANA, 2006, p. 127).

Gouvêa e Jinzenji (2006) afirmam que o público para o qual era dirigida a instrução elementar pública na primeira metade do século XIX em Minas Gerais era o das camadas mais baixas da sociedade. Pontuam ainda que, frequentemente, os delegados de ensino faziam

alusão à origem humilde dos alunos das escolas. Sabe-se que a instrução neste período possuía como objetivo moralizar e civilizar a população livre e pobre da província, de acordo com modelos europeus. Todavia, como posto, as condições para a permanência dos alunos pobres nos ambientes escolares eram difíceis e esbarravam em uma série de dificuldades, como o acesso às escolas, a falta de materiais e roupas para os alunos, e a necessidade destes terem que trabalhar desde muito cedo para ajudar na manutenção da casa. Novamente, as especificidades locais não correspondiam ao que desejava o governo provincial no que tange à instrução pública.

Quanto à questão dos docentes, o Presidente Francisco José de Souza Soares vem em defesa dos professores particulares, afirmando não concordar com a ideia de que, para eles ministrarem suas aulas, precisassem se habilitar nos exames perante o governo. É interessante perceber, porém, que o presidente não apresenta a mesma benevolência no que diz respeito aos mestres públicos da província:

Que os mestres públicos e seus substitutos não possam ser sem que tenham passado por exames rigorosos, e sem que de sua conducta haja informações muito satisfactorias, isso acho eu justo, e o tenho sustentando o quanto posso, porque entendo que mais vale ter cadeiras vagas do que mal providas; mas não posso pensar na mesma sorte quanto aos mestres particulares; antes entendo que para sustentar bem o rigor por um lado convém ceder pelo outro, e prohibir unicamente que ensinem os pregadores de doutrinas subversivas ou contrárias á moral, procedendo-se contra elles por todos os modos que as leis e a boa policia reclamarem (MINAS GERAIS, 1844).

É curioso o posicionamento do presidente em relação aos exames para a habilitação dos professores em Minas Gerais no período. Se por um lado exige avaliações criteriosas para os professores públicos e seus substitutos, por outro, entende que os docentes particulares não deveriam passar pelos mesmos processos avaliativos, e a única exigência para estes é que não possuíssem doutrinas subversivas. Ou seja, no que tange aos professores particulares, não importava o domínio em relação aos conteúdos ministrados, e sim se eram ou não a favor das doutrinas vigentes e bem vistas do ponto de vista governamental.

No ano de 1845, o discurso do vice-presidente da província Quintiliano José da Silva, na sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial não difere muito dos proferidos nos anos anteriores na mesma Assembleia. O vice-presidente reitera, mais uma vez, a falta de escolas em Minas e o quanto isto é prejudicial à instrução pública, mas, completa, apresentando a mesma justificativa já colocada em anos anteriores “[...] mas eu entendo que

em quanto não melhorarem nossos recursos financeiros, nada deve melhorar a este respeito” (MINAS GERAIS, 1845).

No ano de 1846 a discussão sobre a Escola Normal, após muitos anos, volta a figurar no discurso do então Presidente Quintiliano José da Silva na Assembleia Legislativa, em que este comunica que o quanto antes deveria ser estabelecido um novo instituto normal na província. Dessa forma, afirma em sua fala “[...] que sem huma Escola Normal, e bem regida na Capital, não poderemos estabelecer com vantagem estas Escolas nos outros pontos da Província” (MINAS GERAIS, 1846).

A discussão recorrente sobre a baixa qualidade do professor primário e das escolas públicas de Minas Gerais volta a ser ponto de pauta na fala das autoridades da província. De acordo com o presidente, a pouca procura pelas escolas se dava pela instabilidade do professorado e pela falta de recursos materiais adequados para o ministério das cadeiras primárias, e completa “Entretanto não era possível que sucedesse de outra sorte, por que sendo tão mesquinhos os ordenados dos professores e commumente tão mal pagos, só acceitão, e procurão este pezado onus aquelles, que absolutamente não podem encontrar outro meio de vida” (MINAS GERAIS, 1846).

A fim de resolver tamanhos problemas na instrução pública mineira do período, o governo provincial montou uma comissão composta pelo secretário do governo Antonio José Ozorio de Penna Leitão (futuro diretor da Escola Normal em sua segunda fase) e o professor Elias Diogo e Costa. Essa comissão deveria examinar as escolas públicas da província com a finalidade de analisar seus estados de funcionamento e os métodos de ensino utilizados, para propor as bases para a reforma na instrução pública e para o reestabelecimento da Escola Normal.

Após a conclusão da inspeção, a comissão constatou o deplorável estado em que as escolas públicas se encontravam naquele momento, que o método mútuo havia sido quase que completamente esquecido, e que os materiais da antiga Escola Normal estavam disseminados e destruídos, sendo que para quase nada mais serviam. Para sanar tais problemas, Quintiliano José da Silva sugere, mais uma vez, o fechamento de várias escolas e que se mantivessem em funcionamento somente as que contavam com grande número de alunos.

O presidente sugere, novamente, que facilidades sejam estabelecidas no que tange às escolas particulares, afirmando que estas devem ser sim inspecionadas, mas, sem tanto rigor, afinal “[...] vós sabeis que para estes são os pais de família os melhores fiscais que podemos achar” (MINAS GERAIS, 1846). Assim, o presidente defende a ideia que de, por pagarem pelos estudos dos filhos, os “pais de família” como denomina as famílias de alta renda, se

preocupariam mais com a educação dos filhos e a qualidade dos professores do que os pais de alunos pobres que frequentavam as aulas públicas.

Gouvêa e Jinzenji (2006) chamam a atenção para a ideia pregada em Minas Gerais na primeira metade do século XIX sobre a suposta incapacidade dos pais das famílias mais pobres em fornecerem educação de qualidade para os seus filhos. Segundo as autoras, o que se observa, neste período, é a ideia de que as famílias não seriam capazes de fornecer a instrução intelectual e moral para as crianças, e por este motivo caberia ao Estado assumir este papel de formador. Contudo, pelos discursos governamentais, é possível notar que, quando se trata dos filhos das classes abastadas, este posicionamento muda, e os pais passam a ser “fiscais” do processo de instrução de seus filhos.

Viana (2006) aponta que era comum no imaginário das autoridades da época que as famílias mais pobres de Minas eram ignorantes e que não se preocupavam com a educação de seus filhos, e daí a necessidade da intervenção do governo. Conforme a autora, esse argumento pode ser refutado, pois “[...] no conjunto de documentos lidos foi possível encontrar abaixo-assinados de pais de família que ameaçavam tirar seus filhos da escola, caso o professor não fosse repreendido ou destituído do cargo” (VIANA, 2006, p. 127). Ou seja, ao contrário do que o Presidente Quintiliano José da Silva aponta, não só as famílias mais abastadas inspecionavam o trabalho dos docentes, mas também as das camadas populares.

Por fim, após a conclusão da inspeção pela comissão designada, e da constatação do estado calamitoso da instrução pública mineira do período, o governo provincial propõe uma série de mudanças para este segmento social. Modificações estas que seriam institucionalizadas através da lei nº 311, de 8 de abril de 1846. Com a nova legislação ficava firmado, entre outras coisas, o reestabelecimento da Escola Normal em Ouro Preto.

No dia 8 de abril de 1846 foi sancionada a lei nº 311, composta por 19 artigos, e que já em seu primeiro estipulava que em todas as escolas da província deveria ser adotado o método simultâneo para o ensino da mocidade. Vários artigos da norma tratavam sobre a utilização do modelo simultâneo, comprometendo-se o governo a oferecer os recursos materiais necessários para a adoção do mesmo em todas as escolas mineiras, inclusive a normal.

A legislação ainda previa que todos os professores da província deveriam instruir-se na Escola Normal a ser instalada na capital (inclusive os substitutos), e que enquanto estivessem nela estudando, não perderiam seus ordenados e não precisariam pagar os suplentes das cadeiras, pelo contrário, os que nela ingressassem e se formassem, receberiam gratificações do governo. Da mesma forma, após se habilitarem na Escola Normal, de acordo com o artigo 6º da lei nº 311 “Regressarão os professores á sua escola, logo que por um

exame feito perante o Presidente da Província for reconhecida sua capacidade para estabelecer aquelle methodo” (MINAS GERAIS, 1846).

Ainda de acordo com a norma de 1846, após um ano de funcionamento do instituto de formação, nenhuma escola poderia ser regida por um método que não fosse o simultâneo. Desse modo, a lei nº 311 estabelece, claramente, que o modelo simultâneo deveria ser o adotado oficialmente em Minas Gerais, e que todos os professores provinciais teriam que instruir-se nele. A instrução para o novo método, por sua vez, seria ministrada no interior da Escola Normal, que àquele momento estava prestes a ser reorganizada.

## **2.2 Segunda fase: o reestabelecimento do instituto normal ouro-pretano e a discussão sobre o método**

A partir da lei nº 311 de 8 de abril de 1846 foi reestabelecida a Escola Normal da então capital mineira. Já no ano seguinte, em 1847, voltava a funcionar um centro formador em Ouro Preto. Em fala à Assembleia Legislativa no ano de 1847, o Presidente Quintiliano José da Silva discorre sobre os preparativos para a instalação do instituto. Conforme o presidente, ele encontrava-se, à época do pronunciamento, quase que inteiramente pronto, e que para ser aberto só era necessário chegar “[...] da Corte diversos objectos, que lhes são indispensáveis e que se esperão a cada momento” (MINAS GERAIS, 1847).

A Escola deveria, *a priori*, ser regida pelo secretário do governo, o professor Antonio José Osório de Pina Leitão, e os alunos desta teriam que ser habilitados pelo método simultâneo. No relatório, Quintiliano José da Silva informa ainda que havia sido transferida, naquele período, a biblioteca pública da cidade de Ouro Preto para o prédio em que funcionaria a Escola Normal.

A lei nº 311 além de estipular a criação, pela segunda vez, do curso normal de Ouro Preto, estabelecia de maneira obrigatória a frequência neste curso dos indivíduos que pretendiam ingressar na carreira docente, assim como para aqueles que já atuavam na profissão.

De acordo com Inácio et al. (2006) a partir da obrigatoriedade da frequência na Escola Normal, foram produzidos elementos que tornariam legítimos ou não os conhecimentos dos professores que já atuavam ou que deveriam atuar nas cadeiras das primeiras letras. Ou seja, ao mesmo tempo em que se estabeleciam critérios para a formação do professor, também se criava a imagem do docente não preparado, qual seja, o que não frequentou o instituto formativo:



[...] quando se estabilizou a ideia da necessidade da formação de um modelo de professor, o sentido anterior foi obscurecido, ou seja, o professor desqualificado era aquele que não passou pela Escola Normal. A criação de um modelo foi, ao mesmo tempo, a criação da figura do professor desqualificado (INÁCIO et al., 2006, p. 68).

Assim, de acordo com a norma de 1846, após frequentarem o instituto normal por um período de dois meses, os professores deveriam prestar um exame perante o governo provincial, com a finalidade de avaliar os conhecimentos adquiridos após a conclusão do curso e com isso habilitarem-se à docência. Logo:

Esses exames para provimento das cadeiras da instrução pública tinham como objetivo demonstrar os conhecimentos adquiridos durante a frequência na Escola Normal. Os exames se constituem como uma pauta de preocupações em torno das quais os sujeitos deveriam ser formados e para as quais deveriam construir determinadas sensibilidades (INÁCIO et al., 2006, p. 65).

Após o término do curso normal, a direção do instituto deveria emitir um atestado de frequência, informando estar o docente apto ou não para realizar o exame. Um destes atestados foi emitido no dia 23 de janeiro de 1848, em que o professor que já atuava na profissão, Carlos José Ferreira, após ter frequentado a Escola Normal por dois meses, recebeu a declaração do diretor Antônio José Osorio de Lima Leitão, considerando-o preparado para realizar o exame avaliativo perante o governo, em conformidade com a lei de 1846 “Attesto que o Sr. Carlos José Ferreira, professor da cachoeira do campo, frequentando essa aula desde o dia 04 de novembro do anno passado, época de sua matrícula, acha-se prompto actualmente para o exame, de que se trata o artigo 11 da lei provincial n. 311” (APM, IP1/6 - Cx 01, 1848).

Como apontam Faria Filho et al. (2006) todos os exames realizados pelos alunos da Escola Normal de Ouro Preto dos anos de 1846 até 1850 possuíam basicamente o mesmo modelo de escrita e eram compostos, quase sempre, por conteúdos semelhantes. De acordo com Rosa (2001), estas avaliações deveriam contemplar os seguintes elementos:

[...] constava de uma dissertação sobre os métodos de ensino que eram adotados na província mineira até então, e daquele que era ensinado na Escola Normal, além de uma prova, que consistia na escrita de um texto na língua portuguesa e na resolução de um problema de aritmética (ROSA, 2001, p. 113).

Portanto, a avaliação após a frequência na Escola Normal se dava não só pelos conteúdos apreendidos, mas também pelo domínio do método de ensino oficial da província:

A fundação da Escola Normal de Ouro Preto tinha como objetivo formar os professores em consonância com as novas metodologias de ensino, que buscava romper com o chamado método individual, reputado como de pouca eficiência e acientificidade. A ênfase na formação dada aos professores passa a basear-se nos métodos de ensino (INÁCIO et al., 2006, p. 68).

O periódico da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais - *O Compilador*<sup>34</sup>, em sua edição do dia 18 de maio de 1847, noticia o pronunciamento de um dos deputados da província o Sr. Pinto de Carvalho, afirmando que o método adotado pela Escola Normal era o simultâneo, sendo ele o mais adequado para Minas “[...] estando já estabelecida a Escola Normal, onde se ensina o methodo simultâneo, e sendo de reconhecida vantagem o emprego deste methodo [...]” (O COMPILADOR, 1847).

Contudo, apesar deste veículo comunicar que a Escola Normal de Ouro Preto adotava o método simultâneo, na prática, ao que parece, não foi este o modelo ministrado pelo instituto, pelo menos não na maior parte de seu funcionamento. Pelos documentos, o que se entende é que a Escola adotou, em considerável período da sua segunda fase, o método denominado como “misto”<sup>35</sup>, como é possível ver nos exames dos alunos prestados após a frequência na instituição.

Após avaliação perante os representantes do governo provincial, no dia 27 de novembro de 1847, um dos alunos do instituto normal habilitou-se para o exercício do magistério pelo método misto:

[...] atendendo aos documentos de Américo Brasiliense de Azevedo, ao exame que fez perante ao governo das matérias do 2 grau, marcadas na mesma lei, e da theoria e prática do método do ensino misto daptado na Escola Normal d’esta cidade, onde se habilitou conforme a lei provincial nº 311 de 8 de abril de 1846, e finalmente aos requisitos que n’elle concorrem para exercer o cargo de professor público da Villa de Pomba [...] (APM, IP-04, 1847).

<sup>34</sup> O periódico *O Compilador*, da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, era editado na cidade de Ouro Preto pela Tipografia Imparcial de B. X. P. de Sousa, sendo publicado quatro vezes por semana.

<sup>35</sup> É importante ressaltar que o modelo misto, adotado pela Escola Normal de Ouro Preto, também foi utilizado em outras localidades brasileiras neste mesmo contexto. De acordo com Faria Filho (2011), já em finais dos anos 1830, o método mútuo passa a ser paulatinamente substituído nas províncias e nos textos oficiais pelo misto.

De acordo com Inácio et al. (2006) no que tange a avaliação correspondente ao método, os exames dos alunos da Escola Normal seguiam, geralmente, o mesmo padrão, o que possibilita a inferência de que os textos poderiam ser escritos em conjunto, ou seriam cópias fiéis das anotações das aulas ministradas no curso. Segundo os autores, os alunos iniciavam os textos, quase sempre, apresentando a importância da frequência no instituto normal, e a habilitação no método de ensino por ele ministrado. Em seguida, o modelo individual passa a ser descrito, sendo este considerado de pouca eficiência. O método simultâneo também é explicitado, bem como o mútuo, apresentando-se os benefícios e problemas dos mesmos. Por fim, coloca-se o modelo misto como o mais eficiente, sendo ele a junção do que havia de melhor nos outros, e, por este motivo, o que superaria as lacunas deixadas pelo uso exclusivo de cada um deles.

Como reitera Rosa (2001), o método misto foi adaptado na Escola Normal de Ouro Preto pelo seu diretor José Osorio de Lima Leitão, e seria apontado pelos alunos, em suas avaliações perante os representantes do governo provincial, como o mais completo e recomendado para a instrução pública mineira do período. Ainda conforme a autora, apesar de ser pregado na Escola Normal, o método misto, à época de sua adoção pelo instituto, ainda não havia sido experimentado na prática na ocasião em que os alunos frequentavam as aulas normais, não sendo possível a comprovação de sua total eficácia naquele contexto.

Pela análise das fontes se observa a busca incessante do governo provincial em encontrar o melhor e mais vantajoso modelo de ensino para a educação da juventude em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. É compreensível esta busca, tendo-se em vista que era a primeira vez em território mineiro que se pretendia uma instrução pública mais ampla e que atendesse a um grande contingente populacional. O método deveria auxiliar, pois, no atendimento a um maior contingente de alunos, com baixos custos para os cofres públicos provinciais.

Neste sentido, a adoção do modelo misto, adaptado pelo diretor da Escola Normal, apresenta-se como o primeiro realmente a diferenciar-se dos outros pregados na província até aquele momento. Isso porque era o único que não havia sido incorporado pronto de outros países, os considerados “civilizados” do período. Apesar de trazer os elementos destes métodos importados, o modelo misto, ao ser adaptado no interior do próprio instituto, apresenta-se como uma das primeiras tentativas de adoção de um recurso metodológico que se atentasse para as especificidades locais mineiras.

Contudo, apesar de todas as tentativas da Escola Normal de Ouro Preto, não foram sanadas muitas das dificuldades enfrentadas por ela e pela instrução pública mineira de maneira geral neste período, fatores estes que culminaram, mais uma vez, na suspensão de várias escolas, e entre elas a normal.

### **2.3 Mais uma crise: a suspensão pela segunda vez da Escola Normal de Ouro Preto**

Desde o início de sua trajetória, tanto na primeira, quanto na segunda fase, a Escola Normal de Ouro Preto atravessou uma série de dificuldades de diferentes naturezas. Apesar da esperança depositada na instituição como formadora de professores nos métodos de ensino mais modernos, o fato é que ela não conseguia funcionar plenamente, e não correspondia às expectativas colocadas nela pela gestão provincial.

No relatório apresentado à Assembleia Legislativa no ano de 1848, o Presidente Bernardino José de Queiroga explana os muitos empecilhos enfrentados pela Escola Normal para a sua consolidação como instituto formador, afirmando:

A escola normal estabelecida nesta cidade muito longe está ainda de corresponder às vistas patrióticas de um dos meus antecessores que a fundou. Como todas as instituições novas, ella luta com os prejuízos do tempo, e direi mesmo que da falta de um *systema* (MINAS GERAIS, 1848).

Ao que parece, com o passar dos anos, a situação da Escola Normal da então capital mineira não melhorou, pelo contrário, parecia ter piorado.

Nos relatórios dos presidentes da província deste contexto, apresentava-se, quase sempre, a quantidade de alunos que frequentavam o instituto normal. Assim, no ano de 1849 o curso contava com 59 alunos, em 1850 com 35, e no ano de 1851 com 53<sup>36</sup>. Entretanto, apesar dos números sobre a assiduidade, são recorrentes as afirmações governamentais a respeito da ineficiência da instituição. Em sua fala à Assembleia no ano de 1850, o Presidente Alexandre Joaquim de Siqueira afirma enfaticamente que “Nenhum benefício se tem colhido da aula normal instituída na capital” (MINAS GERAIS, 1850).

Ainda conforme o presidente, em sua referida fala no ano de 1850, não podendo o governo desprender os recursos financeiros necessários para a adoção do método pregado pela Escola Normal em todas as escolas de 1º e 2º graus da província, não fazia sentido manter o

---

<sup>36</sup> Dados retirados dos relatórios da presidência da província na Assembleia Legislativa Provincial nos anos de 1850, 1851 e 1852.

instituto. Ou seja, sem aplicabilidade prática, o que se ensinava no centro normal era o que ele chama de “pura perda”. O presidente então conclui “Parece-me pois indispensável suprimil-a restabelecendo-se a doutrina da lei n. 13 quanto ao exame dos candidatos ao magistério” (MINAS GERAIS, 1850).

No pronunciamento do presidente fica claro como a questão financeira interfere na manutenção ou não da Escola Normal. Sem recursos para comprar os materiais indispensáveis para a adoção do método nas escolas da província, os ensinamentos ministrados no instituto de formação pareciam inúteis. A sugestão para a retomada do sistema de exames para a habilitação dos candidatos ao magistério sinalizava a busca pela contenção de gastos governamentais, já que a contratação por meio dos exames era mais simples, rápida e barata para os cofres públicos.

Como aponta Faria Filho (2011) para a adoção do método simultâneo era indispensável à compra de instrumentos didáticos, como livros e cadernos, e de outros materiais que garantissem que os alunos fossem mantidos ocupados todos ao mesmo tempo. Da mesma forma, entende-se que para a aplicação do modelo misto, que era a junção do simultâneo e mútuo, seriam necessários estes mesmos recursos. Os materiais didáticos deveriam, pois, ser distribuídos nas escolas elementares de todas as localidades de Minas. Dessa forma, é possível inferir que se o governo não podia oferecer os recursos que os métodos exigiam, não fazia sentido, de fato, a manutenção da Escola Normal.

No ano de 1851 uma nova lei sobre a instrução pública é criada pelo governo provincial mineiro. A norma se propunha a reorganizar a instrução da província, mais uma vez, e sanar os muitos problemas apontados naquele período nesta área. Entretanto, a lei nº 516, de 10 de setembro de 1851, não fazia qualquer referência a Escola Normal, nem a sua permanência.

No ano de 1852, os problemas com a instrução pública primária da província continuam a aparecer no discurso oficial da presidência mineira. Em relatório à Assembleia Provincial deste mesmo ano, o Presidente Dr. Luiz Antonio Barboza admite ainda não ser suficiente o estado da instrução pública na localidade. No que tange ao professorado, reitera, mais uma vez, que as más condições da educação se deviam, em grande medida, a falta de pessoas qualificadas para o magistério. Diz ainda não poder ser diferente este quadro, tendo em vista os baixos ordenados dos mestres, e completa:

Os poucos que com precisas qualidades se dedicavão é esta nobre, mas penível tarefa [...] não encontrando na profissão, que antes havião escolhido, os meios necessarios para se tratarem conformemente á sua posição,

entregavam-se ao exercício conjuncto e naturalmente incompatível de outras profissões (MINAS GERAIS, 1852).

De acordo com a fala do presidente, os docentes que permaneciam na carreira naquele momento e que possuíam algumas qualidades, tinham ainda que assumir outras profissões para conseguirem uma subsistência digna. Dupla jornada de trabalho esta que, com certeza, prejudicava o desempenho dos professores primários no cumprimento de suas tarefas. No que compete à aula normal, ainda em funcionamento naquele período, Luiz Antonio Barboza é enfático em seu discurso:

O fim desta aula é preparar os Mestres de 1º e 2º gráo d'instrucção primária nos princípios, e methodo do ensino simultaneo. No meu antecedente Relatório tenho dito o que penso sobre esta instituição, que só se ostenta para a illusão do público; não desejo portanto tomar o precioso tempo de v. exe. repetindo o que já anunciei (MINAS GERAIS, 1852).

Pelo trecho, é notória a insatisfação da presidência da província com a Escola Normal, reclamando, mais uma vez, a sua ineficiência. Como consequência do que já vinha sendo anunciado nos discursos oficiais do governo há alguns anos, ou seja, a inutilidade e má qualidade do curso normal de Ouro Preto, o instituto é suspenso então, mais uma vez, através de portaria governamental, no dia 06 de maio do ano de 1852.

Com a sua segunda suspensão no ano de 1852, o instituto normal da então capital mineira encerra mais um ciclo, sendo reestabelecido novamente somente quase vinte anos depois, já em 1872. Ou seja, apesar da promessa do presidente da província em exercício no ano de 1850, Alexandre Joaquim de Siqueira, de que a Escola deveria ser suprimida em detrimento da criação de uma nova, o que se percebe é que isto, de fato, não ocorreu, pelo menos não até o ano de 1872.

Muitas causas podem ser atribuídas à suspensão, pela segunda vez, da Escola Normal de Ouro Preto, como, por exemplo, a baixa procura dos docentes primários pelo instituto. Entretanto, a mais central das causas pelo seu fechamento, ao que parece, é, mais uma vez, a questão financeira. A falta de recursos provinciais para o cumprimento da lei nº 311 é, ao que tudo indica, o principal motivo pela suspensão do instituto normal no ano de 1852.

Já no ano de 1855, porém, o presidente provincial Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, em fala proferida à Assembleia, bem sintetiza os motivos atribuídos aos insucessos por duas vezes do instituto normal criado em Minas Gerais na primeira metade do século XIX:

Ainda não foi designado pelo Exm. Presidente em virtude do artigo 59 do regulamento n. 28 o methodo de ensino das matérias que constituem a Instrução Primária, porque a experiência ainda não demonstrou qual seja o mais profícuo. Duas escolas normais sufficientemente montadas nesta capital, à primeira para os ensaios do ensino mútuo, a segunda, para os do simultâneo deixarão alguns vestígios dos seus vantajosos resultados. Desaparecerão, como tem desaparecido outras muitas instituições, de incontestável utilidade. As despesas que exigirão estes dous methodos, a falta de quota no orçamento, derão talvez causa ao abandono dessas escolas (MINAS GERAIS, 1855).

Ou seja, o presidente, em uma leitura posterior ao fechamento por duas vezes da Escola Normal de Ouro Preto na primeira metade do século XIX, salienta a importância que esta teve e justifica seus insucessos pelas dificuldades em se adotar os métodos propostos por ela na província. Contudo, este afirma que, mesmo extinta, esta deixou bons vestígios na instrução pública mineira. Conclui, por fim, que após tantas tentativas, a experiência ainda não teria demonstrado qual era o método mais adequado para o ensino das primeiras letras em Minas Gerais até aquele período.

Dessa forma, é possível observar que mesmo os dirigentes mineiros apontando, por diversas vezes em seus relatórios ao longo da primeira metade do século XIX, que o bom desempenho da instrução pública estava intimamente relacionado à qualidade do professorado e a sua formação, estes afirmam que os recursos destinados para esta área eram, muitas vezes, insuficientes ou mal administrados.

Apesar das leis provinciais de 1835 e 1846 pregarem os estabelecimentos por duas vezes da Escola Normal como medidas centrais para a reforma da instrução pública que se necessitava, os funcionamentos, na prática, desta instituição, atravessaram uma série de dificuldades, tais como: a baixa procura pelos docentes primários, a falta de professores qualificados para regê-las, a ineficiência dos métodos de ensino adotados, a falta de materiais adequados para a operacionalização desses métodos e, por fim, a alegada dificuldade dos cofres públicos em manter a instituição.

Como já apontado anteriormente neste texto, a instabilidade da Escola Normal de Ouro Preto na primeira metade do século XIX não apresentava-se como evento isolado. O caso particular desta instituição vai ao encontro da trajetória das outras escolas normais criadas neste mesmo contexto no Brasil. Ou seja, é possível inferir que as particularidades da instituição ouro-pretana poderiam - salvo algumas características específicas desta - expressar-se como representação do que acontecia no contexto geral brasileiro naquele

momento, a saber: o problema da formação de professores enfrentado no período diante do hercúleo desafio educacional do Império em virtude do aumento exponencial da população escolar e dos poucos recursos destinados a esse setor.

As investigações sobre os percursos das outras instituições de formação docente estabelecidas neste mesmo período em outras localidades do Império mostram que eram recorrentes as dificuldades para o estabelecimento e permanência destas instituições escolares. As escolas normais no Brasil só iriam passar por alguma estabilidade a partir da década de 1870.

No contexto específico de Minas Gerais, pode-se entender que a Escola Normal fechou suas portas por duas vezes em função da junção de três fatores: a ineficiência dos métodos de ensino adotados, a falta de docentes qualificados para regê-la, e a alegada escassez de recursos financeiros governamentais destinados ao seu funcionamento. A partir de sua extinção pela segunda vez, a província permaneceu sem um instituto específico de formação docente por quase duas décadas. Ainda assim, não é possível dizer que esta temática não foi debatida pelo governo mineiro ao longo desse tempo. Por vários anos solicitou-se e reclamou-se pela reestruturação do curso normal em Minas Gerais.

## **2.4 A longa ausência: o período de inatividade do centro de formação docente de Ouro Preto<sup>37</sup>**

### 2.4.1 O período de “silêncio”

Como já colocado anteriormente, o fechamento da Escola Normal de Ouro Preto pela segunda vez, encerra mais um ciclo de atividades do instituto, que só voltaria a funcionar na década de 1870. Dessa maneira, por longos vinte anos, a outrora tão comentada instituição específica para a formação dos professores primários em Minas Gerais, permanece de portas fechadas. Contudo, mais uma vez, a trajetória do instituto normal ouro-pretano não apresenta-se como caso isolado. Percursos de insucessos semelhantes são observados nas outras escolas normais brasileiras em meados do século XIX.

De acordo com Villela (2011) nas décadas de 50 e 60 do oitocentos a formação pela via das escolas normais esteve em baixa em grande parte das localidades brasileiras, e não só

---

<sup>37</sup> Na inexistência de fontes produzidas do interior da Escola Normal de Ouro Preto neste período, pelo fato dela estar inativada, utilizou-se principalmente neste trabalho, para a análise do vasto período que vai de 1852 até 1872, os relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais apresentados na Assembleia Legislativa Provincial e os jornais mineiros da época.



em Minas Gerais. Conforme a autora, estas duas décadas - que foram justamente as que a Escola Normal de Ouro Preto manteve-se inativada - não foram muito propícias para a consolidação destas instituições no Brasil. Logo “Apesar de verificarmos algumas escolas criadas ou recriadas nestes anos, todas, em geral, caracterizaram-se por uma situação de instabilidade evidenciada pelas reformas sucessivas, extinções, transformações, mudanças de prédio, etc” (VILLELA, 2011, p. 115).

Para Villela, a postura governamental sobre o assunto neste período se apresenta de forma ambígua. Pois, ao mesmo tempo em que, através de seu discurso, a administração salienta a importância da formação docente, ela não oferece, por outro lado, as condições materiais necessárias para o estabelecimento e manutenção das instituições que seriam as responsáveis por oferecer esta formação, ou seja, as escolas normais. Conforme a autora “Os governos provinciais e respectivas assembleias legislativas oscilaram por todo o período entre um discurso de valorização da formação e uma prática que, na realidade, subtraía os meios para bem realizá-la” (VILLELA, 2005, p. 106).

É importante ressaltar, porém, que os cursos normais não eram a única maneira de certificar os professores primários no Brasil durante o século XIX. Ao longo de todo o oitocentos, os concursos e as nomeações foram vias alternativas para a habilitação dos professores, sendo que em muitos momentos, sobretudo em meados do século, estas vias eram até mais importantes e utilizadas. Outro fator relevante, neste contexto, era a vigilância cada vez mais sistemática que se estabelecia em relação à prática dos mestres das primeiras letras. Esta inspeção também era uma maneira de certificação da qualidade do trabalho no magistério.

Segundo Villela (2011) os momentos de crises e reestruturações vivenciados pelas escolas normais, em especial nas décadas de 1850 e 1860, não sinalizam que a necessidade de uma formação específica para os docentes deixara de ser importante para o governo imperial. Entretanto, havia outras prioridades esperadas pelos dirigentes em relação à habilitação dos professores primários.

Desse modo, percebe-se que a formação docente através das escolas normais nem sempre foi unanimidade. Existiam outras formas de certificação do professorado, e os institutos normais eram somente mais uma via para a habilitação dos mestres das primeiras letras. É possível entender, assim, o motivo da instabilidade vivenciada pelos institutos neste contexto, já que existiam outras maneiras mais baratas e simples para a habilitação dos docentes.

A partir destes apontamentos, é possível inferir que a longa inatividade da Escola Normal ouro-pretana em meados do século XIX pode ser caracterizada como a representação do que acontecia no também em cenário nacional, ou seja, o desprestígio e descrédito em relação à formação docente por meio dos institutos normais.

Dessa maneira, após a extinção pela segunda vez da Escola Normal de Ouro Preto, a temática parece, por algum tempo, ter sido esquecida ou negligenciada pelas elites governamentais mineiras. Presencia-se, pois, como na ocasião da sua suspensão pela primeira vez, uma ausência em relação ao assunto nos relatórios dos presidentes da província nos anos que se seguiram ao seu fechamento. Entretanto, a questão da má formação docente continua a constar nos discursos.

Em relatório à Assembleia Legislativa Provincial, apresentado no ano de 1853, é sugerido como medida para a melhoria do professorado em Minas, a designação de um valor fixo para os seus ordenados<sup>38</sup>, já que “Por quanto não se deve esperar que os profissionais aspirem á empregos tão mal distribuídos, além de não offerecerem garantia alguma de segurança e de futuro” (MINAS GERAIS, 1853).

Como já apresentado anteriormente neste texto, no ano de 1855 o presidente da província em relatório à Assembleia relembra as duas instalações da Escola Normal de Ouro Preto na primeira metade do século XIX, mas afirma que as experiências de funcionamento desta, apesar de sua validade, ainda não teriam demonstrado qual o melhor método de ensino da mocidade até aquele momento. Nos anos de 1856 e 1857, porém, a temática do ensino normal permanece ausente nos relatórios apresentados à Assembleia Provincial.

Contudo, no ano de 1858, seis anos após a extinção pela segunda vez da Escola Normal de Ouro Preto, o assunto finalmente retorna aos discursos oficiais. No final da década, a reclamação pela ausência desta instituição na província volta a aparecer nos relatórios à Assembleia. Em 1858 o presidente em exercício Carlos Carneiro de Campos afirma que a experiência vinha mostrando que não eram suficientes somente os exames para a habilitação dos professores primários. Apresenta como solução então “[...] o restabelecimento da Escola Normal creada pela lei Provincial nº 311 de 8 de abril de 1846, e suspensa pela Portaria de 6 de maio de 1852” (MINAS GERAIS, 1858).

Neste mesmo relatório, Carlos Carneiro de Campos enumera uma série de motivos para a reinauguração do instituto normal de Minas Gerais, enfatizando que há muito tempo centros de formação docente estavam presentes e apresentavam bons resultados nas

---

<sup>38</sup> Durante os anos que se seguiram a este relatório, os outros também apontam e reclamam sobre os baixos salários dos professores.

localidades que ele denomina de “nações cultas”. Entretanto, apesar do apelo do presidente, a Escola Normal da então capital mineira só seria restabelecida, de fato, quatorze anos após a escrita de seu relatório.

#### 2.4.2 Tentativa de reestabelecimento da Escola Normal no final da década de 1850

No ano de 1859, a partir do estabelecimento da lei provincial nº 960 de 5 de junho de 1858<sup>39</sup>, o Presidente Carneiro de Campos informa, em relatório, um novo regulamento que tinha por objetivo reformar a instrução pública mineira. No regulamento da instrução de número 44<sup>40</sup>, entre outras medidas, estipulava-se a criação de três escolas normais em pontos principais da província:

Observando que os candidatos ao professorato primário não se apresentam com tão sólidos conhecimentos sobre as respectivas matérias e os methodos de seu ensino, quanto seria conveniente, obviei d’alguma sorte á isto, creando três principaes pontos da Província uma Eschola Normal, bem que destinada somente a um ensino mais regular das referidas matérias (MINAS GERAIS, 1859).

É interessante observar que apesar de não terem sido estabelecidas de imediato as três escolas normais estipuladas no requerimento, é a primeira vez que se tenta, legalmente, a criação de institutos normais na província localizados em outras regiões mineiras importantes, para além da capital.

Ainda no ano de 1859, o periódico *Correio Official de Minas*<sup>41</sup>, em sua edição do dia 16 de maio, apresenta parte da sessão ordinária da Assembleia Provincial do dia 05 de maio, em que a presidência reclama, mais uma vez, pela falta de uma Escola Normal para a formação dos docentes primários e afirma: “Fallo d’uma Eschola Normal nas devidas condições, ou que longe de limitar o respectivo ensino á simples prática d’um methodo didactico, tivesse por fim instruir completamente os Aspirantes ao Magistério nas matérias de sua profissão” (CORREIO OFFICIAL DE MINAS, 1859).

É curioso observar que nesta sessão a questão dos métodos de ensino volta a aparecer nas discussões da Assembleia. A presidência provincial informa, assim, que àquela época, os

<sup>39</sup> A lei provincial nº 960 autorizava o governo mineiro a fazer as modificações necessárias por meio de regulamentos.

<sup>40</sup> O regulamento nº 44 que dizia respeito à instrução pública na província possuía uma sessão (segunda sessão) para a regulamentação das escolas de segundo grau e normais de Minas Gerais.

<sup>41</sup> O jornal *Diário Official de Minas* era editado na cidade de Ouro Preto pela Tipografia Provincial, sendo publicado todas as segundas e quintas-feiras.

modelos adotados na província eram o simultâneo e o misto, sendo a utilização destes resquícios dos ensinamentos ministrados na extinta Escola Normal. Contudo, reitera que como nem todos os professores que lecionavam em Minas Gerais naquele momento chegaram a frequentar o centro formador enquanto este funcionava, muitos ministravam suas aulas baseados ainda no método antigo, ou seja, o individual, com somente alguns detalhes do simultâneo.

Salienta-se ainda no discurso, como já havia sido apontado por presidentes antecessores, que a Escola Normal anteriormente estabelecida na província não obteve sucesso, devido à falta de recursos materiais para a adoção dos métodos nela ministrados em todas as escolas primárias de Minas Gerais:

Não dissimularei porém que á Eschola Normal que no seu tempo funcionou nesta cidade faltou somente a condição á que acima tenho-me referido, para que ella no meu entender attingis-se completamente aos fins de uma semelhante Instituição” (CORREIO OFFICIAL DE MINAS, 1859).

Dessa maneira, ao final dos anos 1850 a discussão sobre a Escola Normal volta a estar presentes nos discursos oficiais do governo mineiro. Salienta-se nos pronunciamentos, sobretudo, a demanda governamental pela reestruturação do instituto. Mas é na década de 1860 que se torna mais latente a discussão sobre a formação do professor institucionalizada através dos cursos normais.

#### 2.4.3 A intensificação do debate sobre a formação docente na década de 1860

Com o advento da década de 1860 dissemina-se uma nova concepção de educação no Brasil. Como aponta Faria Filho (2011) é neste período que ganha força em várias províncias a ideia da necessidade da instrução primária para toda a população, sobretudo às camadas mais baixas da sociedade, baseada por leis gerais. Conforme o autor “Observa-se, nesse momento, em várias províncias, um vertiginoso crescimento dos conhecimentos escolarizados, ou seja, há um aumento significativo daqueles conhecimentos que, esperava-se, a escola deveria ensinar aos alunos” (FARIA FILHO, 2011, p. 139).

Dessa forma, é possível concluir que, ao passo que a demanda pela educação escolar se torna maior, também presencia-se de forma mais latente a necessidade e a reclamação por uma formação mais aprimorada do professor que deveria reger os conhecimentos escolares primários.

Neste sentido, também em Minas Gerais a formação institucionalizada do docente volta a ser motivo de pauta sistemática. No ano de 1860, em relatório à Assembleia Provincial, a presidência novamente relembra os preceitos do regulamento nº 44 para a criação de três escolas normais na província “Em cada um das delegacias acha-se igualmente creada uma Eschola Normal [...]” (MINAS GERAIS, 1860).

Porém, ainda no mesmo ano, a criação destas escolas foi questionada pela Assembleia Legislativa. Em edição do dia 5 de setembro de 1860 o periódico *O Bem Público*<sup>42</sup> apresenta a transcrição da 9ª sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, do dia 11 de agosto de 1860. Nela, um de seus membros, o Sr. Teixeira Guimarães, explana o seu descontentamento:

Além do que tenho exposto, outro defeito ou inconveniente tem o regulamento; e é o de crear na província certas instituições, certas escolas de ensino de que a província não precisava, por exemplo: uma escola normal que não tem alumno [...] me explique qual a vantagem que resulta da escola normal creada em São João d’El-Rei? (O BEM PÚBLICO, 1860).

Na sessão ordinária da Assembleia do dia 11 de setembro de 1860, relatada pelo jornal *O Bem Público* em sua edição do dia 27 de dezembro do mesmo ano, o debate acerca da temática continua. Mais uma vez, o deputado Teixeira Guimarães faz críticas aos institutos normais que se pretendia criar na província e enfatiza “Não era tempo de creal-as em nossa província” (O BEM PÚBLICO, 1860).

Como resposta, outro membro da Assembleia, o Sr. Bretas, relembra a Escola Normal já estabelecida em Minas no passado, afirmando “Já houve aula normal em nossa província, a que funcionou até 1851 não foi suprimida; foi somente suspenso o seu exercício” (O BEM PÚBLICO, 1860). O deputado Bretas continua pontuando as vantagens do estabelecimento das escolas normais, salientando “Pelo contrário direi sempre que a instituição das escolas normaes é a primeira necessidade do ensino” (O BEM PÚBLICO, 1860).

Ao longo da leitura da sessão supracitada é possível presenciar intensa discussão sobre o estabelecimento ou não das aulas normais criadas pelo regulamento nº 44. Nota-se, mormente, o debate polarizado entre os deputados Bretas e Teixeira Guimarães. O primeiro defendendo a importância dos institutos para a educação mineira, e o último salientando a falta de recursos governamentais para a manutenção das escolas. Guimarães não deixa de considerar a importância dos centros normais, mais afirma sistematicamente que estes são

---

<sup>42</sup> O periódico *O Bem Público* era editado na cidade de Ouro Preto, sendo publicado duas vezes por semana.

gastos inviáveis para a província naquele momento, argumento este que o deputado Bretas contesta. A sessão termina sem uma aparente conclusão, e com a promessa do assunto voltar a ser alvo de discussões posteriores.

O que se observa, pois, é que apesar de não terem funcionado efetivamente na prática, as escolas normais em Minas Gerais são motivos de debates políticos intensos no interior da Assembleia Legislativa em meados do século XIX. Percebe-se, assim, que mesmo não efetivada de imediato, a ideia da necessidade da formação normal do docente de educação primária é latente nos discursos oficiais. Contudo, a concretização da formação dos professores através das aulas normais esbarra, quase sempre, nas alegadas faltas de recursos financeiros para a manutenção dos institutos.

Percebe-se que na década de 1860, assim como nas anteriores, os governantes mineiros atribuem, quase sempre, a responsabilidades pelo sucesso ou não da instrução pública primária aos professores e a qualidade destes. Em fala à Assembleia em 1862, o vice-presidente provincial Joaquim Camillo Teixeira da Motta reclama sobre a má formação dos mestres, afirmando enfaticamente “O pessoal encarregado do magistério, especialmente da instrução primária, é em geral ignorante e mal educado” (MINAS GERAIS, 1862). O vice-presidente considera, ainda, a má habilitação dos docentes um dos piores problemas enfrentados pela instrução pública do período.

De maneira semelhante, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa na abertura da sessão ordinária do ano de 1865, o presidente da província Pedro de Alcantara Cerqueira Leite faz duras críticas ao professorado das primeiras letras:

Em geral, sinto dizer-vos, são as escolas dirigidas por Professores quase sem habilitações, por que sendo ainda mal consultada essa classe de empregados públicos pelo insignificante ordenado que recebem, acontece que as pessoas mais habilitadas, tendo diante de si a perspectiva de outras carreiras, em que podem conferir maiores vantagens, como o commercio, a lavoura, e empregos de outra ordem, não procurarão o magistério onde tem-se acastelado a ignorância e a inépcia, salvas muito poucas exceções (MINAS GERAIS, 1865).

Não satisfeito, o presidente continua a tecer condenações aos docentes primários de Minas, destacando a ideia defendida por muitos durante o século XIX, de que a profissão de mestre deveria ser encarada como uma espécie de missão, um sacerdócio. Assim, os professores em exercício não cumpriam bem o seu trabalho, segundo o presidente, por não possuírem a vocação que a atividade exigia:

Os pretendentes no magistério são ordinariamente indivíduos que não compreendendo a santidade do ensino, que é um verdadeiro sacerdócio, procurão o emprego pelo emprego, como um meio de vida, por fallecerem-lhes outros recursos: infelizmente é esta a realidade demonstrada pela amarga lição da experiência (MINAS GERAIS, 1865).

Pelo trecho, percebe-se que pelo ponto de vista do presidente, só se interessavam pelo magistério primário naquele momento os indivíduos que não possuíam outro meio de vida ou aptidões para realizarem outras atividades, o que justificaria baixa qualidade dos mestres neste período. Dessa forma, para o presidente, somente os verdadeiros vocacionados deveriam exercer a profissão de professor. Pois, por mais árdua que ela fosse, eles a encarariam como a sua missão.

Não obstante, ambos os representantes governamentais supracitados indicam como uma das soluções para a insuficiente formação do professorado, o estabelecimento, mais uma vez, de institutos formativos especializados na província. Pedro de Alcantara Cerqueira Leite sugere como medida a ser adotada “Criar-se uma escola normal na Capital sob condições duradouras, onde possam os Professores habilitar-se” (MINAS GERAIS, 1865). Já Joaquim Camillo Teixeira da Motta reitera que as novas aulas normais deveriam ser diferentes das estabelecidas no passado:

Uma escola normal não deve ser, como aqui se ensaiou, e como muitos a entendem, um exercício material e meramente prático, onde o Professor vá aprender empiricamente para de igual modo ensinar; mas sim um curso regular de humanidades, capaz de fornecer ao candidato o complexo de elementos precisos para a obra de ensino e educação da mocidade (MINAS GERAIS, 1862).

É interessante observar que enquanto alguns discursos buscam distanciar-se dos modelos da Escola Normal anteriormente estabelecida na província, outros relatam essas experiências formativas com certo saudosismo. Como exemplo, é possível citar a fala do deputado Pereira de Magalhães na Assembleia Legislativa, publicada pelo jornal *Diário de Minas* em edição do dia 20 de novembro de 1866, em que este afirma “Já tivemos uma escola normal, onde foi adoptado o methodo de Lancaster, que reprova o systema de debuxo e manda começar por escrever na área, mas isso ficou somente em criação [...]” (DIÁRIO DE MINAS, 1866).

Voltando a fala de Teixeira da Motta, é possível notar que este apresenta uma tendência de pensamento recorrente na época. Ou seja, que os conhecimentos teóricos dos professores eram tão importantes quanto os métodos de ensino que deveriam utilizar em suas

práticas. É possível notar que a partir da sua reabertura na década de 1870, a Escola Normal de Ouro Preto seguiu esta disposição, já que, como salientam Gouvea e Rosa (2000), com o seu restabelecimento, os conteúdos a serem transmitidos passam a receber atenção especial, aumentando-se também o número de disciplinas ministradas, bem como a extensão dos conhecimentos de cada uma delas.

Porém, antes da implantação das escolas normais na década de 1870, a discussão sobre a baixa qualidade da formação dos docentes e as críticas aos candidatos do magistério intensificam-se nos debates governamentais. No ano de 1866 o vice-presidente Joaquim José de Sant'Ana conclui “Também o pessoal do magistério, salvas raras exceções, é péssimo e está longe de compreender a sublime missão que a sociedade lhe confiou” (MINAS GERAIS, 1866).

Além destas críticas, o que se observa também é o discurso, cada vez mais latente, a respeito da necessidade de maior fiscalização do trabalho docente. Ao reclamarem sobre a má formação dos professores primários, sugerem-se, com frequência, a maior inspeção governamental do trabalho dos mestres em exercício em Minas Gerais, sobretudo os dedicados à educação pública. Villela (2011) também chama a atenção para a intensa fiscalização da atividade docente neste período:

Em meados do século XIX, numa sociedade hierarquizada e excludente, o professor poderia até ser mal formado, mas, certamente, seria bem vigiado. Nesse Estado que se organizava, ele deveria funcionar mais como um agente disseminador de uma mentalidade moralizante do que como um difusor de conhecimentos (VILLELA, 2011, p. 126).

Todavia, no que tange aos docentes particulares, a postura governamental mais uma vez é outra. Estes são sempre vistos com bons olhos pelas autoridades provinciais, que consideram que os pais dos alunos que frequentavam as aulas particulares seriam os próprios fiscais da atividade dos professores “Nenhum fiscal melhor pode zelar a educação da mocidade, e melhor apreciar o comportamento dos professores particulares, do que os pais, tutores e parentes” (MINAS GERAIS, 1868).

Já no que diz respeito à inspeção dos professores públicos, o Presidente José da Costa Machado de Souza no ano de 1868 coloca:

Todas as tentativas até hoje feitas no intuito de melhorar a instrução pública da província tem naufragado, porque, além de outros motivos, em minha humilde opinião, não foi observado o princípio salutar da fiscalização



immediata, visto como os meios até agora empregados com esse fim tem sido inteiramente illusorios (MINAS GERAIS, 1868).

Dessa maneira, em finais dos anos 1860, a maior fiscalização do professor público e a criação de escolas normais seriam as soluções mais apontadas para resolver o problema da má formação docente e conseqüentemente, para aumentar a qualidade da educação primária em Minas Gerais.

Em fala na sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial no ano de 1869, o Presidente Dr. José Maria Corrêa de Saé Benavides reitera a opinião que outros governantes já haviam explanado nos anos anteriores na mesma Assembleia “É incontestável a necessidade da criação da escola normal, sem o que não poderá ter bons professores” (MINAS GERAIS, 1869).

Do mesmo modo, em relatório apresentado à Assembleia Provincial em 1870, o então vice-presidente Dr. Agostinho José Ferreira Bretas também pronuncia-se a favor da criação de cursos normais em Minas “[...] onde os aspirantes ao professorato possuem adquirir os conhecimentos que lhes são necessários e familiarisarem-se com o methodo mais fácil de transmittil-os [...]” (MINAS GERAIS, 1870).

A partir dos trechos dos discursos e debates apresentados neste tópico, é possível concluir que apesar da Escola Normal de Ouro Preto não estar funcionando neste período, a temática não deixou de ser pauta governamental em grande parte do tempo.

Percebe-se pelos discursos contrapontos importantes sobre a instalação ou não de institutos normais na província, seus benefícios e problemas, e também as circunstâncias que impediam que estes funcionassem. Nota-se, por fim, a grande ênfase dada nos relatórios à necessidade da maior fiscalização do docente público neste período. É recorrente ainda a reclamação sobre a baixa qualidade do professorado primário e a sua má formação, sendo esta habilitação incipiente considerada a responsável pelos resultados ruins que a instrução pública provincial apresentava naquele momento.

A despeito de muitos debates e conflitos políticos, há como consenso nos relatórios dos anos finais da década de 1860 a necessidade de uma ampla reforma da instrução pública mineira, sendo considerada esta área a mais carente e que mais necessitava de atenção governamental naquele contexto. É com o advento da década de 1870, pois, que acontece a almejada reformulação da instrução, e com ela a reinstalação, finalmente, da Escola Normal de Ouro Preto.

### **3. NOVOS TEMPOS: O RESSURGIMENTO DA ESCOLA NORMAL DE OURO PRETO NA DÉCADA DE 1870**

Este capítulo tem como objetivo discorrer sobre o funcionamento da Escola Normal de Ouro Preto na década de 1870, período este em que se inicia a sua terceira fase e última fase no contexto do século XIX. Assim, serão apresentadas as motivações para que esta década fosse o marco da proliferação da ideia da necessidade da instrução pública para todos os indivíduos, e do reflorescimento das escolas normais no Brasil e em Minas Gerais. Em seguida, serão abordadas as reformas e legislações que proporcionaram o reestabelecimento do curso normal da então capital mineira e a criação de outros institutos da mesma natureza na província.

Discorrer-se-á neste capítulo, ainda, sobre o percurso do instituto de formação de Ouro Preto ao longo da década de 1870, a sua instalação e o início da biblioteca. Será apresentado, por fim, um breve relato dos sujeitos que compunham o seu corpo discente neste recorte, chamando-se atenção especial para o processo de inversão de gênero no espaço escolar iniciado com a terceira fase de funcionamento da instituição.

#### **3.1 O projeto de universalização da educação elementar e o reflorescimento das escolas normais na década de 1870**

Após muitos anos com as portas fechadas, a Escola Normal de Ouro Preto ressurgiu de maneira definitiva no contexto do século XIX<sup>43</sup>, na década de 1870. Esta década presenciou não só o restabelecimento do centro normal da então capital mineira, mas também de outros institutos da mesma natureza no Brasil, bem como a criação de muitos novos.

Assim, a década de 1870 presenciou a revalorização e o reflorescimento das escolas normais no Brasil, que se encontravam em crise há muitos anos. Muitas foram as motivações para esta mudança, dentre elas é possível destacar a ideia amplamente difundida nesta época - não só no Império, como em todo o Ocidente - da necessidade da universalização da instrução elementar, sobretudo para as camadas mais populares da sociedade.

Os anos finais do século XIX são palco de uma série de transformações na nação brasileira, podendo-se destacar: o início de um processo de modernização e urbanização, a

---

<sup>43</sup> Na primeira década do século XX a Escola Normal de Ouro Preto é fechada mais uma vez, em cumprimento da lei nº 395 de 23 de dezembro de 1904, que dizia respeito à suspensão temporária das escolas normais de Minas Gerais. A instituição só seria restabelecida alguns anos mais tarde, em 1910. Porém, no ano de 1928 ela é suspensa mais uma vez, voltando a funcionar já no ano seguinte, em 1929 (PEDRUZZI, 2014).

diminuição do poder dos conservadores<sup>44</sup>, a crise da escravidão, a Lei do Ventre Livre, entre muitas outras. Nesse contexto, a educação popular passa a ser defendida como instrumento de modernização e de formação de mão de obra especializada. Da mesma forma, a habilitação dos professores também passa a ser pensada com mais cuidado, uma vez que estes deveriam formar os alunos de acordo com os novos preceitos governamentais.

Conforme Villela (2011), na segunda metade do século XIX, o processo de modernização da sociedade brasileira, apesar de ainda incipiente, começava a acontecer. Construía-se obras, principalmente nas capitais das províncias para facilitar a locomoção, comodidade e comunicação entre as pessoas, como por exemplo: estradas de ferro, telégrafos e iluminação pública. Estes recursos davam novos ares ao Império, ampliando-se, também, a demanda pela instrução.

Com a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, os filhos de escravos nascidos a partir daquela data não seriam mais cativos. De acordo com a norma, em seu art. 1, parágrafo 1 “Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos” (BRASIL, 1871). Desta forma, os senhores seriam os responsáveis pela guarda das crianças até os seus oito anos de idade. Embora muitos não cumprissem esta determinação legal, obrigando os “ingênuos” a trabalharem, esta nova realidade proporcionou, como pontua Villela (2011), a ampliação da necessidade da instrução elementar, sendo ela oferecida tanto pelo Estado quanto por instituições particulares, filantrópicas ou religiosas.

Como salienta Gonçalves (2011), além da educação primária para as crianças livres, filhas de escravos, expandiram-se também iniciativas voltadas para a educação noturna de adultos e também para a instrução profissionalizante. A educação profissional mostrava-se como uma alternativa para o destino das crianças expostas<sup>45</sup> a partir da Lei do Ventre Livre, dando a elas um ofício e evitando, assim, o receio governamental de que se tornassem ociosas e entrassem para a criminalidade. Contudo, muitas das iniciativas neste campo não se efetivaram, e a educação para as crianças expostas não se mostrou como uma experiência universal. Ainda assim, esta nova realidade sinalizava uma modificação e reiterava a ideia da educação primária para toda a sociedade.

A discussão crescente sobre a educação para todas as camadas sociais se dá também, neste contexto, pela importância cada vez maior em se formar cidadãos que fossem possíveis

---

<sup>44</sup> Neste período, presenciava-se um enfraquecimento do poder dos conservadores, a base do governo imperial, por outro lado os liberais, defensores da educação elementar universal, começam a ganhar força.

<sup>45</sup> “Crianças expostas” era como eram chamados os filhos de escravos libertos a partir da Lei do Ventre Livre.

eleitores. Por conseguinte “Preparar o homem para o sufrágio universal, através da escola, tomou uma forte tonalidade, buscando garantir o desempenho de seus deveres de cidadão quando o voto fosse estendido a todo o cidadão brasileiro” (MACHADO, 2005, p. 93).

Por essas razões apresentadas e muitas outras, percebe-se a ênfase dada à educação popular no Brasil na segunda metade do século XIX. Neste período, muitos foram os projetos de reformas para este segmento social, criados e apresentados, sobretudo, à Câmara dos Deputados para serem aplicados no município da Corte e servirem de exemplo a ser seguido pelas outras províncias do Império (MACHADO, 2005).

Nesse contexto, a instrução passa a ser pensada como a principal regeneradora da sociedade e instrumento central para a modernização que se almejava. Logo, a criação de instituições educacionais para alcançar estes fins também é ampliada em todo o Brasil. Conforme Hilsdorf (2003), na província de São Paulo, por exemplo, no início da década de 1860, existiam 79 escolas de primeiras letras do sexo masculino e 64 do feminino. No início da década de 1870, porém, este número aumentou para 314 escolas masculinas e 197 femininas. Assim sendo, no espaço de uma década expandiu-se consideravelmente o número de escolas elementares não só nesta província, mas em todo o Brasil.

Outra modificação importante a ser pontuada na segunda metade do século XIX é a emergência de um novo método de ensino escolar, o intuitivo. O método intuitivo, também conhecido como “lições de coisas”, foi entendido neste período como o mais propício para a educação elementar das camadas populares<sup>46</sup>.

De acordo com Valdemarin (2004), em meados do século XIX, o modelo intuitivo é entendido pelos seus idealizadores americanos e europeus como o único capaz de sanar os problemas do ensino escolar daquele período, considerado por eles como ineficiente já que formava:

[...] alunos com domínio insuficiente de leitura e escrita e com noções de cálculo insatisfatórias, principalmente pelo fato de alicerçar a aprendizagem exclusivamente na memória, priorizar a abstração, valorizar a repetição em detrimento da compreensão e impor conteúdos sem exame e discussão (VALDEMARIN, 2004, p. 103).

Os idealizadores do novo método buscavam, pois, romper com essa concepção de escola considerada por eles como ultrapassada, de caráter abstrato e não utilitário. Para eles, a

---

<sup>46</sup> Conforme Faria Filho (2011) o método intuitivo consistia na passagem de um conhecimento sensível para um conhecimento reflexivo posterior, com uma elaboração mental dos conteúdos apreendidos. As chamadas “lições de coisas” eram parte do método, e consistiam na criação, por parte do professor, de condições para que os alunos pudessem ver, sentir e observar os objetos, sendo eles escolares ou não.

instrução deveria valer-se de um método que proporcionasse novos materiais, museus pedagógicos, ambientes externos e variadas atividades. Ou seja, o modelo proposto por eles tinha por objetivo tornar os conhecimentos mais palpáveis e práticos:

[...] os defensores do método intuitivo chamaram a atenção para a importância da observação das coisas, dos objetos, da natureza, dos fenômenos e para a necessidade da educação dos sentidos como momentos fundamentais do processo de instrução escolar (FARIA FILHO, 2011, p. 143).

No contexto brasileiro, o método intuitivo foi trazido, difundido e disseminado por intermédio de intelectuais ilustrados, quais sejam: juristas, reformadores, professores, diretores, entre outros. Estes intelectuais, viajantes e leitores assíduos, trouxeram para a realidade nacional as ideias de vanguarda do novo método já usado e defendido nos EUA e na Europa<sup>47</sup>. O método intuitivo começa a figurar na legislação educacional brasileira no ano de 1879, por meio do decreto de 19 de abril, conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho (SHELBAUER, 2005).

Em âmbito regional, a província de Minas Gerais apresentava, da mesma forma que no restante do Império, sinais da intensificação da preocupação governamental com a instrução da sua população. Nos anos finais do século XIX, criam-se escolas elementares e normais, contratam-se professores e amplia-se a fiscalização e inspeção do ensino (OLIVEIRA, 2011). De acordo com Andrade e Carvalho (2009), na segunda metade do oitocentos, em território mineiro, observa-se também uma preocupação grande com a reformulação da legislação educacional. Uma série de leis, regulamentos e portarias foram criadas a fim de organizarem este segmento.

Presencia-se ainda na década de 1870, conforme Chamon (2014), a preocupação crescente com a educação profissional, industrial e manufatureira em Minas Gerais. Cria-se uma legislação a esse respeito que estipulava a implantação de escolas profissionais para atender e oferecer um ofício às camadas mais populares da província:

A partir de 1875 inicia-se a aprovação de Leis e Regulamentos que buscam estruturar a educação profissional em Minas Gerais. Por lei, foram criadas quatro Escolas Agrícolas, três Institutos de Menores Artífices e um Liceu de

---

<sup>47</sup> Assim como na Europa e nos EUA, também no Brasil a adoção do método intuitivo provocou muitos debates. Se existia consenso sobre os benefícios do novo modelo, era confusa ainda a maneira como deveria ser empregado o método. Schelbauer (2005) chama a atenção para os debates no Brasil acerca da temática, sobretudo entre os intelectuais Leôncio de Carvalho e Rui Barbosa. Debates estes que consistiam na discussão de qual o papel que o método deveria assumir na reestruturação do ensino público no Império.

Artes e Ofícios. Ao total 8 instituições eram destinadas a ensinar habilidades como marceneiro, ferreiro e agricultura (ANDRADE, CARVALHO, 2009, p. 128).

Em meio a todas estas mudanças, o reflorescimento das escolas normais é pauta presente no debate educacional do período. Como pontua Tanuri (2000), em 1867 existiam apenas quatro instituições desta natureza em funcionamento no Império. No ano de 1883, porém, esse número havia crescido para 22 escolas. Com o advento da década de 1870, ampliam-se os currículos e o tempo de duração dos cursos. Acontece ainda, a entrada das mulheres nas escolas normais, o que praticamente não existia na primeira metade do século XIX.

Também em Minas Gerais, a partir dos anos 1870, presencia-se o aumento significativo do número de escolas normais em toda a província. Se na primeira metade do século só existia um centro formador em território mineiro, o de Ouro Preto, extinto por duas vezes, na segunda metade do oitocentos, outros nove institutos normais são criados e espalhados pela província:

Em 1871, havia duas escolas: a de Ouro Preto e a de Campanha. Em 1879, cinco escolas: Ouro Preto, Campanha, Diamantina, Paracatu e Montes Claros. Em 1884, já são nove Escolas Normais funcionando agora também em Uberaba, Sabará, Juiz de Fora e São João Del Rey (GOUVÊA, ROSA, 2000, p. 23).

As modificações que possibilitaram a reforma na instrução pública provincial e a revitalização e ampliação das escolas normais em Minas começaram a ser institucionalizadas, majoritariamente, a partir da lei nº 1. 769 de 4 de abril de 1871. É ela que determina, finalmente e após quase vinte anos, o restabelecimento da Escola Normal ouro-pretana.

### **3.2 A reforma na instrução pública mineira através da lei nº 1. 769**

Como posto anteriormente, a questão da instrução pública para a mocidade aparece como tema central para o projeto civilizador e modernizador que se pretendia no Brasil nos anos 1870. Também em Minas o discurso da educação como regeneradora da sociedade faz-se presente. Do mesmo modo, a demanda pela implantação de escolas normais na província intensifica-se nos pronunciamentos oficiais do início da década de 1870.

Em discurso proferido na Assembleia Provincial na sessão do dia 23 de março de 1871, publicado pelo periódico mineiro *Noticiador de Minas*<sup>48</sup>, em edição do dia 11 de abril de 1871, o deputado Sr. Rezende Costa sinaliza concordar com o pensamento recorrente da época: da instrução como regeneradora da nação. Apresenta, ainda, as motivações para a implantação da reforma da instrução pública pela lei nº 1. 769, mas mostra também os possíveis impedimentos para a sua efetivação:

A reforma da instrução pública, aquella que tem por fim dotar a província dos meios precisos para combater a ignorância do povo, fundar o império da intelligencia, e preparál-a para o importante papel que por suas riquezas naturaes, sua bella posição geographica, é chamada a representar, não pode actualmente ter um desenvolvimento completo, ser elevada ao estado em que se acha os paízes cultos, porque para tanto fallecem os recursos que são de mister (NOTICIADOR DE MINAS, 1871).

No que diz respeito à instalação das escolas normais na província, o mesmo deputado afirma “A necessidade da escola normal, já por mim reconhecida, é um beneficio de que há muito a província deveria estar no gôso está fóra de questão” (NOTICIADOR DE MINAS, 1871).

Da mesma forma, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa no dia 2 de março de 1871 e publicado pelo *Noticiador de Minas* no dia 30 de março do mesmo ano, o presidente da província, Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, também vem em defesa das escolas normais “Criar as escolas normaes é pois uma necessidade, e podemos ter mais de uma, annexando-as aos lyceos [...]”(NOTICIADOR DE MINAS, 1871).

Para sanar em partes as muitas despesas para a manutenção dos institutos normais, o presidente apresenta uma solução que começava a ser adotada em outras partes do Brasil, qual seja, a anexação deles aos liceus ou externatos:

Por este modo reúnem-se em um só, poupando-se a despesa os alugueis, aproveitão-se os lentes do lyceu, poupando-se maiores ordenados, e facilita-se a todos os que se quizerem dedicar ao professorado, a este sacerdocio tão sublime, a obtenção de sua carta de habilitação (NOTICIADOR DE MINAS, 1871).

Em discurso à Assembleia Provincial no ano de 1871, o mesmo presidente reafirma a necessidade da criação dos institutos normais em Minas Gerais “Eu não comprehendo como

---

<sup>48</sup> O jornal *Noticiador de Minas* era editado na cidade de Ouro Preto, pertencia a J. F. de Paula Castro, e era parte do órgão conservador. Sua publicação acontecia três vezes por semana.

se pretenda ter bons professores, sem dar-lhes escolas normaes, em que previamente estudem com perfeição as materias que tem de ensinar” (MINAS GERAIS, 1871). E, por fim, completa:

A criação de escolas normaes é de urgente necessidade: os professores não se formão por despachos de nomeação, nem se habilitão por ligeiros exames em logares remotos, em que muitas vezes não há quem esteja ao caso de ser juiz de sua aptidão, ou si ha, mora distante e não se presta no momento determinado (MINAS GERAIS, 1871).

Em meio a todas estas discussões e demandas, institucionaliza-se, finalmente, a criação de três escolas normais na província, entre elas a de Ouro Preto, a partir da lei nº 1.769<sup>49</sup>. A referida norma, do dia 4 de abril de 1871, era composta por 8 artigos. Já em seu artigo primeiro, previa-se a criação de um liceu ou externato na capital mineira e o restabelecimento de outros três em outras regiões da província.

No que tange às escolas normais, o parágrafo 2 do art. 1 determina “A crear até trez escolas normaes nas quaes se ensinarão as materias necessárias para habilitação dos aspirantes ao professorato da instrucção primária, sendo uma dellas annexas ao lyceu” (MINAS GERAIS, 1871). A Escola Normal em Ouro Preto voltava então a ser institucionalizada legalmente e deveria funcionar anexa ao Liceu da capital, que também deveria ser instalado.

Ainda de acordo com a lei, em seu art. 2, parágrafo 4, ficava estabelecido que os professores que possuíssem diplomas pelas escolas normais não precisariam mais fazer exames para serem habilitados ao magistério. Conforme o mesmo artigo, parágrafo 3, se estipulava:

Creada a escola normal, o provimento das cadeiras de instrucção primaria continuará a ser feito segundo as leis e regulamentos em vigor, não tendo os professores direito a vitaliciedade senão se mostrarem habilitados nas materias ensinadas na mesma escola, no prazo em que lhes for marcado (MINAS GERAIS, 1871).

Muitas outras medidas são tomadas a partir da lei de 4 de abril de 1871, como a criação de novas cadeiras e colégios na província. Estabelece-se, também, a partir da legislação, em seu art. 1, parágrafo 7, a criação de um órgão responsável pela fiscalização da instrução primária e secundária na província, com o nome de Inspeção Geral da Instrução

---

<sup>49</sup> Na segunda metade do século XIX foram criadas uma série de as leis, portarias e regulamentos referentes à instrução pública provincial. Na impossibilidade de apresentar todas elas aqui, tendo em vista seu grande número, optou-se por apresentar neste trabalho as consideradas mais importantes e de maior repercussão.



Pública. Posteriormente, este órgão é que seria o responsável pela gestão da Escola Normal a ser instalada na capital nos seus primeiros anos.

É importante observar que, em comparação com as leis que regulamentavam o estabelecimento da Escola Normal de Ouro Preto em suas duas primeiras fases (1835 e 1846), esta era a primeira em que não se discorria especificamente sobre o método de ensino a ser utilizado no instituto. Este fato pode sinalizar, na segunda metade do século XIX, a preocupação maior com os conteúdos a serem ministrados nos centros normais do que propriamente com os métodos de ensino.

Estabelecida a norma, cabia esperar pela instalação das instituições por ela estipuladas. Conforme o presidente da província, em relatório do ano de 1871, após a criação da lei nº 1769, os regulamentos necessários deveriam ser expandidos para a sua melhor execução. Assim, já no ano seguinte, em 1872, estabelece-se o regulamento nº 62 da instrução pública, que em seu capítulo 4 destina-se ao assunto das escolas normais. Neste mesmo ano, no dia 18 de abril, instalava-se novamente a Escola Normal da então capital mineira.

### **3.3 O regulamento nº 62 e o restabelecimento da Escola Normal de Ouro Preto**

#### **3.3.1 As instalações do Liceu mineiro e da Escola Normal**

Com o advento da década de 1870, a cidade de Ouro Preto, então capital da província de Minas Gerais, assim como as outras cidades e capitais do Império, buscava se modernizar e urbanizar. Para tanto, valer-se-ia, entre outras coisas, da educação para conquistar os ares modernos que desejava.

De acordo com o recenseamento brasileiro feito no ano de 1872, o município de Ouro Preto possuía, àquela época, onze freguesias, com 42.582 habitantes livres e 5632 escravos (BRASIL, 1872). Além de ser a sede política da província, abrigando o Palácio do Governo e a Assembleia Legislativa Provincial, a então capital mineira destacava-se pela economia diversificada, com intenso comércio, instituições bancárias e ramos de serviços. A cidade de Ouro Preto também possuía uma vida cultural dinâmica para os padrões mineiros da época (FERREIRA, 2011).

Segundo Silva (2009), a modernização da capital de Minas Gerais na segunda metade do século XIX se dá por várias vias, entre elas é possível destacar: a implantação do sistema de telégrafos e a construção de linhas ferroviárias nos anos 1880. No que tange à educação, presencia-se o estabelecimento da biblioteca pública e a criação e aperfeiçoamento de cursos

de ensino superior, quais sejam, a Escola de Minas e de Farmácia. Nos anos 1880 também foi criada a Sociedade Artística Ouro Pretana, e dentro dela, estabeleceu-se o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto para a educação profissional das classes populares. Do mesmo modo, instalaram-se cursos noturnos de instrução para adultos na cidade (ANDRADE, CARVALHO, 2012).

Outra modificação presenciada na segunda metade do século XIX em Minas Gerais é o aumento significativo do número de periódicos produzidos. De acordo com o trabalho de Martins (2010), entre os anos de 1870 e 1889, mais de 60 títulos de jornais circularam na província mineira, sendo quase metade deles produzidos na sua capital, Ouro Preto, sinalizando, mais uma vez, que a cidade era o núcleo do espaço público e urbano provincial. Ainda conforme a autora, o aumento da imprensa em Minas demonstrava que:

Por um lado, a imprensa possivelmente se tornou um canal de expressão acessível a um número maior de pessoas; por outro, indica também um desejo maior, por parte da população civil, de participar do debate público. Por último, o crescimento desta imprensa remete a uma ampliação do público leitor (MARTINS, 2010, p. 25).

No rol de tantas mudanças para a modernização da província, instala-se também o Liceu mineiro e a Escola Normal. Dessa forma, já no começo do ano de 1872, o periódico *Noticiador de Minas* dá conta do início das medidas para o estabelecimento destas instituições. De acordo com publicação do referido jornal, em edição do dia 5 de janeiro de 1872 “Dando da execução da Lei n. 1769 o Sr. Exc. Presidente da Província mandou preparar convenientemente a casa onde funciona a repartição da instrução pública, a fim de estabelecer alli, junto com esta repartição a escola normal” (NOTICIADOR DE MINAS, 1872).

Na notícia, informa-se ainda o motivo para a Escola Normal se situar no mesmo prédio da Inspeção Geral da Instrução Pública, sendo este, como já anunciado anteriormente pelos próprios governantes mineiros, a contenção de gastos públicos “Sr. Exc. Entendeu mais economico aproveitar o pavimento inferior da casa alludida, que dá para duas aulas espaçossissimas [...]” (NOTICIADOR DE MINAS, 1872).

Assim sendo, a Escola Normal, bem como o Liceu mineiro, são instalados no dia 18 de abril 1872. Em edição do dia 20 de abril do mesmo ano, o *Noticiador de Minas* informa sobre uma solicitação da presidência da província a outras autoridades da cidade, a fim de que, no dia da inauguração dos institutos, uma guarda de honra da guarda nacional, e também

a banda de música do corpo policial, se colocassem em frente ao prédio da Inspetoria, às 10 horas da manhã, no intuito de auxiliarem no abrilhantamento dos festejos.

No livro de ata da instalação da Escola Normal de Ouro Preto e do Liceu mineiro, localizado atualmente no Fundo da Instrução Pública do Arquivo Público Mineiro, está registrado que:

Aos dezoito dias do mez de abril do anno de mil oitocentos e setenta e dois, em uma das salas do edifício em que funciona a Inspetoria Geral da Instrução P. em presença do excelentíssimo Sr. Dr. Joaquim Pires Machado Portella, Presidente desta Província e dos cidadãos abaixo assinados foi pelo mesmo excelentíssimo Sr. declarada que se acharão instaladas a Escola Normal da cidade de Ouro Preto e Lyceu Mineiro [...] (APM, IP - 63, 1872)<sup>50</sup>.

Conforme o *Noticiador de Minas*, em edição do dia 1 de maio de 1872, na mesma cerimônia de instalação, o futuro professor da 1ª cadeira do instituto normal, o bacharel Sr. Dr. João Joaquim da Fonseca d'Albuquerque, proferiu um longo e entusiasmado discurso sobre os benefícios do estabelecimento da Escola. Este afirmava, entre outras coisas, que abrir-se-ia, a partir daquela data, uma nova era para a instrução pública na província:

Sim; meus senhores; é aos reclamos imperiosos da felicidade social que se abre este templo magestoso, que se chama: - Escola, á qual a sabedoria legislativa appellidou: - Normal- por ser ella a pedra fundamental dos princípios economicos da instrucção pública (NOTICIADOR DE MINAS, 1872).

O professor João Joaquim da Fonseca d'Albuquerque clamava também, em sua fala, para que os jovens aproveitassem os serviços do poder público, em favor deles mesmos e de toda a pátria. Afirmava ainda que “A inauguração da escola normal nesta província é o baptismo da mocidade que sorri ás futuras habilitações; ao necessário conhecimento de suas forças para tempo em que a lei a fará mestra, hoje que é discipula” (NOTICIADOR DE MINAS, 1872).

É possível notar pelos relatos que a cerimônia em razão da instalação da Escola Normal e do Liceu foi rodeada de prestígio, estando nela presentes a guarda de honra, a banda de música e várias autoridades políticas, entre elas o próprio presidente da província. Pelo discurso proferido pelo bacharel João Joaquim da Fonseca d'Albuquerque, nota-se entusiasmo

---

<sup>50</sup> Logo abaixo da ata de instalação, ficaram registradas as assinaturas de 76 pessoas presentes na cerimônia.

com a implantação da Escola já que ela é vista como uma via de formação intelectual para a mocidade ouro-pretana<sup>51</sup>.

Assim, concluída a instalação da Escola Normal, abriram-se as matrículas para o ingresso nela. Em publicação do dia 23 de abril de 1872, o jornal *Noticiador de Minas* divulga o início das chamadas para a frequência no instituto “Achão-se abertas as matrículas da escola normal das aulas de portuguez, rhetorica, geographia, philosophia, mathematicas, latim, inglez, francez, musica e desenho” (NOTICIADOR DE MINAS, 1872).

Cerca de um mês após a instalação, o vice-presidente da província, o Sr. Francisco Leite da Costa Belem, em fala dirigida à Assembleia legislativa, comunica que o instituto normal, bem como o liceu, vinham funcionando regularmente. À data do discurso, o vice-presidente informa ainda que a Escola Normal contava então com 14 alunos (MINAS GERAIS, 1872).

Dessa maneira, dava-se início ao funcionamento da Escola Normal de Ouro Preto em sua terceira fase. A partir de sua reinstalação na década de 1870, o instituto e as outras duas escolas normais a serem instaladas na província deveriam seguir, *a priori*, as normas estabelecidas pelo regulamento nº 62.

### 3.3.2 O regulamento nº 62

Os principais norteadores para o funcionamento dos institutos normais da província mineira, a partir da década de 1870, estavam prescritos no regulamento nº 62, de 11 de abril de 1872. O capítulo 4 do referido documento era todo dedicado à temática das escolas normais. Neste capítulo, em seu art. 117, ficava estabelecido que os cursos de formação de professores na província deveriam receber como corpo de alunos tanto homens quanto mulheres, mas em horários alternados. No art. 115 constava que curso normal teria a duração de dois anos, contemplando as seguintes disciplinas explicitadas pelo art. 116:

1º ano: Exercícios diários de caligraphia na escola prática

1ª cadeira: Grammatica da língua portuguesa, exercício de leitura de clássicos em prosa e verso – exercícios de redação – leitura reflectida da constituição política do Império. 2ª cadeira: Arithmetica - systema métrico – noções elementares de geometria plana/ Três lições, por semana, de desenho linear.

2º ano: 1ª cadeira: Instrucção moral e religiosa – pedagogia e legislação do ensino. 2ª cadeira: Noções geraes de Geographia - Geographia e História do

---

<sup>51</sup> Não foram encontrados nesta investigação registros sobre a localização ou o endereço do prédio da Escola Normal e do Liceu mineiro neste período.

Brazil, principalmente da Província de Minas Geraes /Três lições de música, por semana (MINAS GERAIS, 1872).

Pelo currículo estipulado no regulamento nº 62, observa-se uma ampliação dos conteúdos a serem ministrados, se comparados aos conhecimentos exigidos pelos candidatos ao magistério na primeira metade do século XIX. São introduzidas, neste contexto, disciplinas como Noções Gerais de Geografia e História do Brasil, por exemplo. Na nova grade, há espaço ainda para a leitura reflexiva da Constituição Política do Império. De acordo com Gouveia (2001), a introdução destas matérias sinaliza a preocupação da formação da ideia de nacionalidade no Brasil, através do aprofundamento dos saberes sobre a nação. Pela primeira vez constava na grade curricular, também, uma disciplina que contemplava Noções de Pedagogia e Legislação de Ensino.

Ainda de acordo com o regulamento, em seu art. 118, deveriam ser criadas escolas práticas, uma feminina e outra masculina, anexas aos institutos normais, para o exercício dos professores em formação. No art. 120, ficava estabelecido que a Escola Normal da então capital ficaria sob a imediata supervisão da Inspeção Geral da Instrução Pública enquanto as demais estariam sob a administração dos diretores dos externatos em que deveriam ser anexadas.

No que tange aos professores que ministrariam as matérias dos cursos normais, ficava estabelecido pelo regulamento nº 62 que as primeiras nomeações dos docentes seriam feitas pelo próprio presidente da província, mas que a partir delas as posteriores se fariam por meio de concursos. Já no art. 122, determinava-se o aproveitamento, da melhor maneira possível, dos lentes dos liceus, ou dos externatos, para a atuação nas escolas normais.

Os primeiros docentes nomeados para lecionarem na Escola Normal de Ouro Preto, de acordo com a documentação localizada no Fundo Instrução Pública do APM, foram: Dr. João Joaquim da Fonseca d'Albuquerque (para ministério da 1ª cadeira do curso) Ovídio João Paulo de Andrade (para ministério da 2ª cadeira do curso), e Caetano José Augusto Mineris, (que ministraria as aulas de música). Além destes, também foram nomeados os professores que atuariam nas aulas práticas anexas a Escola, sendo eles: João Baptista de Souza Telles (aula prática do sexo masculino) e D. Amalia Ethelvina Bernhauss (aula prática do sexo feminino) (APM, IP - 21, 1872).

Como determinado no regulamento, para contenção de gastos governamentais, os professores nomeados para o exercício na Escola Normal da capital também eram os lentes do Liceu mineiro. Mesmo trabalhando em duas funções, estes receberiam os mesmos ordenados.

Conforme Kulesza (1998), esta medida - bem como a utilização de um único prédio para abrigar os centros normais e os liceus ou externatos, utilizada em grande parte do Brasil - era extremamente atraente sob a ótica econômica, tendo-se em vista a constante reclamação governamental com a falta de recursos para a instrução pública.

Ainda no que diz respeito aos professores, se estipulava, no art. 126, a organização de uma Congregação tendo como membros o inspetor geral da instrução pública e os docentes dos cursos normais da província. A Congregação teria por finalidade, principalmente: definir a premiação ou punição de alunos, escolher os livros ou compêndios a serem adotados nas escolas, noticiar ao inspetor todas as modificações dos cursos, entre outras coisas.

Sobre o ingresso na Escola Normal, a matrícula obrigatoriamente seria gratuita para todos os candidatos ao magistério. No que compete aos alunos, para serem admitidos na Escola deveriam ter, de acordo com o art. 128: idade igual ou superior a 16 anos<sup>52</sup>; estar isento de crime e ser de “costumes puros”; possuir boa constituição física; não ter doenças que comprometessem a sua atividade no magistério. A comprovação destes requisitos se daria pelos documentos exigidos no art. 58:

A maioridade comprovação pela certidão de idade, a religião por meio de attestados dos parochos e autoridades policiaes, a capacidade profissional por meio de exames, a capacidade physica com attestados de facultativos, que provem não soffrerem os candidatos moléstias, que os inhabitem para o magistério (MINAS GERAIS, 1872).

Como conhecimentos prévios para o ingresso na instituição, os candidatos deveriam saber o catecismo da doutrina cristã, ler e escrever corretamente, e ter o domínio das quatro operações aritméticas. Para a avaliação dos saberes, os aspirantes ao professorado deveriam fazer um exame escrito e oral perante o inspetor geral e os professores da Escola Normal em que buscavam ingressar.

É possível perceber que mesmo os conteúdos se tornando parte central do currículo das escolas normais a partir da década de 1870, a preocupação com a formação moral dos futuros professores ainda é muito valorizada, com a necessidade da comprovação de suas boas condutas perante a sociedade.

A gratuidade da matrícula indica que mesmo os jovens possuidores de baixa renda poderiam se candidatar a uma vaga na Escola Normal. Entretanto, a grande quantidade de

---

<sup>52</sup> No ano de 1878, o presidente em exercício Francisco de Paula da Silveira Lobo altera essa determinação. Assim, a idade mínima para a matrícula nas escolas normais da província não seria mais de 16 anos e sim de 14 anos, mas, somente para estudantes do sexo feminino (MINAS GERAIS, 1878).

documentos exigidos, como atestados de médicos, autoridades religiosas e policiais, evidenciam que apesar da gratuidade da inscrição não era fácil dar início nos estudos nestas instituições. Além disso, a prestação de exames perante os inspetores e professores proporcionava uma seleção dos indivíduos que fariam, ou não, parte do rol de alunos normalistas.

Por fim, os que conseguissem ingressar nas instituições formadoras e completar os dois anos de curso receberiam um diploma (segundo o modelo que fosse estabelecido) que comprovasse a sua aprovação e habilitação para o magistério “Este diploma lhes servirá de título de habilitação para entrarem em concurso, independente de exame de capacidade, e para poderem ser nomeados professores provisórios” (MINAS GERAIS, 1872).

Ainda no regimento nº 62, ficava estabelecido a criação de uma livraria em cada Escola Normal da província “Haverá uma livraria contendo boas obras sobre a educação e ensino elementar, e sobre a direcção de escolas normaes primárias” (MINAS GERAIS, 1872). Assim, no ano de 1872, às vésperas da instalação da Escola Normal da então capital, o presidente da província, Joaquim Pires Machado Postella, doa alguns livros para o instituto com o objetivo de dar início à requerida livraria.

### 3.3.3 O início da livraria da Escola Normal de Ouro Preto

Seguindo os postulados do regulamento nº 62, o presidente mineiro em 1872, Joaquim Pires Machado Postella, manda enviar oito livros para dar início a construção da livraria e/ ou biblioteca que deveria ser instalada na Escola Normal de Ouro Preto. No Fundo Instrução Pública presente no Arquivo Público Mineiro, consta uma carta do presidente do dia 2 de abril de 1872, endereçada ao inspetor geral da instrução pública, informando sobre a lista das obras oferecidas por ele:

Desejando ter a satisfação de como simples particular concorrer para o começo da livraria, que deve haver na Escola Normal, contendo obras sobre a educação e o ensino elementar e direcção de Escolas Normais primárias, offereço com tal destino os livros constantes na relação juncta (APM, IP1/7 – Cx 01, doc 11, 1872).

Dessa forma, o Presidente Joaquim Pires Machado Postella, ao doar os oito livros, tem por objetivo dar início à biblioteca da Escola Normal da então capital. O quadro a seguir

apresenta os títulos dos livros doados, seus autores (da maneira como foram escritos no documento supracitado) e também o ano e local de publicação dos mesmos<sup>53</sup>.

#### QUADRO 1:

Relação das obras oferecidas por J. P. Machado Postella para dar início à biblioteca da Escola Normal de Ouro Preto

Obra:	Autor:	Ano/Local
Le visiteur des écoles	Jacques Matter	1838/ Paris
L' Instituteur primaire	Jacques Matter	1832/Paris
De l'education populaire et des écoles normales primaires	Prosper Dumont	1841/Paris
Histoire universelle de la pedagogie	Jules Paroz	1868/Paris
De l'instruction publique en Allemagne, en Prusse Et En Hollande	Victor Cousin	1841/ Bruxelas
De l'instruction primaire à Londres dans ses rapports avec l'état social	Eugène Rendu	1853/ Paris
Curso pratico de pedagogia destinado aos alumnos das escolas normais primárias aspirantes ao magistério e aos professores em exercício	M. Daligault/ Tradução de Francisco de Paulicéa Marques de Carvalho.	1870/ Santa Catarina
A instrução pública nos Estados-Unidos: escolas publicas, collegios, universidades, escolas especiaes	Célestin Hippeau/ traduzido e publicado por ordem do governo Imperial no Diario Official do Império do Brasil.	1871/ Rio de Janeiro

Fonte: Arquivo Público Mineiro, IP1/7 – CX 01, doc 11, 1872.

Pelo quadro, é possível observar que a grande maioria das obras oferecidas pelo Presidente Postella foi publicada, originalmente, na cidade de Paris - França, que era àquele momento o principal referencial de educação para o Brasil. Seis das oito obras doadas se encontravam no idioma francês e as outras duas foram entregues na sua versão traduzida.

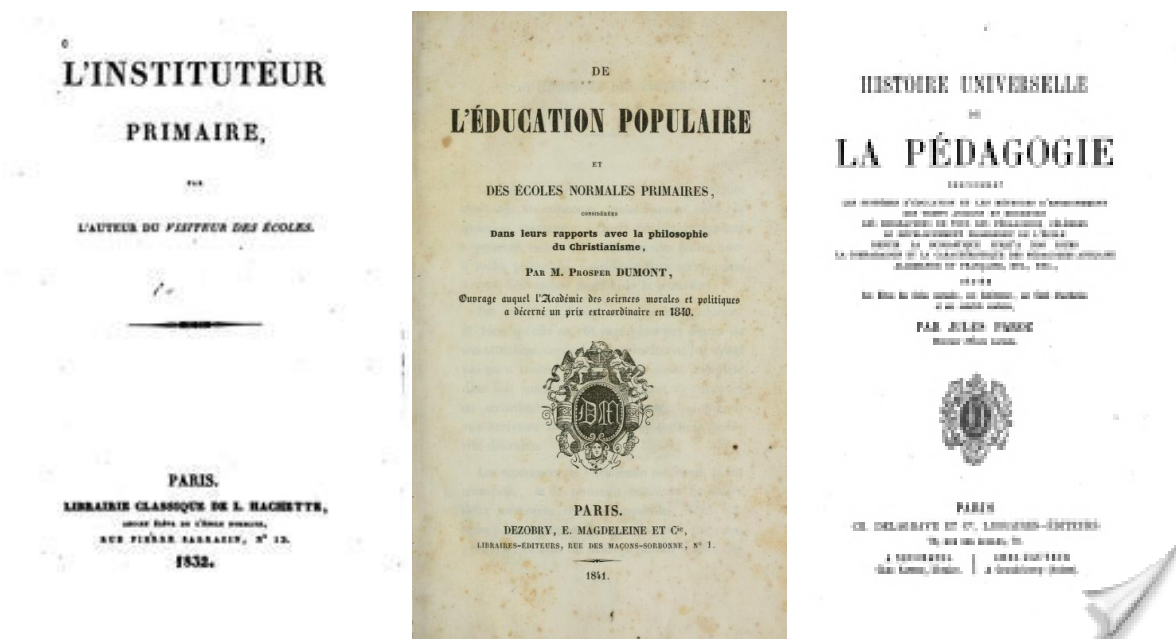
<sup>53</sup> Não foi possível localizar nesta investigação a versão original das obras doadas pelo presidente da província para dar início a biblioteca da Escola Normal, somente encontrou-se a lista com seus nomes.



No contexto do século XIX na Europa, muitos intelectuais se propuseram a refletir e escrever sobre a educação, propagando sobre a necessidade da universalidade da instrução para todas as pessoas e camadas da sociedade. Os escritos destes pensadores começaram a chegar à realidade brasileira especialmente na segunda metade do século XIX, e serviram como referencial a ser adotado nas escolas normais brasileiras e na prática docente em geral. Seguindo a tendência do que acontecia no restante do Brasil, também o governo mineiro entendia que deveriam ser adotados os livros ou manuais (como eram conhecidos) de origem europeia nos institutos normais que estavam prestes a ser instalados na província, a começar pelo da capital.

Os autores dos livros citados no quadro se caracterizavam por serem intelectuais, professores, diretores ou inspetores de ensino, que se propuseram a reformar a instrução pública no contexto em que viviam. A maioria das obras resultava de cursos que seus autores ministravam ou de relatórios das viagens e experiências vividas por eles nas mais diversas áreas do campo educacional. Ao transcrevê-los, estes estudiosos buscavam, entre outras coisas, conferir caráter científico para os conhecimentos pedagógicos.

FIGURA 1:  
Alguns dos livros doados para a biblioteca



Fonte: <https://archive.org>, acesso dezembro de 2015/ <https://books.google.fr/?hl=pt-BR>, acesso dezembro de 2015.

Os conteúdos das obras fornecidas por Postella contemplam uma série de assuntos considerados fundamentais para a educação no contexto da época. As temáticas abordadas vão desde orientações para como os docentes, diretores e inspetores deveriam operar em seus ofícios e na sociedade, até a organização física das escolas<sup>54</sup>.

No que compete especificamente aos docentes, é interessante observar que os manuais apontam as virtudes que estes deveriam ter, sendo as principais delas: bondade, firmeza, paciência, regularidade, zelo, pureza de costumes, piedade cristã, polidez, modéstia, prudência, amor da solidão, entre outras. Os manuais orientam também sobre a postura social que os professores deveriam tomar, mesmo em horários em que não estivessem trabalhando. Não lhes era recomendado possuir qualquer tipo de vício, sair muito à noite, visitar com frequência a sua família, ou dedicar muito tempo a outras atividades que não estivessem relacionadas ao seu ofício, por exemplo. O mestre teria que se dedicar, quase que exclusivamente, ao seu trabalho e abdicar de muitas coisas. Por estas e outras razões, a profissão teria que ser encarada, por aqueles que se dispusessem a segui-la, como uma espécie de missão.

Da mesma forma que a descrição dos docentes e de seus valores morais, os manuais forneciam também a definição dos vários tipos de alunos, atentando-se principalmente para as suas virtudes e seus defeitos e as maneiras mais adequadas para o trato com eles.

Parte dos textos doados discorre sobre questões mais teóricas, como a importância da universalização da educação para todas as pessoas e classes sociais desde os jardins de infância até as Universidades. Alguns autores defendem a instrução educacional para as mulheres e a necessidade da coeducação escolar entre os sexos feminino e masculino. Trata-se ainda sobre a ideia da laicização do ensino que começava a ser difundida na Europa nesta época.

Alguns trabalhos se ocupam de apresentar um apanhado histórico do processo educativo no mundo ocidental. Uns pontuam sobre os métodos de ensino já adotados no passado e outros discorrem sobre a trajetória educacional ao longo do tempo, indo desde os povos antigos, passando pela idade média, renascimento, modernidade, e chegando, por fim, ao tempo presente à escrita das obras. Outros possuem como objetivo, ainda, apresentar o histórico da instrução e das escolas normais em diversas regiões ou países.

Nos livros é possível perceber a emergência de estudos comparados entre os sistemas educacionais de várias nações. Geralmente, os autores iam até outros países, visitavam

---

<sup>54</sup> As breves análises presentes neste tópico se baseiam nas obras supracitadas. As referências das edições utilizadas neste trabalho se encontram na parte de “Fontes consultadas” desta Dissertação.

escolas, tanto normais quanto elementares, e acompanhavam o funcionamento delas. Investigavam, ainda, sobre as organizações do ensino público e particular destas localidades e de posse das informações coletadas construía um relatório. A partir dos relatórios, os viajantes escreviam livros em que teciam comparações entre os países analisados e as suas nações de origem. Assim, nas obras oferecidas para a Escola Normal de Ouro Preto há estudos comparados ou relatórios sobre os sistemas escolares da França, Inglaterra, Alemanha, Prússia, Estados Unidos da América e Holanda.

Contudo, a maior parte dos livros é dedicada a apresentar orientações sobre a organização das escolas (sendo elas de todos os tipos). Os manuais direcionam sobre como deveriam estar dispostas as salas de aula (carteiras, mesas, quadro negro) e os outros ambientes escolares (locais para ginástica, bibliotecas, jardins, gabinetes de física e química). Em muitos manuais é possível encontrar, inclusive, desenhos para a melhor ilustração e exemplificação de como deveriam estar situados espacialmente estes ambientes.

Além da divisão espacial, orienta-se para organização do tempo nas instituições, dos materiais que deveriam ser utilizados, das disciplinas e dos conteúdos a serem ministrados. Apresenta-se passo a passo da divisão das disciplinas escolares, dos conhecimentos e também dos métodos de ensino que os docentes deveriam adotar para o ministério de cada matéria especificamente.

Não é possível afirmar que os professores da Escola Normal de Ouro Preto adotaram fielmente os pressupostos estipulados pelos manuais fornecidos pelo Presidente da Província para o início da livraria. Ainda assim, pelas obras doadas é possível perceber uma amostra do arsenal intelectual que os estudantes do instituto teriam acesso. Os conteúdos dos livros sinalizam o que havia de vanguarda nos estudos sobre a instrução na Europa naquele momento, como as ideias de democratização e universalização do ensino, por exemplo. Mostram também, de certa maneira, o que o poder público esperava que fosse ensinado para os professores em formação em Minas Gerais.

Os normalistas em formação deveriam, pois, ter noções gerais sobre o que se produzia acerca dos saberes pedagógicos naquele momento na Europa, e sobre o histórico da educação e da formação docente em vários espaços e tempos. Pelos manuais, os futuros docentes receberiam orientações de como se comportar socialmente e de como atuar em suas atividades profissionais, além de quais conhecimentos ministrariam e de que forma. Os normalistas deveriam saber também sobre a organização do espaço e do tempo nas escolas, bem como conhecer o perfil dos alunos e como lidar com eles da melhor maneira possível.

### 3.4 Funcionamento e corpo discente da Escola Normal de Ouro Preto na década de 1870

#### 3.4.1 O percurso da Escola Normal de Ouro Preto na década de 1870

Ao que tudo indica, o funcionamento da Escola Normal de Ouro Preto na década de 1870 ocorreu de maneira relativamente estável e sem grandes problemas na maior parte do tempo, sobretudo se comparado aos momentos conturbados vividos em suas duas primeiras fases (1840-1842/ 1847-1852). Contudo, não é possível afirmar que foi completo o seu êxito no que tange o seu principal objetivo, qual seja: a formação de professores, já que foram poucos os estudantes habilitados pelo curso normal ao longo deste recorte.

Não são muitos os vestígios sobre o funcionamento da Escola Normal de Ouro Preto na década de 1870, se comparados aos da década seguinte, por exemplo. Ainda assim, pela análise dos relatórios dos presidentes da província na Assembleia Legislativa Provincial, dos periódicos que circulavam na época em Minas, e das fontes primárias recolhidas no Fundo da Instrução Pública do Arquivo Público Mineiro, foi possível traçar parte da trajetória do instituto formador nos anos 1870.

Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no ano de 1873, o Presidente Venancio José de Oliveira dá notícias sobre o funcionamento da Escola Normal da então capital. Segundo o presidente, esta vinha funcionando regularmente. Do mesmo modo, também as escolas práticas dos sexos feminino e masculino a ela anexadas estavam trazendo resultados satisfatórios. Venancio José de Oliveira diz ainda que já havia tido a oportunidade de testemunhar de perto os progressos dos alunos matriculados no curso normal “[...] reconhecendo que os inteligentes esforços dos mestres se allião as boas disposições dos discípulos, para justificar as vantagens de sua criação” (MINAS GERAIS, 1873).

O presidente da província informa, por fim, sobre as outras duas escolas normais criadas pela lei nº 1. 769. Conforme o relatório, à data de sua publicação, a Escola Normal de Campanha já havia sido instalada e funcionava regularmente<sup>55</sup>. Já a outra, a de Minas Novas, não havia sido instalada até aquele momento, pois dependia da construção do externato da cidade para então ser anexada a ele. Nota-se que em 1873, dois institutos de formação de professores primários funcionavam em Minas Gerais: o de Ouro Preto e o de Campanha.

---

<sup>55</sup> De acordo com Lage (2006) a Escola Normal de Campanha, a segunda a ser instalada em Minas Gerais, começou a funcionar em setembro de 1873, e passou a receber alunos de diversas cidades da região sul mineira.

Ainda no ano de 1873, no periódico *Diário de Minas*<sup>56</sup>, em edição do dia 14 de fevereiro de 1873, informa-se sobre a reforma do prédio da Inspetoria Geral da Instrução Pública, para melhor comportar os normalistas. De acordo com a publicação, era preciso mais dois novos salões no pavimento térreo do edifício para serem ocupados por algumas aulas do curso normal. Pela notícia, é possível inferir certa preocupação com a manutenção e ampliação do espaço para o exercício das cadeiras da Escola Normal, ainda que esta não possuísse um prédio próprio e que funcionasse anexada à Inspetoria e ao Liceu.

Nos anos que se seguiram, os presidentes da província continuaram fornecendo informações básicas sobre o funcionamento das escolas normais instaladas em Minas. De acordo com os relatórios apresentados à Assembleia nos anos de 1874 e 1875, os presidentes Pedro Vicente de Azevedo e Francisco Leite da Costa Belem noticiam, mais uma vez, que os centros normais de Ouro Preto e de Campanha vinham funcionando regularmente. Costa Belem assim afirma “Apezar de não ser ainda completa a organização dessas escolas, parece-me que d’ellas colherá a província bons resultados, pois que darão melhores professores, e com a devida instrução” (MINAS GERAIS, 1874).

O Presidente Francisco Leite da Costa Belem apresenta ainda a demanda pela criação de pelo menos mais dois institutos de formação docente em cidades importantes da província “Deste modo conseguiremos maior número de pessoas convenientemente habilitadas para o ensino primário, as cadeiras serão então providas vantajosamente, e daremos á instrução primária maior impulso” (MINAS GERAIS, 1874).

No que tange especificamente à Escola Normal ouro-pretana, o jornal *Diário de Minas* informa, em edição do dia 23 de dezembro de 1874, sobre a presença do presidente da província nas avaliações das aulas práticas das alunas desta instituição no dia 21 de dezembro. Nesta ocasião, o presidente, satisfeito com os resultados, tece elogios à professora responsável pelas aulas práticas das alunas do curso normal, ressaltando a sua inteligência e dedicação<sup>57</sup>. No mesmo periódico, em edição do dia 16 de fevereiro de 1875, consta a fala do próprio presidente, do dia 21 de dezembro de 1874, sobre a sua visita para assistir aos exames no instituto “Por ocasião de assistir hontem aos exames dos alumnos e alumnas da aula prática anexa a escola normal desta capital, coube-me a satisfação de observar o grão proporcional de adiantamento dos mesmos, a par da disciplina e methodo na distribuição do ensino” (DIÁRIO DE MINAS, 1875).

<sup>56</sup> O jornal *Diário de Minas* era editado na cidade de Ouro Preto e publicado todos os dias da semana. Pertencia a J. F. de Paula Castro, mesmo proprietário de extinto periódico *Noticiador de Minas*.

<sup>57</sup> A professora em questão se chama Amália Ethelvina Bernhauss. No próximo capítulo sua trajetória como lente da Escola Normal de Ouro Preto será tratada com mais detalhes.

Entretanto, os problemas relativos ao instituto normal ouro-pretano começam a aparecer, mais sistematicamente, nos discursos oficiais do governo no ano de 1877. A principal reclamação versava sobre a ineficiência do centro normal em relação ao seu principal objetivo: a formação de professores primários para atuarem nas escolas públicas da província.

Em fala à Assembleia Provincial no ano de 1877, o Presidente Capistrano de Melo informa que, de acordo com o relatório do inspetor geral, as escolas normais necessitavam de uma organização mais adequada. O presidente, valendo-se do relatório do inspetor, pontua “[...] sendo de notar que desde 1872, em que funcionam duas escolas, só 21 normalistas figurão entre 616 professores da província” (MINAS GERAIS, 1877).

De fato, de acordo com o livro de registros de diplomas de normalistas apresentados na Secretaria da Inspeção da Instrução Pública, localizado no Fundo Instrução Pública do APM, dos anos de 1876 até 1878, apenas 13 diplomas advindos de formados no curso normal de Ouro Preto foram registrados na secretaria, sendo 1 no ano de 1876, 5 em 1877 e 7 em 1878. É somente no ano de 1879 que este número aumenta um pouco, sendo notados 18 diplomas de normalistas habilitados pelo centro normal da capital (APM, IP – 37, 1879).

Contudo, em relatório apresentado na Assembleia do ano seguinte ao pronunciamento de Capistrano de Melo, o novo presidente, Francisco de Paula da Silveira Lobo, parece contradizer um pouco a fala de seu antecessor afirmando que nas escolas normais vinham se formando “não poucos professores primários” para a província. Francisco de Paula da Silveira Lobo admite que estas instituições ainda não traziam todos os benefícios desejados, mas que, ao menos “[...] se fazia mister para sairmos do obsoleto systema anteriormente seguido” (MINAS GERAIS, 1878).

Já no ano de 1879, o Sr. Dr. Manoel José Gomes Rebello Horta, presidente da província naquele período, oferece novas informações sobre o funcionamento da Escola Normal de Ouro Preto. O presidente pontua que esta se encontrava em atividade em prédio de propriedade do próprio governo, ou seja, não alugado, e que possuía todos os móveis indispensáveis para o bom andamento das suas aulas. O Sr. Dr. Manoel José Gomes Rebello Horta faz saber ainda que, àquele ano, já eram 5 as escolas normais criadas na província mineira.

Assim, ao que parece, a Escola Normal de Ouro Preto funcionou de maneira regular na década de 1870. Apesar de não formar grande contingente de alunos se comparado ao número total dos que lecionavam na província, este instituto deu os primeiros passos para uma formação institucionalizada da profissão na segunda metade do século em Minas Gerais. Em

seus relatórios, os presidentes da província pareciam otimistas em relação à Escola Normal, seus mestres e alunos, que apesar de ainda não fornecerem os resultados almejados, ao menos modificavam e davam um passo além ao modelo que existia anteriormente em Minas. Os objetivos principais agora eram criar novas escolas normais que contemplassem outras regiões da província e mobilizar maior contingente de aspirantes ao professorado nas já existentes.

#### 3.4.2 O corpo discente da Escola Normal ouro-pretana na década de 1870

Da mesma forma que os vestígios sobre o funcionamento da Escola Normal de Ouro Preto não são numerosos, também não são muitas as fontes sobre o seu corpo de alunos na década de 1870. Ainda assim, é possível perceber, pelos documentos encontrados, que estes, em geral, demonstravam bom rendimento na instituição. Também nota-se a inserção cada vez maior das mulheres no corpo de alunos do curso nos anos 1870. Aos poucos, o número de moças matriculadas supera o de rapazes, seguindo a tendência nacional de feminização do magistério neste período.

Ao que tudo indica, apesar de poucos, os estudantes da Escola Normal da então capital mineira eram dedicados às disciplinas do curso. Como apontado anteriormente neste texto, o próprio presidente da província ao assistir os exames dos alunos da Escola Normal em dezembro de 1874, tece elogios aos discentes, considerando-os adiantados no que diz respeito à disciplina e ao método.

Em trecho de uma carta do professor do instituto normal de Ouro Preto Camillo Augusto Mario de Brito, endereçada ao inspetor geral da instrução pública Camillo da Cunha Figueredo, em dezembro de 1873, o docente afirma “As alunas são distintas pela inteligência e estudo e pelas qualidades morais. O exame mostrará o grão de adiantamento nas disciplinas que lecionei [...]” (APM, IP1/3 – Cx 20, doc 2, 1873).

De maneira semelhante, o professor Eduardo Machado de Castro, em relatório apresentado ao inspetor geral, Dr. Leonidas Marcondes de Tolledo Lessa, no dia 30 de novembro de 1876, comenta sobre os exames dos alunos do segundo ano “[...] Elles mostrarão talento e applicação e igualdade regular” (APM, IP1/3 – Cx 20, doc 3, 1876).

No que tange à quantidade de alunos que ingressaram e se formaram na instituição ao longo da década de 1870, não são precisos os números. Alguns indicativos estão presentes nos próprios relatórios dos presidentes da província mineira na Assembleia, mas não há dados sobre todos os anos investigados. Nas informações fornecidas pelos representantes da província também não consta a divisão por sexo dos estudantes.

Foi possível constatar nestes relatórios o número de alunos dos dois primeiros anos de funcionamento da instituição. De acordo com os registros governamentais, no ano de 1872 matricularam-se 14 alunos, 5 ouvintes e mais 5 que frequentavam as aulas de música (MINAS GERAIS, 1872). Em 1873 ingressaram 8 estudantes no primeiro ano (em que somente 5 foram frequentes) e 5 no segundo ano (MINAS GERAIS, 1873).

Já no acervo do Arquivo Público Mineiro constam os livros de registros de matrículas dos alunos da Escola Normal de Ouro Preto do ano de 1877 em diante. No que tange a década de 1870, foram consultados os livros de matrículas nos anos de 1877 e 1879 (não foi localizado o livro correspondente ao ano de 1878). Assim, pela análise destas fontes, foi possível constatar o número geral de inscritos nos primeiros e segundos anos do curso normal, e também a divisão por sexo destes estudantes. As tabelas a seguir ilustram os dados coletados:

TABELA 1:

Alunos matriculados no 1º ano da Escola Normal de Ouro Preto

Ano:	1877	1879
Homens:	16	8
Mulheres:	30	10
Total:	64	18

Fonte: Arquivo Público Mineiro, IP -123.

TABELA 2:

Alunos matriculados no 2º ano da Escola Normal de Ouro Preto

Ano:	1877	1879
Homens:	5	3
Mulheres:	11	3
Total:	16	6

Fonte: Arquivo Público Mineiro, IP -123.

Pelas informações apresentadas nas tabelas 1 e 2, é possível perceber que a quantidade de alunos matriculados nos primeiros anos é superior a dos segundos, o que dá a entender que



nem todos que iniciavam o curso normal o terminavam, e que muitos desistiam no meio do caminho, caracterizando-se um processo de forte evasão escolar.

Pelas tabelas, nota-se que o número de mulheres matriculadas é sempre superior ou igual ao de homens. Essa inversão de gênero no rol de alunos da Escola Normal de Ouro Preto torna-se efetiva na segunda metade do século XIX, uma vez que em suas duas primeiras fases a instituição não recebeu nenhuma estudante do sexo feminino (ROSA, 2001).

Contudo, esta inversão de gênero no quadro de alunos da Escola Normal de Ouro Preto não se apresentava como evento isolado, já que era a representação do que acontecia também no restante do Império. Naquele momento, dava-se início ao processo de feminização do magistério brasileiro, concretizado no início do século XX, em que grande parte dos institutos normais já era dedicada a receber apenas alunos do sexo feminino. Dessa forma, em um espaço curto de tempo, uma profissão que era dominada quase que completamente por homens, passa a ser majoritariamente feminina. Para Villela (2011), o processo de feminização do magistério está relacionado ideia de que a mulher seria uma das responsáveis pela construção da nova sociedade que se esperava nos anos finais do século XIX.

No contexto mineiro, Faria Filho e Macedo (2004) chamam atenção para o fato de que não só nas escolas normais aumentaram o número de mulheres, mas, na profissão em geral. Os autores apontam que há, em finais do século XIX, um vertiginoso crescimento da presença de mulheres no magistério mineiro, inclusive das não normalistas. Uma explicação para este fenômeno se daria pela maior frequência de meninas nas escolas primárias na segunda metade do oitocentos, o que demandava grande contingente de professoras, já que somente docentes do sexo feminino poderiam reger as cadeiras para meninas. Assim, as mulheres iriam compor, nos anos de 1880, quase metade dos docentes das primeiras letras atuantes em Minas Gerais.

A inserção das mulheres - que até aquele momento viviam majoritariamente imersas no mundo privado - na esfera pública, através da educação, refletiu na sociedade de diferentes formas e, em um primeiro momento, pode-se dizer que foi vista com certo estranhamento. A título de exemplo, cabe citar um caso curioso que ecoou na imprensa mineira acerca da ocupação do mesmo espaço físico entre as alunas da Escola Normal de Ouro Preto e os meninos do Liceu mineiro na década de 1870.

Em matéria intitulada “Lyceu Mineiro” e assinada somente pelo nome de “o pae de família”, publicada no jornal *Diário de Minas* do dia 7 de julho de 1875, consta uma denúncia sobre os supostos “abusos, desacatos de toda ordem e imoralidades” dos alunos do Liceu mineiro. Na notícia, afirma-se que os estudantes da instituição fugiam as aulas, indo banhar-se no rio, e que estes ofendiam seus mestres com insultos. No que tange às alunas do curso

normal, o autor da nota afirma “As alunas da escola normal, coitadinhas! Jovens, inexperientes, são malcriadamente insultadas por duas alas de meninos, que as esperão na porta do edifício, para dizer-lhes gracinhas, atirar-lhes flores, bilhetinhos!” (DIÁRIO DE MINAS, 1875). Por fim, o assinante da matéria solicita providências e posicionamento do governo em relação ao assunto.

A resposta a estas graves denúncias veio quase que imediatamente depois. No mesmo jornal, em edição do dia 9 de julho de 1875, as alunas da Escola Normal (13 assinantes no total) se manifestaram contra o autor da matéria anterior, afirmando serem ofensivas e mentirosas as suas acusações. Segue um trecho da nota assinada pelas normalistas:

[...] lamentamos que desrespeitosamente attribuissem aos estudantes factos que terião por consequência a nossa despedida das aulas onde recebemos a instrucção dirigida pelos dignos e illustrados professores; seria desconhecer o cavalheirismo e atenções com que somos tratadas n'aquelle estabelecimento não acudir em defeza dos moços distinctos pela sua educação e famílias que foram vilmente insultadas por quem talvez estranhe a illustração que em outros tempos nos recusavão. Desejamos para as nossas companheiras de idade os mesmos benefícios que alli recebem as nossas intelligencias [...]. (DIÁRIO DE MINAS, 1875).

Pelo trecho, é possível constatar certa apreensão das alunas com a possibilidade de perderem a oportunidade de estudar devido às acusações expostas. As meninas também se mostraram preocupadas com as companheiras do mesmo sexo que poderiam não ter as mesmas chances de estudar, por receio de seus pais em colocá-las em contato com os jovens estudantes do Liceu. As normalistas, por fim, afirmam serem os responsáveis por tais injúrias indivíduos que não estavam habituados com a nova realidade, ou seja, o fornecimento de ilustração para as mulheres.

É possível compreender a preocupação das estudantes da Escola Normal. Em uma sociedade patriarcal e tradicional como era a mineira neste período, o impacto das acusações noticiadas pela imprensa poderia ser grande. As matérias poderiam ocasionar, inclusive, que os pais ou responsáveis das meninas impedissem seus estudos em favor de suas honras, que estavam sendo ameaçadas publicamente.

A resposta governamental também veio dias depois. Em edição de 14 de julho de 1875 do *Diário de Minas*, consta uma carta do Inspetor Geral João Pedro Moretzsoan ao presidente da província discorrendo sobre o caso. Na carta, o inspetor reafirma serem injuriosas às denúncias da nota intitulada “Lyceu Mineiro”, não sendo verdade nenhuma das acusações publicadas.

João Pedro Moretzsoan esclarece ainda que mensalmente os pais dos alunos do Liceu recebiam um boletim constando a frequência dos mesmos na instituição. Além disso, segundo o inspetor, não havia nenhuma reclamação dos docentes sobre indisciplina e desacato dos meninos, e se assim houvesse, que estes seriam punidos de acordo com os regulamentos em vigor. O inspetor geral da instrução pública, por fim, refuta as acusações de assédio em relação às meninas da Escola Normal: “Quanto ao que se disse em relação às alunas da escola normal, nenhuma verdade ha; e sobre elas ha tanta vigilância, quanta é necessária: razão porque nenhuma queixa tem chegado aos á meos ouvidos” (DIÁRIO DE MINAS, 1875).

Mas as discussões não terminaram aí. Em publicação do dia 17 de julho de 1875 do *Diário de Minas*, o suposto “pai de família” responde aos textos das alunas da Escola Normal, do inspetor geral e ainda outros. Em um longo texto, o autor da polêmica nota se defende e reafirma as suas acusações. No que compete à matéria publicada pelas alunas em defesa dos meninos do Liceu, o autor afirma que foram os professores da própria Escola que redigiram o texto e que elas, por ingenuidade, se deixaram levar, assinando-o. Por fim, este exclama indignado “Sabemos como são os meninos de hoje, tínhamos provas de seus desacertos, os denunciemos, e eis que aquellas mesmas, em favor de cuja innocencia e pudor nos arriscamos, são as primeiras a nos querer desmentir!” (DIÁRIO DE MINAS, 1875).

Não foram localizadas outras notícias sobre a polêmica nos jornais da época. Mas, pelas fontes coletadas nota-se que a problemática trouxe discussões acaloradas e rumores a respeito da conduta dos estudantes do Liceu e da segurança moral das alunas da Escola Normal. A ideia da ocupação do mesmo espaço físico para a educação de homens e mulheres, meninos e meninas, estava ainda se construindo no século XIX. Ao que tudo indica, a ocupação do mesmo prédio por estudantes de ambos os sexos causava preocupação e rumores da sociedade ouro-pretana.

Sem querer entrar no mérito das denúncias serem falsas ou verdadeiras, busca-se aqui observar a imagem social da mulher neste contexto, sobretudo, das jovens normalistas de Ouro Preto que começavam a ingressar na esfera pública através da formação para o magistério.

Como as próprias publicações demonstram, as meninas do curso normal são vistas como indefesas e ingênuas, dependendo de proteção e, sobretudo, de vigilância. São caracterizadas ainda como inocentes e de fácil manipulação. Elas, por sua vez, parecem temer a retirada de seus direitos à instrução pelos boatos de assédio. Consideram que, ao invés de demonstrarem preocupação, as denúncias refletem atos de resistência daqueles que ainda não

admitiam a nova realidade, qual seja, a inserção da mulher na sociedade civil pela via da educação que antes era lhe negada.

Apesar de todos estes fatores e da oposição de alguns, o contingente de mulheres matriculadas na Escola Normal de Ouro Preto só veio a aumentar ainda mais na década de 1880. Também eram elas as que, na maioria das vezes, persistiam no curso, se formavam e atuavam na profissão docente.

Assim, é possível observar que a década de 1870 foi palco de muitas e significativas mudanças no que diz respeito à formação docente e seus atores em Minas Gerais. Após duas décadas com as portas fechadas, o instituto normal da então capital mineira foi reaberto, passando a funcionar de maneira relativamente estável durante nos anos 1870. Mas, é na década seguinte que a Escola Normal de Ouro Preto se concretiza como centro formador, tornando-se, inclusive, referência para as outras instituições da mesma natureza na província. Nos anos 1880 acontece a ampliação do currículo, do número de alunos e do público feminino na instituição. Todavia, apesar dos avanços, o curso normal ouro-pretano ainda enfrentava dificuldades nessa década, sobretudo de ordem financeira, o que comprometia, em partes, o seu bom andamento.

#### **4. A ESCOLA NORMAL DE OURO PRETO NA DÉCADA DE 1880: INSTITUIÇÃO, SUJEITOS E FORMAÇÃO DOCENTE NOS ANOS FINAIS DO IMPÉRIO**

O presente capítulo possui como finalidade apresentar o percurso da Escola Normal de Ouro Preto na década de 1880. Serão abordadas, primeiramente, questões relacionadas à estrutura e a legislação referentes à instituição, tais como: a demanda por reformas neste campo no início da década e a consolidação destas por meio do regulamento nº 100, a criação da Congregação de Professores da instituição a partir da nova legislação e a busca incessante, dentro e fora dela, para a construção de um prédio próprio e adequado para o curso normal.

No segundo momento do capítulo tratar-se-á dos sujeitos educandos, as questões pedagógicas e políticas, os avanços e retrocessos da formação de professores em Minas Gerais na década de 1880. Assim, serão trabalhados os sujeitos da Escola Normal, destacando-se a trajetória de alguns docentes e alunos, bem como sobre parte dos conhecimentos pedagógicos ministrados na instituição no recorte. Serão discutidos, também, os problemas encarados pelos cursos normais da província nos anos 1880 e a reclamação governamental sobre a baixa qualidade e ineficiência desses cursos. Por fim, apresentar-se-á um breve balanço sobre os êxitos e percalços enfrentados pelo instituto de formação docente de Ouro Preto nos anos finais do período imperial brasileiro.

##### **4.1 O regulamento nº 100: modificações no funcionamento das escolas normais da província**

###### **4.1.1. A demanda por reformas**

Apesar de contar com relativa estabilidade na década de 1870, a Escola Normal de Ouro Preto ainda passava por problemas nesse contexto, sendo o principal deles a sua questionada ineficiência, já que não formava grande contingente de alunos. Por essa e outras razões, nos anos iniciais da década de 1880, começam a surgir novas discussões e iniciativas do governo mineiro para melhorias no funcionamento dos institutos normais da província, entre eles o da capital.

Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no ano de 1881, o senador João Florentino Meira de Vasconcellos discorre sobre a sua insatisfação com a situação das escolas normais de Minas Gerais naquele momento. De acordo com o senador, os institutos, da maneira como estavam organizados, não ofereciam a habilitação necessária para

os futuros mestres. Para ele, os gastos com a manutenção dos centros normais eram muito altos para os cofres públicos e, por esta razão, os resultados deveriam ser positivos, caso contrário, os investimentos governamentais seriam, mais uma vez, “pura perda”<sup>58</sup>.

O referido senador chama atenção para a fragilidade dos exames de habilitação dos alunos nos cursos normais, considerando essas avaliações ineficazes e insuficientes. Vasconcellos contesta, ainda, a idade para o ingresso dos alunos na escola e o tempo de duração do curso, afirmando “É insuficiente o curso de dous annos; o ensino deve ser mais desenvolvido, e as matérias melhor distribuídas” (MINAS GERAIS, 1881).

Em edição do dia 21 de outubro de 1880, o periódico *A Actualidade*<sup>59</sup> apresenta uma discussão que aconteceu na Assembleia Legislativa Provincial no dia 8 de outubro do mesmo ano, referente ao assunto da instrução pública em Minas. Na ocasião, o deputado Sr. Araújo Lobato também afirma, entre outras coisas, ser insuficiente o tempo de dois anos para os cursos normais da província. De acordo com ele, o período de três anos seria o mais recomendado e indispensável nas escolas normais, já que, em dois anos, era impossível a aprendizagem de todas as matérias necessárias para o exercício do magistério.

O deputado Sr. Araújo Lobato ainda pontua que não havia inteligência, por mais desenvolvida que fosse, capaz de apreender todos os conhecimentos exigidos para o exercício da profissão docente em tão curto espaço de tempo, e completa sua argumentação:

Qual é a missão principal da escola normal entre nós? Ministar conhecimentos profundos, embora limitados, áquelles que se destinão ao magistério. Como se vê, não se trata de dar noções superficiaes das diversas matérias, mas formar professores perfeitamente habilitados, aptos para ensinar as matérias elementares ao que inicião sua carreira (A ACTUALIDADE, 1880).

Do mesmo modo, na 4<sup>o</sup> sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial do dia 24 de novembro de 1880, transcrita pelo jornal *A Actualidade* na sua edição do dia 26 de fevereiro de 1881, o deputado Sr. T. Lima afirmava que os externatos e escolas normais da província não vinham apresentando resultado algum, e, por fim, denuncia: “Conheço professores da escola normal, que não sabem ler” (A ACTUALIDADE, 1881).

---

<sup>58</sup> É interessante observar que para justificar a suspensão da Escola Normal de Ouro Preto na sua segunda fase, o presidente em atividade naquele momento utilizou a mesma explicação que o senador apontado acima, afirmando ser a manutenção da Escola àquela época “pura perda”. Percebe-se que, mais uma vez, os governantes valem-se de argumentos muito semelhantes para sugerirem uma nova reforma neste ponto da instrução pública mineira.

<sup>59</sup> O periódico *A Actualidade* era órgão do Partido Liberal e pertencia a J. E. da Silva Campos e Carlos Gabriel Andrade. Sua edição acontecia na cidade de Ouro Preto, e suas publicações ocorriam três vezes por semana.

É possível perceber, pois, que as reclamações sobre a ineficiência das escolas normais da província intensificam-se com a virada de década de 1870 para a de 1880. Mais uma vez, a representação governamental da província protesta contra os altos gastos para a manutenção dessas instituições e o pouco resultado por elas apresentado. Questiona-se o baixo número de alunos matriculados, a fragilidade da formação pelas escolas, a inadequação dos professores que nelas atuavam, e a precariedade dos exames para a habilitação no magistério. Questiona-se, sobretudo, a idade para o ingresso dos alunos e o tempo de duração dos cursos.

Para tentar sanar os problemas apontados acima e muitos outros referentes à instrução pública e privada do período, o governo mineiro decide, novamente, reformar a legislação vigente, a fim de realizar as modificações consideradas necessárias. Dessa forma, no ano de 1883 elabora-se o regulamento de nº 100, que, em seu capítulo 8, discorria sobre as escolas normais da província e apresentava as alterações no seu funcionamento.

#### 4.1.2. O regulamento nº 100

O regulamento de nº 100, composto por 226 artigos e 10 capítulos, foi publicado no dia 19 de junho de 1883 e tinha por finalidade reformar todo o ensino público e privado da província. No seu capítulo nº 8, dedicado às escolas normais, determina-se, *a priori*, que deveriam funcionar oito instituições dessa natureza em Minas, para melhor formar o professorado. O tempo de duração do curso normal iria, a partir da nova legislação, ser ampliado, passando de dois para três anos, contemplando os seguintes conteúdos:

1º ano: Exercícios diários de calligraphia e orthographia na escola prática/ língua nacional, compreendendo leitura expressiva e commentada de textos clássicos em proza e verso, analyse grammatical, e lógica e exercícios de construcção arithmetica e metrologia.

2º ano: língua nacional compreendendo exercícios de redacção e noções de litteratura nacional (3 lições por semana)/ arithmetica, applicações e exercícios práticos. Escripuração mercantil, compreendendo as noções theoricas essenciaes e a pratica nas partidas simples e dobradas, inclusive contas correntes (3 lições pro semana)/ Pedagogia theorica, compreendendo história da pedagogia e organização escolar (2 lições por semana)/ história sagrada (1 lição por semana)/ Instrucção moral, religiosa e cívica. Elementos de direito constitucional e economia política (1 lição por semana)/ francez (5 lições por semana).

3º ano: Noções praticas de geometria, desenho linear e de imitação/ noções de geographia e cosmographia, geographia do Brazil (3 lições por semana)/ Historia do Brazil (2 lições por semana)/ Pedagogia, compreendendo a methodologia, educação moral, physica e intellectual e legislação de ensino/ noções de sciencias naturaes, physica e chimica agrícola (MINAS GERAIS, 1883).

Além das competências citadas, os alunos das escolas normais também deveriam ter aulas de música nos três anos de curso (sendo aula de violino para os homens e de piano para as mulheres). No que diz respeito exclusivamente às normalistas, também seriam ministradas aulas sobre trabalhos de agulha e bordados (o ensino dessa disciplina seria dado na escola prática do sexo feminino). Todos esses conhecimentos deveriam ser distribuídos em oito disciplinas a serem ministradas ao longo dos três anos de curso.

É possível perceber, pois, a ampliação do currículo das escolas normais mineiras a partir do regulamento nº 100. Além da complexificação dos conhecimentos específicos, morais e pedagógicos, nota-se também a inserção de competências originalmente destinadas a outras áreas, como elementos de direito constitucional e economia política, por exemplo<sup>60</sup>. A mudança na grade sinaliza a preocupação com uma formação mais ampla e completa dos docentes primários mineiros nesse contexto.

Em fala à Assembleia Legislativa Provincial na sessão do dia 2 de agosto de 1883, o Presidente Sr. Dr. Antonio Gonçalves Chaves discorre sobre os benefícios da mudança curricular dos cursos normais mineiros:

O programma de estudos, ampliado nos termos do Regulamento nº 100, abrange noções das sciencias positivas e de quasi todos os conhecimentos úteis, proporcionando uma instrucção geral e comprehensiva, tão necessária aos futuros mestres, que assim habilitão-se e a seos discipulos no conhecimento da natureza (MINAS GERAIS, 1883).

Com o novo currículo percebe-se, também, pela primeira vez, a inserção de uma disciplina destinada exclusivamente para as estudantes do sexo feminino. Ou seja, a mudança no corpo discente da instituição, sua inversão de gênero na década de 1870, já começava a interferir e modificar o currículo da Escola Normal, com a inclusão de práticas exclusivamente femininas no período (como trabalhos de agulha e bordados), a fim de contemplarem o novo público majoritário da instituição.

Ainda sobre o regulamento nº 100, no seu art. 168, ficava determinado que os cursos normais receberiam alunos de ambos os sexos e em horários simultâneos, com a devida divisão no interior das salas (exceto nas disciplinas que eram destinadas a cada sexo especificamente). É interessante notar a modificação deste requisito em relação ao

---

<sup>60</sup> Porém, estas competências (economia política e elementos de direito constitucional) só estiveram em vigor por um tempo e foram suprimidas do currículo das escolas normais da província no ano de 1886.



regulamento nº 62 de 1872. No anterior, ficava firmado que os institutos de formação receberiam alunos de ambos os sexos, mas somente em horários alternados. No novo regulamento, porém, a frequência de moças e rapazes aconteceria no mesmo momento, sendo feita a divisão apenas dentro da sala de aula. Desse modo, percebe-se que as noções de coeducação entre os dois sexos começavam a ser difundidas com mais afinco naquele período, refletindo na legislação.

Nas escolas normais da província deveriam existir, de acordo com o art. 169, uma biblioteca e um museu pedagógico. Já no art. 174 ficava estabelecido que a administração das escolas normais seria feita por um diretor próprio, nomeado nos termos do art. 29<sup>61</sup>, e pela Congregação dos Professores, do que trata o art. 34<sup>62</sup>. Os diretores dos centros de formação docente estariam sob a direta supervisão do inspetor geral da província.

Da mesma forma que na década de 1870, também na de 1880 a matrícula nas escolas normais mineiras deveria ser gratuita a todos os candidatos. Para o ingresso na instituição normal, os alunos teriam que possuir, de acordo com o art. 175 do regulamento: idade igual ou superior a 12 anos para alunos do sexo feminino e 14 ou mais para os do sexo masculino; ser de bons costumes; não sofrer de moléstias e ter sido vacinado nos últimos cinco anos; saber corretamente as matérias do 1º grau. Para a comprovação dos requisitos acima, os candidatos teriam que enviar: certidão de idade; atestados de párocos; juiz de paz e subdelegado; atestado médico; certificado de habilitação nas escolas elementares ou, na falta, exame escrito e oral perante professores e o diretor da Escola Normal em que deseja ingressar.

Para entrada nos segundos e terceiros anos dos cursos, os estudantes deveriam, conforme o art. 176, apresentar os atestados de aprovação nas matérias já realizadas no ano anterior. As férias dos referidos cursos contemplariam, segundo o art. 181, os meses de julho a setembro e, também, o recesso de natal.

De acordo com o novo regulamento, os exames finais das disciplinas começariam no dia 15 de julho em diante. Os que conseguissem concluir os três anos de curso com aprovação em todas as disciplinas receberiam, conforme o art. 180, um diploma conferido pela presidência da província, porém “Este diploma só poderá ser expedido ao aluno que tiver completado dezoito anos de idade, e lhe dará direito às vantagens e imunidades deste regulamento” (MINAS GERAIS, 1883).

---

<sup>61</sup> Conforme o art. 29, os diretores das escolas normais deveriam ser nomeados pelo próprio presidente da província, dentre os docentes que lecionavam na instituição.

<sup>62</sup> O art. 34 determinava a criação de uma congregação de professores em cada escola normal, externato ou liceu da província.

O regulamento de 19 de junho de 1883 faz ainda concessões aos alunos habilitados pelas escolas normais. Segundo o art. 97, com o diploma do curso normal, o professor seria dispensado da realização de exame para a capacitação profissional. Ademais, os que possuísem o referido diploma teriam preferência na nomeação ao magistério, independentemente de concurso, se na ocasião não houvesse outros normalistas concorrendo à mesma vaga. Como se nota, a partir da medida institucionalizada pelo art. 97, haveria um estímulo maior para inserção de jovens nas escolas normais da província. As vantagens concedidas aos professores normalistas poderiam, portanto, fomentar as matrículas nos institutos.

Pela leitura do capítulo 8 do regulamento nº 100 é possível perceber que grande parte das demandas reclamadas nos anos anteriores foi contemplada pela nova legislação. Legalmente, as mudanças estavam estipuladas. No que tange à Escola Normal de Ouro Preto, as modificações começaram a ocorrer ainda no ano de 1883. O curso foi ampliado para o período de três anos, modificaram-se o currículo e os termos para a inserção e habilitação dos estudantes, bem como foi criada uma congregação de professores da instituição.

De acordo com os termos do art. 34 do regulamento nº 100, todas as escolas normais da província, bem como os externatos e o Liceu mineiro, deveriam possuir uma congregação de professores, composta pelos docentes em exercício nas respectivas instituições. À congregação caberia uma série de funções, dentre as quais é possível destacar: escolher os livros e compêndios que comporiam o respectivo curso; informar e representar ao Conselho Diretor<sup>63</sup> toda e qualquer demanda ou modificação necessárias nos cursos normais; conferir prêmios ou menções honrosas aos alunos que se destacassem; tomar conhecimento das faltas dos alunos e aplicar-lhes as punições; organizar os programas de ensino e avaliações dos estudantes; velar pelo bom funcionamento da instituição, não só no que se refere ao ensino, mas também às suas condições materiais, dentre outras atribuições.

À vista dessas determinações, ainda no ano de 1883, compõe-se a Congregação de Professores da Escola Normal de Ouro Preto. É a partir dela que uma série de medidas passaria a ser tomada na instituição. A congregação se destacará, ainda, na busca pela construção de um prédio próprio para a Escola Normal da então capital miniera na década de 1880.

---

<sup>63</sup> O Conselho Diretor deveria ser composto, conforme o art. 4 do regulamento nº 100, pelo inspetor geral, os diretores do Liceu, da Escola de Farmácia e da Escola Normal de Ouro Preto, e de cinco professores primários e secundários da capital. De acordo com o art. 10 do mesmo regulamento, a missão do Conselho Diretor deveria ser literária, administrativa e disciplinar.

## 4.2 A Congregação de Professores da Escola Normal de Ouro Preto e a discussão sobre o espaço físico da instituição

### 4.2.1. A Congregação de Professores da Escola Normal

A primeira reunião da Congregação de Professores da Escola Normal de Ouro Preto aconteceu ainda em 1883, no dia 24 de novembro. No Fundo Instrução Pública do Arquivo Público Mineiro foi possível localizar uma série de atas da congregação de vários anos. Pela análise das atas, percebe-se que nas reuniões eram discutidos diversos assuntos referentes ao funcionamento e a estrutura da Escola Normal, seus alunos, professores e os conteúdos por eles ministrados.

No registro da primeira reunião da congregação, consta que o diretor nomeado a partir da nova legislação, Randolpho José Ferreira Bretas<sup>64</sup>, em uma das salas do edifício onde funcionava a instituição, deu as boas vindas aos seus colegas de trabalho. Na ocasião, ele pontuou que uma nova era se abriria a partir daquela data para o curso normal da cidade, e também com o advento da promulgação do regulamento nº 100 (AMP, IP – 138, 1883).

Do mesmo modo, em edição do dia 11 de dezembro de 1883 do periódico *Liberal Mineiro*<sup>65</sup>, consta um comunicado dos professores do Liceu Mineiro e da Escola Normal da capital - após a primeira sessão da congregação - de agradecimento ao presidente da província, Sr. Dr. Antonio Gonçalves Chaves, pela promulgação do regulamento nº 100. Os docentes assim completam o agradecimento:

Traçado com vistas largas e plena intuição das múltiplas necessidades do ensino público, o Regulamento nº 100 consigna em suas sábias disposições quanto ha, compatível com os recursos da província reconhecidamente mais profícuo e adiantado para satisfazer-as. E, por certo, bem compreendido e executado, virá levantar grandemente a instrução popular, contribuindo efficazmente para a solução desse magno problema, que preoccupa hoje todos os povos cultos (LIBERAL MINEIRO, 1883).

Ainda sobre o regulamento, na ata da quarta sessão da congregação, ocorrida no dia 11 de março de 1884, registrou-se um comunicado do diretor aos outros professores da Escola, no sentido de que, a pedido do inspetor geral da instrução pública, a partir daquele ano, a

---

<sup>64</sup> Ainda neste capítulo será abordada, com mais detalhes, a trajetória do professor Randolpho José Ferreira Bretas.

<sup>65</sup> O periódico *Liberal Mineiro* era editado em Ouro Preto e pertencia a Carlos Gabriel Andrade. Sua publicação acontecia três vezes por semana.

instituição incluísse em sua grade curricular as disciplinas acrescidas pela norma. Como resposta à solicitação, entendeu-se por bem informar à inspetoria que a modificação já havia sido realizada no curso normal de Ouro Preto desde a promulgação do regulamento no ano anterior (AMP/ IP – 138, 1884).

Na mesma reunião, discutiu-se sobre a necessidade da criação de um horto botânico anexo à Escola. Randolpho Bretas informou à congregação sobre a solicitação do inspetor para a construção desse horto, que deveria ser feita com recursos públicos. Contudo, o diretor respondeu ao representante do governo que não havia condições nem espaço na Escola para tal fim, e por isso se disporia a “[...] entender-se com o proprietário para d’elle obter a cessão do jardim vizinho a casa da Escola” (APM/ IP – 138, 1884).

Essas e muitas outras questões eram discutidas nas reuniões da Congregação de Professores da Escola Normal de Ouro Preto. Pelos registros, é possível perceber que não havia uma regularidade nos encontros. Em alguns casos eles eram realizados uma vez ao mês, mas, em outros momentos, os intervalos eram maiores ou menores. Aparentemente, a congregação ajudava no bom funcionamento da Escola. Em ata da sessão do dia 15 de julho de 1887, o diretor agradece aos colegas o auxílio por eles prestado “[...] O senhor diretor diz que aproveita o ensejo para agradecer aos Srs. Professores da Escola o auxílio que lhes prestarão concorrendo para a bôa marcha do estabelecimento” (APM, IP – 138, 1887).

Nos encontros tratava-se sobre os mais variados assuntos. Eram apresentados e debatidos os programas de curso dos professores, resultados dos exames, entre outros temas. Mas, discutia-se, sobretudo, questões referentes à estrutura do instituto normal. Pelos registros, percebe-se que esta era relatada quase sempre como deficitária, não comportando convenientemente os alunos, professores e outros espaços importantes, como o horto botânico citado acima, por exemplo. A busca e a reclamação por um prédio próprio para a Escola são recorrentes nas atas.

Já na segunda sessão da congregação, do dia 29 de novembro de 1883, o diretor coloca em discussão a urgência em se construir um edifício para a instituição, que, àquela época, funcionava em espaço alugado. Na reunião, Randolpho Bretas convocou uma comissão de professores para obter do governo os recursos destinados a tal fim. O próprio diretor incumbiu-se de tentar conseguir o terreno necessário para a obra na Câmara Municipal da cidade. Mas esse foi apenas o começo. Por muitos anos, lutou-se para a construção deste prédio.

#### 4.2.2. A busca pela construção de um prédio próprio para a Escola Normal

No início da década de 1880, a Escola Normal de Ouro Preto dividia seu espaço com o Liceu mineiro, a Inspetoria Geral da Instrução Pública e o curso de Farmácia. Em edição do dia 23 de maio de 1882, o jornal *Liberal Mineiro* relata a visita do presidente da província naquele período, o Sr. Dr. Theophilo Ottoni, ao prédio onde funcionavam essas quatro importantes instituições educacionais da cidade. Após a visita, o presidente concluiu que o local era pequeno para comportar todas elas:

Accumuladas nos acanhados compartimentos de um só edifício, as aulas não podem funcionar regularmente, e o Sr. Ex., depois de reconhecer pessoalmente o grave inconveniente que dahi resulta, expedio ordens para se construir um predio em condições apropriadas (LIBERAL MINEIRO, 1882).

Devido à má acomodação em que se encontravam as quatro instituições apontadas, o presidente resolveu procurar outros espaços para melhor comportá-las. O jornal *Liberal Mineiro* noticia, então, em edição do dia 27 de dezembro, sobre a nova sede que se pretendia para a Escola Normal.

Segundo a nota, o instituto normal teria funcionado por uns meses em um *Chalet*, posteriormente cedido para o estabelecimento da Escola de Farmácia. Em discurso à Assembleia Provincial na sessão do dia 1.º de agosto de 1882, o Presidente Theophilo Ottoni destaca a necessidade da mudança, já que o curso de Farmácia funcionava em duas salas do Liceu que não o acomodavam suficientemente. No *Chalet*, porém, havia água e terreno abundantes para a criação de um horto botânico e para a realização de “trabalhos a fogo”, necessários para as aulas do curso em questão. Já sobre a nova localização da Escola Normal, o presidente afirma:

A desta capital, que funcionava no Chalet da Praia de Ouro Preto, vae ser removida, á requisição do Sr. Inspetor geral, para um prédio contínuo ao lyceu mineiro que tem que ser arrendado ao seu proprietário. Esta remoção era indispensável, para que no chalet pudesse accommodar-se o curso de pharmacia, que funccionada em duas salas acanhadas do Liceu (MINAS GERAIS, 1882).

Percebe-se, pois, que o governo priorizou o curso de Farmácia para a ocupação do *Chalet*, ficando a Escola Normal alocada no antigo espaço ocupado por aquele.

Contudo, conforme a notícia do *Liberal Mineiro* de 27 de dezembro de 1882, o prédio do Liceu também não acomodou convenientemente as aulas secundárias e normais, fazendo com que a presidência da província buscasse, novamente, outro local para sediar a instituição normalista. Na edição citada, é apresentado o contrato do arrendamento de um novo prédio para atividade da Escola Normal. O edifício arrendado pertencia ao Tenente Coronel Domingos Magalhães Gomes e localizava-se na Freguesia de Antônio Dias, na Rua Dr. Claudio, número 19<sup>66</sup>.

#### FIGURA 2:

Edifício em que se localizava a Escola Normal de Ouro Preto na década de 1880<sup>67</sup>



Fonte: Acervo iconográfico da Biblioteca Nacional. Descrição: Escola Normal e Rua do Ouvidor. Disponível em: [http://brasilianafotografica.bn.br/brasilliana/browse?value=Ouro+Preto+\(MG\)&type=coverage](http://brasilianafotografica.bn.br/brasilliana/browse?value=Ouro+Preto+(MG)&type=coverage), acesso 26 de fevereiro de 2016.

Pelas notícias dos jornais da época, é possível perceber que a nova localização da Escola Normal<sup>68</sup> – antes situada na Freguesia de Ouro Preto e agora deslocada para a de

<sup>66</sup> A Rua em questão ainda existe na cidade de Ouro Preto. Atualmente, ela chama-se Rua Carlos Manoel, popularmente conhecida como *Rua do Ouvidor*.

<sup>67</sup> Pelos indícios coletados nesta investigação pode-se inferir que foi este o prédio arrendado do Tenente Coronel Domingos Magalhães Gomes na Freguesia de Antônio Dias para o funcionamento da Escola Normal de Ouro Preto a partir do ano de 1883.

<sup>68</sup> Pelo que as fontes orais e escritas indicam, é possível inferir que o prédio em que funcionou a Escola Normal neste período ainda existe na cidade de Ouro Preto. Nele também funcionou, outrora, o Colégio Assunção e a

Antônio Dias – causou discussões na cidade e oposição de uma parcela da população, principalmente dos habitantes da Freguesia onde estava instalada a instituição anteriormente.

FIGURA 3:  
Vista parcial da Freguesia de Antônio Dias



Fonte: Acervo iconográfico da Biblioteca Nacional. Descrição: Freguesia de Antônio Dias no início do século XX. Disponível em: [http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/browse?order=ASC&rpp=20&sort\\_by=-1&value=Ouro+Preto+%28MG%29&etal=-1&offset=20&type=coverage](http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/browse?order=ASC&rpp=20&sort_by=-1&value=Ouro+Preto+%28MG%29&etal=-1&offset=20&type=coverage), acesso 26 de fevereiro de 2016.

Em edição do dia 30 de novembro de 1882 do periódico *A Província de Minas* há um texto intitulado “A escola normal de Ouro Preto e suas annexas” e nele são tecidas duras críticas à mudança da instituição para a Freguesia de Antônio Dias. Conforme a notícia, a modificação seria injusta e traria vários inconvenientes para a população da Freguesia de Ouro Preto. Seguem alguns dos pontos apresentados:

O facto dessa transferênciã [...] prejudica cruelmente a todos os ouro-pretanos, que tem filhas a educar. [...] Além disso, não se podia escolher lugar menos propício para um estabelecimento escolar, no foco da maior actividade commercial, que há em Ouro Preto [...] de modo que será mister,

---

Escola de Farmácia. Atualmente, o edifício situa-se em frente a popular “Feira de Pedra Sabão” da cidade, e próximo a Igreja histórica de São Francisco de Assis.

que tanto professores como alunos tenham pulmões de aço para poderem se ouvir reciprocamente (A PROVÍNCIA DE MINAS, 1882).

Em resposta a esta publicação, o jornal *O Liberal*, em edição do dia 5 de dezembro de 1882, apresenta na chamada “Sessão Livre” um texto refutando os argumentos da notícia anterior<sup>69</sup>. Conforme a nota, não havia mais como a Escola Normal se situar no mesmo prédio em que o Liceu e por isso a necessidade da mudança, sendo esta, antes de ajustada, discutida amplamente entre os professores da Escola. Na notícia pontua-se, ainda, que a nova localização não prejudicaria os habitantes da Freguesia de Ouro Preto, pois o edifício estava alocado de tal forma que atendia a todos. Sobre a acusação em relação ao possível barulho que haveria na nova sede, respondeu-se “Quem conhece a casa e vê a altura em que está collocada, compreende logo que não tem procedência tal allegação, e que os illustres professores e alunos não terão necessidade de reformar pulmões para se fazerem ouvir” (LIBERAL MINEIRO, 1882).

Ainda a esse respeito, o diretor das obras públicas da província também justificou a mudança, informando não haver outro prédio desocupado na cidade que pudesse comportar o instituto, senão o do Tenente Domingos Magalhães. O diretor explicou que:

A sua posição, quasi no centro da cidade, o torna apropriado para estabelecimentos que são frequentados, como a escola normal, por alunos residentes em ambas as freguezias. E desde que o proprietário obrigue-se a fazer nos compartimentos internos as alterações exigidas pelo novo destino do prédio, nenhuma razão havia para repellar a proposta, que fez, de aluguel-o á província (LIBERAL MINEIRO, 1882).

Conforme a notícia publicada no *Liberal Mineiro* em 27 de dezembro de 1882, o Tenente Domingos Magalhães teria arrendado o prédio para o funcionamento da Escola Normal de Ouro Preto pelo período de 3 a 5 anos. No contrato, consta que o proprietário deveria efetuar uma série de mudanças no edifício até o dia 31 de janeiro do ano seguinte, 1883, a fim de se efetuar a mudança e melhor comportar os alunos normalistas.

Desse modo, no ano de 1883, o instituto normal passou a funcionar no edifício citado acima. De acordo com publicação do jornal *Liberal Mineiro* do dia 22 de fevereiro de 1883,

---

<sup>69</sup> De acordo com a nota escrita no jornal *O Liberal* a notícia anterior teria sido de autoria dos Mocotós, nome dado para os habitantes da Freguesia de Ouro Preto. Segundo a publicação, o texto escrito pelos Mocotós seria resquício de uma briga antiga entre os moradores das duas freguesias: Ouro Preto e Antônio Dias. Os habitantes da Freguesia de Antônio Dias, por sua vez, eram chamados de Jacobas. O texto apresentado no *A Província de Minas* foi assinado somente como “Um por todos”. Em resposta provocativa, a publicação do *Liberal Mineiro* foi assinada pela frase “Um por todos os Jacobas e Mocotós”.



em expediente da Secretaria do Governo “Ordenou-se ao Inspector Geral da Instrução Pública, que faça a mudança da escola normal desta capital para o predio arrendado para semelhante fim, de propriedade do tenente coronel Domingos Magalhães Gomes” (LIBERAL MINEIRO, 1883).

Entretanto, apesar da mudança, e de não dividir mais espaço com outras instituições, o novo edifício ainda não comportava adequadamente o rol de normalistas. É possível fazer essa inferência tendo-se em vista que, no mesmo ano, o diretor Randolpho Bretas teceu reclamações sobre o seu espaço físico e começou uma mobilização em prol da construção de um ambiente mais apropriado para a Escola.

Como exposto anteriormente neste texto, já na segunda sessão da Congregação de Professores da Escola Normal de Ouro Preto, o diretor colocou em pauta a necessidade da construção de uma sede própria. Nesse encontro, Randolpho Bretas nomeou os docentes Affonso Brito e Carlos Copsy para formarem uma comissão com o propósito de buscarem, junto ao governo provincial, a aquisição da verba necessária à obra pretendida.

Já na reunião seguinte, que aconteceu no dia 29 de dezembro de 1883, os professores Copsy e Brito informaram sobre como andava o desenvolvimento da tarefa de que foram incumbidos. Conforme a ata da sessão da congregação, os docentes afirmaram que conversaram com o conselheiro Joaquim José de Sant’Ana sobre a necessidade de verbas para a construção do edifício, mas que não obtiveram resposta positiva “[...] infelizmente nenhum resultado obtiverão, sendo que o conselheiro entende dever dar ao dinheiro aplicação diversa [...]” (APM, IP – 138, 1883).

Logo, percebe-se que o conselheiro responsável pelas verbas destinadas à instrução pública não entendeu conveniente fornecer o dinheiro para a construção da sede da Escola, por considerar que esse recurso deveria ter outra aplicação. O que se observa nesse período é que são recorrentes as reclamação governamentais com os altos custos da instrução pública e com a falta de recursos financeiros da província para tal fim. Como escreve o próprio Conselho Diretor da Província de Minas Gerais, em 7 de agosto de 1885:

Considerando que no seu estado financeiro actual não pode a Província prover a todas as necessidades do ensino público, principalmente no que diz respeito a construcção de casas escolares, melhoramento das actuais, aquisição de mobília, material technico e livros para a distribuição gratuita para alumnos pobres [...] (APM, IP3/5 – Cx 01, doc. 11, 1885).

Apesar disso, as solicitações por um espaço mais apropriado para o instituto normal de Ouro Preto continuaram. No ano de 1885, Randolpho José Ferreira Bretas ainda reclamava sobre a má acomodação da instituição. Em carta endereçada ao inspetor geral, datada de 24 de abril daquele ano, o diretor escrevia que, como já havia apontado em seu relatório do ano anterior, os alunos normalistas não estavam bem alocados e o prédio não oferecia as condições necessárias para o bom andamento do curso. Bretas solicita, assim, providências do governo em relação ao problema que já vinha se perpetuando por anos. Ao descrever as deficiências do edifício em que se localizava a instituição, o diretor explana:

A Escola Normal d'esta capital não se acha bem acomodada, sendo que, além de não ter as condições hygienicas requeridas, é insufficiente o prédio de antes a parte do predio em que funcionou. Assim, é por demais acanhada a sala em que está a escola prática do sexo masculino, não há onde possa funcionar a aula de música sem perturbar as outras, nem onde fiquem os professores enquanto esperão a hora da lição, não há cômodo para a secretaria, nem para estabelecer-se o museu pedagógico, de que falta (APM, IP1/3 – Cx 20, doc. 11, 1885).

Pela carta, é possível perceber as precárias condições espaciais em que se encontrava a Escola Normal de Ouro Preto em meados da década de 1880. Nota-se, igualmente, a iniciativa e insistência do diretor Randolpho Bretas em cobrar providências do governo para sanar as mazelas do instituto. Porém, ao que parece, a administração provincial não atendeu de imediato a mais essa solicitação.

Meses depois, o próprio Randolpho Bretas apresentou, novamente, uma proposta de solução para o problema. Em carta enviada ao inspetor geral, no dia 11 de dezembro de 1885, o diretor da Escola Normal informou que o proprietário do prédio, o Tenente Domingos de Magalhães Gomes, havia se disposto a alugar a outra parte contígua a ele, a fim de fornecer mais espaço para o instituto. Na carta, também constava anexada a planta da outra parte do edifício que, ao ser alugado pela província, permitiria ficar a escola, segundo o diretor “[...] bem acomodada e sanados os principais males de que ela se ressentir” (APM, IP1/3 – Cx 20, doc. 23, 1885).

Além da planta, constava também um escrito do proprietário, o Tenente Domingos de Magalhães, do dia 4 de dezembro de 1885, afirmando estar ele de acordo em alugar a outra parte do prédio onde morava pelo valor de cem mil réis. O tenente informa que havia demorado a responder a solicitação, pois estava procurando outro local para mudar-se com a família, e, tendo-o encontrado, estava disposto a alugar a segunda parte do edifício para

melhor comportar as aulas normais. O local seria entregue já com as modificações e reformas necessárias, mas somente pelo valor por ele proposto:

Este aluguel poderá parecer a algum um pouco elevado, mas V.S. sabe das grandes despesas que fui obrigado a fazer para colocar a casa nas condições de servir para a escola [...] Ve, portanto, V.S., que o aluguel que percebo é muito razoável [...] compreendo V.S se aceita o contrato em qualquer das condições apontadas, é porque tenho a vantagem de alugar o pavimento superior do prédio a uma só pessoa, vantagem esta de que também participa a Escola [...] (APM, IP1/3 – Cx 20, doc. 23, 1885).

Não foram encontrados, nesta investigação, documentos que comprovassem se a proposta do tenente e do diretor foi aceita ou não pelos representantes governamentais. O que se sabe, porém, é que as reclamações quanto ao espaço da instituição, e o apelo por um lugar melhor para ela, continuaram nos anos subsequentes.

Em ata da Congregação de Professores da Escola Normal de Ouro Preto de 15 de julho do ano de 1887, o diretor fez saber aos colegas que, diante da insuficiência da verba para a construção de um edifício apropriado, solicitou, junto ao governo provincial, ao menos meios de adaptá-la com prédio próprio. Conforme o registro, o governo teria respondido, em ofício, que aguardava a reunião da Assembleia Legislativa para que fosse discutida a sua proposta.

Finalmente, naquele mesmo ano foi votada na Assembleia Legislativa Provincial a verba destinada à obtenção de uma sede própria para a Escola Normal da capital. Em sua edição do dia 7 de março de 1888, o jornal *A União*<sup>70</sup> publicou o extrato do expediente da secretaria do governo do dia 14 de dezembro de 1887, que em sua segunda sessão discorria sobre o assunto “A respeito do pedido feito pela inspetoria geral no sentido de ser recolhida á caixa de depósito a quantia de cinco contos de réis votada pela assembleia provincial para a aquisição de um edifício destinado para a escola normal da capital” (A UNIÃO, 1888).

Já em edição do dia 8 de junho de 1889 do mesmo periódico, apresentou-se o extrato do expediente da secretaria do governo do mês de abril de 1889, em que se autorizava à Diretoria Geral da Instrução “A fazer a aquisição de todo material necessário para o edificio da escola normal da capital, que se acha em construcção” (A UNIÃO, 1889).

De fato, o então vice-presidente da província no período, Dr. Barão de Camargos, discorre à Assembleia Legislativa Provincial, na sessão do dia 4 de julho de 1889, na parte correspondente às obras públicas, sobre o novo edifício a ser construído para a Escola Normal

---

<sup>70</sup> O periódico *A União* era órgão do partido conservador, e pertencia a João Francisco de Paula Castro. Sua edição era feita na Tipografia Rua das Mercês, nº 1, Ouro Preto.

da cidade de Ouro Preto. Em seu pronunciamento, o Barão de Camargos explica que o instituto ainda funcionava, àquela época, em prédio alugado e completamente inapropriado, com altos custos para o governo. Por essas razões, fazia-se imprescindível a obtenção de um novo lugar para abrigar as aulas:

Á vista, pois, dessa circunstancia, e attendendo o meu antecessor ás reclamações do Dr. Diretor da instrucção pública, determinou que fosse construído um edifício para a escola normal, encarregando o Dr. director das obras públicas da sua construcção, depois de confecção dos planos e orçamentos (MINAS GERAIS, 1889).

Ainda conforme o vice-presidente, o terreno para a construção da nova sede da Escola Normal havia sido disponibilizado gratuitamente pelo cidadão Joaquim Manoel Brandão, oficial maior da Secretaria da Assembleia Provincial de Minas Gerais. Há notícia, também, no sentido de que a construção do edifício teria se iniciado no dia 22 de abril do ano de 1889 e que as obras estavam sendo efetuadas com rapidez<sup>71</sup>.

Pelas fontes apresentadas é possível perceber que, somente muitos anos após as primeiras reclamações e apelos da direção da Escola Normal, é que a construção de um prédio próprio foi, enfim, aprovada pela Assembleia Legislativa Provincial. Pelos registros, observa-se também que a instituição, durante quase toda a década de 1880, funcionou em ambientes improvisados, alugados ou divididos. Os espaços destinados à Escola, na maioria das vezes, não comportavam adequadamente suas salas, professores e alunos.

Apesar das constantes e incessantes reclamações do diretor e docentes do instituto ao longo dos anos, poucas atitudes foram tomadas pelo governo mineiro a esse respeito. E mesmo as raras medidas adotadas possuíam, quase sempre, caráter paliativo. Pelas fontes, é possível inferir que a construção de um prédio adequado para a escola de formação de professores da capital não era prioridade governamental, já que a discussão sobre o assunto perdurou por anos, sem aparente solução. Em um contexto onde o governo reclamava sistematicamente dos altos custos com a instrução pública e da falta de recursos financeiros, é plausível deduzir que outras medidas nessa área fossem consideradas mais importantes do que a construção de um edifício para a Escola.

---

<sup>71</sup> As obras para a construção da Escola Normal de Ouro Preto continuaram no ano de 1890, já no contexto republicano. O jornal *O Estado de Minas Geraes* publica, nesse ano, uma série de notícias sobre a compra de diversos materiais para o andamento das obras do prédio, como: tijolos, ferragens, madeira e cimento. Nas publicações também constam outras despesas não especificadas e o pagamento dos homens empregados na construção (O ESTADO DE MINAS, 1890).

Em contrapartida, observa-se o empenho da direção da Escola Normal de Ouro Preto em prol da aquisição de uma sede adequada para ela ao longo dos anos, mesmo que muitas vezes sem obter sucesso. Destaca-se, sobretudo, o esforço do professor e diretor Randolpho José Ferreira Bretas nesse intento. O próximo tópico tratará com mais detalhes sobre a trajetória deste e de outros docentes da instituição durante a década de 1880, bem como sobre seu corpo discente.

### **4.3 Os sujeitos da Escola Normal**

#### **4.3.1 Os docentes**

O corpo docente da Escola Normal de Ouro Preto destaca-se no cenário educacional mineiro na segunda metade do século XIX. Os lentes da instituição são referenciados nos documentos como intelectuais renomados nesse contexto, assumindo uma série de funções na sociedade ouro-pretana para além da prática docente. Muitos desses mestres atuavam também como advogados, jornalistas e políticos. Alguns destacavam-se, ainda, por atuarem na campanha pela abolição da escravidão nos anos finais do Império. Sobre os professores do instituto normal da capital no período, Martins (2010) aponta:

Gradualmente, os lentes se tornaram muito respeitados na capital. Em um quadro composto por poucas perspectivas profissionais, formavam um grupo seleto de profissionais que se sustentava somente através do talento e conhecimento. Em geral, os mestres são descritos como severos, rigorosos nos exames, confiantes de seu saber, eloquentes, éticos e extremamente coerentes com seus ideais (MARTINS, 2010, p. 65).

Um dos principais nomes do corpo docente da Escola Normal de Ouro Preto na década de 1880 - como já apontado neste trabalho – é o de Randolpho Bretas. Por vários anos, ele foi diretor da instituição, lutando continuamente pela sua melhoria. As fontes indicam que, além da tentativa de conseguir um novo prédio para alocar os alunos, o docente preocupava-se, também, com muitas outras questões referentes ao instituto, sempre solicitando melhorias do governo. Como exemplo, em carta enviada ao inspetor geral no dia 8 de maio de 1885, o diretor solicita o conserto do piano da Escola Normal, que não podia mais ser usado no estado em que se encontrava:

Necessitando alguns melhoramentos o piano d'esta Escola Normal, como sejam substituir uma ou outra corda, encamurçar uma ou outra peça, [...] venho pedir a V. S. se designe solicitar do governo, com a possível brevidade, autorização para eu mandar faril-as, despendendo até cinquenta mil réis máximo em que fora orçadas por pessoa séria e entendida (APM, IP1/3 – Cx 20 , doc. 12, 1885).

De acordo com o livro de matrícula dos professores da Escola Normal de Ouro Preto, localizado no Fundo Instrução Pública do APM, Randolpho José Ferreira Bretas<sup>72</sup> entrou em exercício como lente da instituição em 9 de novembro de 1874 e, em 4 de agosto de 1880, foi declarada vitalícia a sua cadeira. A partir do regulamento nº 100 e por Ato de 13 de novembro de 1883, foi nomeado o diretor do instituto. Conforme relatório do Presidente Dr. Antônio Gonçalves Chaves à Assembleia Provincial no ano de 1884 “Dirige esta escola o inteligente e zeloso professor Randolpho José Ferreira Bretas” (MINAS GERAIS, 1884).

Mas, é possível constatar que mesmo trabalhando como docente e diretor do curso normal, Randolpho Bretas continuava exercendo outras atividades e lecionando em vários locais. Em notícia do periódico *Diário de Minas* de 13 de abril de 1875, consta o anúncio de que o docente ministrava aulas de latim em sua própria casa. Já no ano de 1886, em nota do jornal *Liberal Mineiro* de 4 de fevereiro, informa-se sobre a participação de Bretas como segundo secretário da Sociedade Filarmônica ouro-pretana. Pelos anúncios dos jornais da época<sup>73</sup>, é possível perceber ainda que o professor, no ano de 1888, era um dos diretores do Colégio Mineiro, instituição educacional privada da cidade de Ouro Preto.

Não obstante, no ano de 1889 o docente voltou a ser nomeado diretor da Escola Normal da então capital mineira. Segundo documentação localizada no APM, em 11 de julho de 1889, Bretas foi eleito para a função, em voto secreto, com seis votos. De acordo com o registro, ao fim da votação “[...] o senhor Randolpho Bretas agradece a prova de consideração que lhes dispensaram seus collegas, elegendo-o para o cargo de Director” (APM, IP3/3 – Cx 15, doc. 28, 1889).

Com o advento republicano, porém, Randolpho Bretas ingressou mais sistematicamente no cenário político mineiro. Conforme notícia do dia 2 de junho de 1894 do jornal *Minas Geraes*, o professor havia sido eleito, no dia 27 de maio daquele ano, presidente da câmara de vereadores de Ouro Preto e agente executivo. Em nota do mesmo periódico, de

<sup>72</sup> Em alguns documentos o nome do professor aparece como “Randolfo”. Em outras fontes, porém, o nome vem escrito como “Randolpho”. Optou-se neste trabalho em utilizar a segunda grafia, tendo-se em vista ser ela a apresentada na maior parte dos registros localizados.

<sup>73</sup> Nos jornais *A Província de Minas* e *O Baependyano* aparecem anúncios sobre o Colégio Mineiro no ano de 1888.

15 de novembro de 1896, tece-se uma série de elogios sobre a sua atuação como vereador da cidade e também a todos os seus serviços prestados ao longo dos 16 anos em que trabalhava no setor público mineiro. Segue um trecho da notícia “Com efeito, eleito vereador municipal, o commendador Bretas foi sempre correcto, procedendo com todo o critério, boa orientação de espírito e patriotismo nas questões de interesse municipal affectadas á sua sabedoria e estudo” (MINAS GERAES, 1896).

Ao que tudo indica, a satisfação com o trabalho de Bretas enquanto político era considerável, pois em eleição do ano de 1897 seu nome foi novamente escolhido como presidente da câmara e como agente executivo da cidade. Em edição do dia 9 de janeiro de 1898 do jornal *Minas Geraes*, é veiculado um manifesto de apresso feito por personalidades da capital, senadores e vereadores ao professor por ocasião de sua reeleição<sup>74</sup>.

Outro renomado docente da Escola Normal de Ouro Preto que também atuava no cenário político mineiro era o bacharel Camillo Augusto Maria de Britto. De acordo com o livro de matrícula dos professores da Escola Normal, Britto começou a lecionar no instituto de formação docente no dia 15 de fevereiro de 1873. Além de professor e político, era também advogado e jornalista, constituindo personalidade importante e reconhecida no cenário intelectual ouro-pretano da segunda metade do século XIX.

Camillo de Britto era formado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de São Paulo e exercia a profissão de advogado paralelamente às suas outras atividades<sup>75</sup>. No início dos anos 1880, trabalhava também como secretário do governo provincial de Minas Gerais<sup>76</sup>. Durante os anos de 1885 e 1886 foi um dos redatores do jornal ouro-pretano *Liberal Mineiro* (órgão do partido liberal do qual ele era membro). Em 1886 fazia parte do Clube Literário Bernardo Guimarães<sup>77</sup> e da Sociedade dos Artistas de Ouro Preto<sup>78</sup>. Além de ser professor da Escola

---

<sup>74</sup> Não foi encontrada nesta investigação a data exata da morte do professor Randolpho Bretas. Porém, em notícia do dia 17 de outubro de 1902 do jornal *A cidade* consta a informação de que, àquela data, o docente já havia falecido.

<sup>75</sup> Em edição do dia 21 de outubro de 1866 do jornal *Diário de Minas* consta um anúncio do advogado Camillo de Britto oferecendo seus serviços. Em notícia do dia 5 de junho de 1875 do mesmo periódico consta um dos casos em que Britto atuou como defensor em que este é apresentado como “sympatico e illustrado advogado”. Do mesmo modo, em notícia do jornal *O constitucional*, do dia 29 de abril de 1878 também consta um anúncio de que o advogado atendia, àquela época, em escritório localizado na Rua das Mercês, nº 24.

<sup>76</sup> A assinatura de Camillo de Britto como secretário do governo é apresentada em uma série de documentos e notícias de jornais da época.

<sup>77</sup> Segundo informação publicada no *Liberal Mineiro* em 23 de setembro de 1886, Camillo de Britto era um dos sócios fundadores do Clube Literário Bernardo Guimarães.

<sup>78</sup> Informação presente na edição do dia 8 de abril de 1886 do jornal *A Província de Minas*.

Normal da então capital, Camillo de Britto lecionava em outras instituições educacionais, como o Liceu mineiro e o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto<sup>79</sup>.

Com o advento dos anos 1890 e da nova configuração política do país, decorrente da proclamação da República, o lente se tornou senador pelo Estado. Segundo uma lista publicada pelo *Jornal de Minas* do dia 30 de março de 1891, o nome de Britto aparece como um dos 24 senadores do congresso de Minas Gerais. No ano de 1899 o professor da Escola Normal - que a essa época já morava na nova capital, Belo Horizonte - continuava a ser senador.

Essas são só algumas das atividades e profissões exercidas por Camillo de Britto ao longo dos anos. Pelo que as fontes indicam, o aludido professor atuou ainda em muitas outras áreas da sociedade mineira. O jornal *Liberal Mineiro*, em edição do dia 14 de agosto de 1886, se referindo ao docente, aclama algumas das muitas atividades por ele desenvolvidas ao longo de sua carreira: “Camillo Augusto Maria de Britto, bacharel em direito, ex-magistrado, ex-deputado, ex-secretário do governo, ex-presidente da província, escriptor laureado, advogado habilíssimo” (LIBERAL MINEIRO, 1886).

É possível destacar, por fim, a sua postura como abolicionista nos anos finais da escravidão no Brasil. De acordo com notícia publicada no periódico *Liberal Mineiro* no dia 28 de setembro de 1886, vários advogados da cidade de Ouro Preto, dentre eles Britto, informavam em uma declaração que “[...] não aceitam o patrocínio de quaesquer causas que, directa ou indirectamente, sejam contrárias a libertação d’ escravizados” (LIBERAL MINEIRO, 1886).

Outro integrante do corpo docente da Escola Normal de Ouro Preto que se destacava pela busca da abolição da escravidão é o intelectual Samuel Christiano Brandão. Filho de Pedro Maria Xavier da Silva Brandão, Samuel era professor, político (membro do Partido Liberal) e jornalista. Assim como Camillo de Britto, atuava também na causa da emancipação escrava, sendo um dos líderes da campanha abolicionista na então capital da província mineira.

Nesse sentido, Samuel Christiano Brandão e Affonso Brito, ambos lentes da Escola Normal de Ouro Preto, fundaram no ano de 1884 um jornal abolicionista intitulado *Vela do Jangadeiro*, sendo este considerado o primeiro periódico dessa natureza a ser fundado na província de Minas Gerais.

---

<sup>79</sup> Conforme notícia do jornal *Liberal Mineiro* de 8 de maio de 1886, Britto era professor da disciplina de Francês no Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto.



Em edição do dia 7 de abril de 1884, o periódico *Liberal Mineiro* noticia acerca da primeira edição do diário de Brandão: “Recebemos igualmente o primeiro número da *Vela do Jangadeiro*, periódico abolicionista que começou hontem a ser publicano n’esta capital sob a redacção dos Srs. Affonso Brito e Samuel Brandão” (LIBERAL MINEIRO, 1884). Tempos depois, o jornal *A Província de Minas* divulga que o mesmo folhetim estava completando um ano de publicação “[...] demonstrando assim firmeza de ânimo e dedicação de seus redactores na defesa da causa a que se consagrarão” (A PROVÍNCIA DE MINAS, 1885).

A postura de Brandão em defesa da emancipação dos escravos pode ser vista, ainda, por uma notícia publicada pelo *Liberal Mineiro* em 16 de outubro de 1885. Conforme a nota do jornal, os dois redatores da *Vela do Jangadeiro* haviam promovido a libertação de quatro pessoas, as quais, segundo o texto, estavam sendo mantidas em cativeiro injustamente por mais de 14 anos. Ainda segundo a notícia “Esses nossos amigos ilustrados redactores da *Vela do Jangadeiro*, mostrarão assim na pratica a abnegação e firmeza com que defendem as ideias e doutrinas do seo interessante jornal” (LIBERAL MINEIRO, 1885).

Pelas fontes, percebe-se que Samuel Brandão era preocupado e engajado com a questão escravocrata no contexto em que vivia, atuando de maneira prática e ativa em prol da abolição em Minas. No campo educacional, Brandão era também figura importante e respeitada. Da mesma maneira que seus colegas, o professor trabalhava em várias instituições educacionais da capital. Além de ocupar o cargo de docente da Escola Normal, inclusive exercendo a função de vice-diretor da instituição e de fazer parte do Conselho Diretor da Província, lecionava ainda no Liceu mineiro e no Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto.

Porém, a promissora carreira de Brandão foi interrompida precocemente, com a sua morte repentina em 6 de janeiro de 1888, quando contava com apenas 34 anos de idade. Vários periódicos da época noticiaram, com pesar, a morte do professor. No dia 10 de janeiro daquele ano, o jornal *Liberal Mineiro* fez um texto em homenagem ao falecido e informou que tanto o Liceu mineiro quanto a Escola Normal assumiram luto por três dias:

Na cadeira do magistério, quem era capaz de excedel-o na dedicação ao dever, na lucidez e brilhantismo com que expunha as mais abstractas questões da sciencia que professava! O lyceu, a escola normal, professores e alumnos, com rasão, cobrem-se do mais pesado luto (LIBERAL MINEIRO, 1888).

Já o jornal *A Província de Minas*, em edição do dia 10 de fevereiro de 1888, informa sobre a sessão fúnebre feita na Escola Normal em razão da morte do professor. Nela estavam

presentes o presidente da província, o diretor da Escola Normal, professores, alunos e outras personalidades. Em nome dos seus colegas, falou o docente Camillo de Britto. Também o diário *O Baependyano*<sup>80</sup>, publicado na cidade de Caxambu, noticiou o falecimento do docente que “era um moço inteligente e instruído”, desejando os pêsames à sua família.

Pelas notícias publicadas por ocasião da morte de Samuel Christiano Brandão é possível perceber a grande comoção que ela causou, principalmente por ter sido repentina e por ele ser ainda jovem. Nota-se também que esse docente era muito importante para o cenário político e educacional ouro-pretano da época.

Por fim, discorrer-se-á, brevemente, sobre a trajetória de uma das únicas mulheres a fazer parte do rol de mestres da Escola Normal de Ouro Preto na segunda metade do século XIX<sup>81</sup>. Amalia Ethelvina Bernhauss ingressou no instituto logo no início de sua da terceira fase, em 1872, fazendo parte da primeira leva de docentes nomeados para nele trabalhar a partir de sua nova configuração. Desde então, a professora passou a ser responsável pela regência da cadeira da escola prática do sexo feminino anexa ao curso normal, só deixando de exercer esta atividade 17 anos depois, em 27 de junho de 1889, por ocasião de sua aposentadoria.

Pelas fontes consultadas, é possível perceber que Amalia Ethelvina Bernhauss destacava-se pelo bom desempenho de suas funções na Escola Normal e no magistério mineiro como um todo, sendo seu trabalho na instrução pública da província um dos mais reconhecidos e elogiados pelas autoridades governamentais no contexto da segunda metade do século XIX.

De acordo com o livro de matrícula dos professores da Escola Normal de Ouro Preto, Amalia Bernhauss ingressou como docente da instituição no dia 19 de abril de 1872. Em 20 de setembro de 1873, foi elogiada pelo inspetor geral da instrução pública “[...] pelos bons serviços que tem prestado no desempenho de seus deveres” (APM, IP - 26, 1873). Em 22 de dezembro de 1874 foi louvada novamente, dessa vez pelo próprio presidente da província na época “[...] pelo zelo, dedicação e intelligencia que há revelado no exercício de seu emprego” (APM, IP - 26, 1873).

Ainda segundo informações do registro citado, em 21 de julho de 1876, a professora recebeu uma gratificação pecuniária do governo mineiro, pela sua distinção como docente nos mais de 15 anos de serviços prestados no magistério público da província de Minas.

---

<sup>80</sup> O jornal *O Baependyano* era editado na cidade de Caxambu e pertencia a Amaro Carlos Nogueira.

<sup>81</sup> É interessante observar que apesar do número de mulheres ter superado o de homens no corpo docente da Escola Normal de Ouro Preto neste período, os professores do sexo masculino ainda compunham a maioria do quadro docente da instituição, sendo raras as mulheres que lecionavam nela.

Do mesmo modo, já na década de 1880, mais especificamente em 26 de abril de 1883, a lente foi escolhida, juntamente com dois dos seus colegas da Escola Normal, Camillo de Britto e Randolpho Bretas, para representar o magistério público de Minas Gerais em um congresso sobre instrução na capital do Império. O jornal *Liberal Mineiro*, em sua edição do dia 2 de maio de 1883 informa sobre a escolha da docente para a participação no referido congresso:

Nos termos do aviso do ministério dos negócios do império, foi também nomeada a professora da aula pratica, annexa á escola normal desta capital D. Amalia Ethelvina Bernhauss, para representar o magistério público desta província na mesa do congresso de instrucção na corte (LIBERAL MINEIRO, 1883).

Das trajetórias brevemente apresentadas, é possível perceber que os quatro mestres caracterizados são importantes intelectuais mineiros do período. A respeito do trabalho exercido por três deles no Liceu mineiro, o jornal *Liberal Mineiro*, em edição do dia 14 de agosto de 1886 explana:

D'este estabelecimento, o primeiro da instrucção secundária da província, onde ha professorer como - Camillo Augusto Maria de Britto [...] Affonso de Britto, Samuel Brandão e Randolpho Bretas, cada um dos quaes pode ser apresentado á sociedade como o typo o mais perfeito de tudo quanto constitue o verdadeiro preceptor da mocidade [...]. (LIBERAL MINEIRO, 1886).

Pelos percursos traçados neste trabalho, constata-se ainda que os quatro professores em questão permanecem lecionando no instituto formador da capital por muitos anos, e que, além desse trabalho, atuavam em várias outras atividades na sociedade ouro-pretana.

Apesar de serem intelectuais reconhecidos na capital, os professores da Escola Normal não recebiam bons salários para nela lecionarem. De acordo com o próprio presidente mineiro em relatório à Assembleia no ano 1886, os professores dos cursos normais eram mal remunerados, sendo os seus ordenados menores até do que o dos mestres primários. A partir disso, entende-se a necessidade da atuação dos docentes em tantas profissões e em várias instituições como forma de complementação de suas rendas.

Nesse mesmo relatório, o presidente tece críticas aos mestres dos institutos normais mineiros, considerando-os não capacitados e habilitados suficientemente para a grande responsabilidade de formarem novos docentes. Contudo, ao censurar esses profissionais, o governante excetua os da Escola Normal de Ouro Preto “Com relação á que n’esta capital,

devo dizer que o corpo docente é habilitado e zeloso” (MINAS GERAIS, 1886). Assim, nota-se que, apesar dos muitos problemas enfrentados pela Escola Normal da capital no contexto da década de 1880, o seu corpo docente era tido como bom e se destacava em relação às outras instituições da mesma natureza na província.

#### 4.3.2 O corpo discente

De maneira geral, o corpo discente da Escola Normal de Ouro Preto na década de 1880, assim como o da década anterior, é bem visto socialmente, sendo os normalistas da instituição constantemente elogiados publicamente, através dos jornais do período, por exemplo<sup>82</sup>. Os estudantes são aclamados, também, pelos próprios professores da instituição.

A esse respeito, escrevendo sobre os alunos dos primeiros, segundos e terceiros anos da Escola Normal, o diretor Agostinho Marino N. Perrido, em carta endereçada ao inspetor de ensino Thomaz da Silva Brandão, datada de 6 de agosto de 1887, afirma: “É uma plêiade de normalistas distintos e inteligentes, assim dediquem-se todos ao magistério público que muito terá a lucrar com isso a causa da Instrução Pública n’esta Província” (APM, IP1/3 – Cx 20, doc. 28, 1887).

No que tange à quantidade de alunos inscritos na instituição nos anos 1880, o número de matrículas, embora não muito expressivo no início da década, foi aumentando com o tempo. Assim, muitos estudantes, sobretudo as mulheres, concluíram o curso e passaram a atuar na profissão. Contudo, a evasão escolar também foi significativa no período. Segundo informações de alguns dos relatórios dos presidentes da província na Assembleia Legislativa, nesse recorte, muitos dos estudantes que se matriculavam não eram assíduos nas aulas<sup>83</sup>.

Em consulta ao acervo do Arquivo Público Mineiro, foi possível localizar os livros de matrícula dos alunos dos primeiros e segundos anos da Escola entre os anos de 1880 a 1887. Como exposto anteriormente neste capítulo, com o regulamento nº 100 de 1883, os cursos normais passaram a ter duração de 3 anos. Assim, a partir do ano de 1884, também constam nos livros os registros de matrículas dos estudantes dos terceiros anos da instituição. Nas três tabelas a seguir, estão expostos o número de alunos matriculados em cada ano (no período de 1880 a 1887) e a divisão por sexo desses normalistas.

---

<sup>82</sup> No próximo tópico serão apresentadas algumas das notícias de jornais que tecem elogios aos alunos da Escola Normal de Ouro Preto na década de 1880.

<sup>83</sup> Dados coletados dos relatórios dos presidentes na Assembleia Legislativa Provincial nos anos de 1881, 1883, 1884, 1885, 1887 e 1888.

TABELA 3:

Alunos matriculados no 1º ano da Escola Normal de Ouro Preto na década de 1880

Ano:	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887
Homens:	7	9	10	7	5	3	13	18
Mulheres:	9	2	20	23	21	34	49	30
Total:	16	11	30	30	26	37	62	48

Fonte: Arquivo Público Mineiro, IP -123/ IP – 133.

TABELA 4:

Alunos matriculados no 2º ano da Escola Normal de Ouro Preto na década de 1880

Ano:	1880	1881 <sup>84</sup>	1882	1883	1884	1885	1886	1887
Homens:	0	-----	5	0	0	1	1	0
Mulheres:	10	-----	3	5	10	6	11	12
Total:	10	-----	8	5	10	7	12	12

Fonte: Arquivo Público Mineiro, IP -123/ IP – 133.

TABELA 5:

Alunos matriculados no 3º ano da Escola Normal de Ouro Preto na década de 1880

Ano:	1884	1885	1886	1887
Homens:	0	0	1	2
Mulheres:	4	7	6	7
Total:	4	7	7	9

Fonte: Arquivo Público Mineiro, IP – 133.

<sup>84</sup> Não foram localizados os registros dos alunos do 2º ano matriculados em 1881.

Pela leitura da tabela 3, é possível observar que o número de mulheres matriculadas na instituição ao longo do recorte foi sempre superior ao de homens, excetuando-se o ano de 1882, quando ingressaram 9 homens e apenas duas mulheres. Constata-se, também, que a quantidade de estudantes aumentou no decorrer da década. Se no ano de 1880 matricularam-se apenas 16 alunos, em 1886 esse contingente ampliou-se para 62.

Nos registros das inscrições nos segundos anos da instituição, ilustrados na tabela 4, verifica-se que a presença feminina continua sendo maior que a masculina nas turmas. Nas matrículas dos anos de 1880, 1883, 1884 e 1887, não consta nenhum aluno do sexo masculino ingressando no 2º ano da Escola. Pela tabela é possível notar, ainda, que o contingente de estudantes é menor, se comparado ao dos primeiros anos, sinalizando que, possivelmente, muitos dos que iniciavam o curso não davam continuidade a ele.

Já nos registros de matrícula dos alunos dos terceiros anos, apresentados na tabela 5, o número total de normalistas é ainda menor. Dos quatro anos analisados, constata-se que apenas 27 alunos iniciaram a última etapa do curso. E destes, somente 3 eram do sexo masculino. Por outro lado, percebe-se que a quantidade de estudantes ingressantes nos terceiros anos aumentou com o passar do tempo. Se em 1884 matricularam-se apenas 4, em 1887 o número passou para 9.

Apesar de não contemplar todo o universo de alunos da Escola Normal de Ouro Preto, as tabelas sinalizam algumas informações relevantes sobre eles. É possível observar que, seguindo a tendência iniciada na década anterior, a inversão de gênero na Escola permanece e amplia-se nos anos de 1880. Verifica-se que a quantidade de estudantes do sexo masculino que ingressou na instituição era menor que a de mulheres, e que a desistência dos homens no decorrer do curso era considerável. Pode-se concluir, pois, que cada vez mais, a profissão docente primária passava a ser vista como majoritariamente feminina e que a formação começava a ser mais voltada para esse sexo.

Outro ponto importante a ser abordado é no que diz respeito à evasão da Escola Normal, que já era presenciada, inclusive, na década anterior. Nota-se que muitas são as desistências nesse recorte e que o número de matrículas nos primeiros anos é maior que nos anos subsequentes. Esses dados podem sinalizar que o baixo interesse pela profissão - que não oferecia prestígio social nem salários atraentes - bem como dificuldades ou outras adversidades, faziam com que muitos ficassem pelo caminho.

De fato, pela análise do livro de registros de diplomas de normalistas apresentados na Secretaria da Inspeção da Instrução Pública, localizado no acervo do APM, verificou-se que

entre os anos de 1880 e 1884 foram apresentados somente 34 diplomas de alunos formados pela Escola Normal de Ouro Preto<sup>85</sup>. Destes, 8 foram apresentados em 1880, 12 em 1881, 7 em 1882, 6 em 1883 e apenas 1 em 1884 (APM, IP - 41). Pelos dados dos diplomas registrados neste período, é possível inferir ainda que, muitas vezes, mesmo os indivíduos que chegavam a concluir o curso não necessariamente se dedicavam a profissão docente após o término dele. A Escola Normal oferecia formação intelectual aos seus alunos, mas não necessariamente garantia a inserção deles no magistério primário público mineiro.

Ainda como exemplo da evasão presente na Escola Normal de Ouro Preto neste período, é possível citar o caso da turma que ingressou no ano de 1883. Nela, matricularam-se no primeiro ano 30 alunos, sendo 23 mulheres e 7 homens. Já no segundo ano, esse contingente caiu para 10 estudantes. A essa altura, nenhum dos 7 rapazes que haviam ingressado no ano anterior seguia com a turma para o segundo. Já no terceiro ano, iniciado em 1885, 7 são os alunos inscritos. Ou seja, de uma turma iniciada com 30 alunos, apenas 7 obtiveram o certificado de conclusão do curso normal após os três anos. No próximo tópico tratar-se-á com mais detalhes sobre a trajetória de alguns dos personagens dessa turma.

#### 4.3.3 A turma de 1883

Na impossibilidade de traçar a trajetória de todos os estudantes que passaram pela Escola Normal de Ouro Preto na década de 1880, optou-se, neste tópico, por apresentar, a título de exemplo, o percurso de alguns deles. Escolheu-se, pois, discorrer sobre o histórico de quatro estudantes do sexo feminino que ingressaram na turma de 1883, por suas peculiaridades, e também pelos exaltados resultados obtidos pela turma em questão.

Às 12 horas da manhã do dia 30 de julho de 1886 iniciou-se a cerimônia de entrega dos atestados para as alunas da turma de 1883 que concluíram o curso normal. Conforme a ata de entrega dos atestados, estavam presentes na solenidade o presidente da província na época, o Ex. Sr. Mathias Valladão, o Desembargador Francisco Faria de Lemos, o inspetor geral da instrução pública, os diretores da Escola Normal e do Liceu mineiro e os professores das respectivas instituições.

Na celebração, que aconteceu no próprio prédio da Escola Normal de Ouro Preto, foram conferidos os atestados para requerimentos de diplomas às seguintes jovens: Idalina Horta Galvão; Honorina Amelia Soares Pombo; Maria Honorina Nogueira; Luiza Carolina

---

<sup>85</sup> É importante lembrar que nem todos os alunos que concluíam o curso normal atuavam na profissão, e, por conseguinte, nem todos apresentavam seus diplomas na Secretaria da Inspeção da Instrução Pública.

Barcellos; Emmiliana Magalhães dos Reis; Antonina Augusta Ferreira e Josephina Anacleta de Souza.

De acordo com a ata da cerimônia, foi o Desembargador Francisco Faria de Lemos quem entregou os certificados para as alunas concluintes, rito esse acompanhado pela execução de peças musicais da banda marcial do Liceu mineiro, a cargo do professor José Nicodemos da Silva. Ainda conforme a ata, para abrilhantar mais a solenidade:

Fez-se assumir o piano a Ex. Sr. D. Luiza Carolina Barcellos. Fallou commissionada pelas suas colegas a Ex. Sr. D. Idalina Horta Galvão, em nome da Congregação da Escola o Sr. Dr. Camillo de Britto, seguindo-se o hynno da Escola cantado pelas alunnas (APM, IP - 138, 1886).

A normalista que assumiu o piano na cerimônia, D. Luiza Carolina Barcellos, foi a que concluiu o curso naquela turma com as melhores notas em todas as matérias. Em atestado do mesmo dia 30 de julho de 1886, o diretor Randolpho José Ferreira Bretas fez saber, ao lhe conferir o documento:

Attesto que a Ex. S. D. Luiza Carolina Barcellos, filha do Sr. João Severino de Carvalho, natural d'esta capital, cursou esta escola normal e nos exames que se submeteu, obteve aprovação com as melhores notas em todas as disciplinas do respectivo curso e, em conformidade com o art. 46 do regulamento interno, passo-lhe o presente. (APM, IP1/3 – Cx 21, doc. 01, 1886).

Do mesmo modo, no parecer dos exames dos alunos do terceiro ano, do dia 29 de julho de 1886, constava o atestado de que a estudante havia sido aprovada “[...] com distinção em Methodologia e História do Brasil, plenamente em geographia, cosmographia, desenho linear e música” (APM, IP3/3 – Cx 14, 1886).

A aluna também recebeu uma homenagem como “normalista distinta” na edição do dia 28 de julho de 1886 do jornal *A Província de Minas*<sup>86</sup>. Conforme a nota, entre as estudantes que gloriosamente haviam concluído o curso, merecia destaque a S. Luiza Carolina, pela sua dedicação e desempenho. Ainda segundo o texto “Esta jovem graciosa e altamente prezada, que iniciou com brilhantismo sua carreira na escola normal, vê agora dourar-se o fructo de seu trabalho, pondo o ponto final em seus estudos com uma brilhante nota” (A PROVÍNCIA DE MINAS, 1886).

---

<sup>86</sup> O periódico *A Província de Minas* fazia era parte do órgão conservador. Era editado na cidade de Ouro Preto e possuía como redatores os Srs. Francisco Luiz da Veiga e José Pedro Xavier da Veiga.



Filha de João Severino José de Carvalho e Izabel da Purificação Barcellos, Luiza Carolina Barcellos era natural da cidade de Ouro Preto. A moça vivia em companhia de sua mãe – pois o pai já era falecido<sup>87</sup> – na Freguesia de Antônio Dias, quando ingressou no instituto normal da capital. De acordo com os livros de registro da Escola, iniciou o primeiro ano do curso no dia 31 de outubro de 1883, com a idade de 13 anos, e, em 6 de abril de 1885, foi matriculada no último ano. A normalista obteve seu certificado de conclusão do curso muito jovem, quando contava apenas com 16 anos de idade.

Para fins de habilitação ao magistério pelo curso da Escola Normal, Luiza Carolina apresentou os documentos destinados à comprovação de seus “bons costumes”. Como testemunho favorável, o Tenente Honorário e Juiz de Paz da Freguesia de Antônio Dias – local de residência da moça – Sr. Pedro Pio Pereira, emitiu o seguinte atestado: “Attesto que a Ex. S. D. Luiza Carolina Barcellos domiciliada nesta Freguesia é de exemplar comportamento e vive em companhia de sua mãe a Ex. Sr. D. Izabel da Purificação Barcellos” (APM, IP1/3 – Cx 21, doc. 01, 1886).

De maneira semelhante, o Presbítero Secular do Hábito de São Pedro e coadjutor da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, Sr. Pedro de Alves Chagas da Conceição, emitiu um atestado confirmando o bom comportamento da normalista “Attesto a Sra D. Luiza Carolina Barcellos, moradora n’esta Freguesia é de louvável procedimento e vive em companhia da mãe D. Izabel da Purificação Barcellos, viúva do S. João Severino José de Carvalho, por ser verdade passo este” (APM, IP1/3 – Cx 21, doc. 01, 1886).

Da leitura dos jornais mineiros da época, é possível perceber que, depois de formada, Luiza Carolina passou a exercer a profissão de docente na localidade onde vivia. Em edição do dia 27 de outubro de 1890 do periódico *O Jornal de Minas*<sup>88</sup>, consta a informação de que Luiza Barcellos havia sido nomeada para reger a primeira cadeira do sexo feminino da Freguesia de Antônio Dias.

Também no jornal *O Estado de Minas Geraes* consta, em sua edição do dia 3 de setembro de 1890, informação probatória de que a ex-aluna da Escola Normal era, naquele momento, professora primária da capital. De acordo com a nota “concedeu-se á professora da

---

<sup>87</sup> Pela leitura dos livros de matrícula da Escola Normal de Ouro Preto na década de 1880, percebe-se que muitos dos estudantes eram órfãos, ou de pai, ou de mãe, ou de ambos. A título de exemplo, pela análise dos registros de matrícula dos alunos do 1º ano da turma de 1886, constata-se que, dos 30 ingressantes, 5 eram órfãos de pai (APM, IP - 133).

<sup>88</sup> *O Jornal de Minas* era editado na cidade de Ouro Preto e possuía como gerente o Sr. Francisco José Rodrigues.

Barra, freguesia de Antônio Dias da capital, D. Luiza Barcellos de Carvalho<sup>89</sup>, uma licença por trinta dias para tratar da saúde, nos termos do regulamento n. 100” (O ESTADO DE MINAS GERAES, 1890).

Outra integrante da turma de 1883 da Escola Normal de Ouro Preto, que também passou a atuar na profissão docente após a sua formatura, foi a normalista Idalina Horta Galvão. Na cerimônia de entrega dos atestados de conclusão de curso, foi essa a aluna que falou ao público lá presente, representando suas colegas. Segundo o livro de registro de matrículas da Escola, Idalina era natural da província do Espírito Santo, sendo órfã de pai e mãe. Por ter os pais falecidos, vivia sob a tutela de Emílio Soares de G. Horta<sup>90</sup>, que era figura importante da educação mineira do período<sup>91</sup>.

A jovem matriculou-se no primeiro ano da Escola Normal da então capital no dia 29 de outubro de 1883, quando tinha 16 anos de idade. Sua matrícula no terceiro ano deu-se no dia 6 de abril de 1885, então com 18 anos. O jornal *A União*, em notícia do dia 5 de outubro de 1886, informa sobre a expedição do seu diploma de normalista.

Pelas notícias dos periódicos mineiros da época, é possível inferir que Idalina Horta Galvão passou a lecionar, na década de 1890, na cidade de São João del-Rei. O jornal *O Estado de Minas Geraes*, em edição do dia 7 de fevereiro de 1891, publicou a nomeação dos professores da Escola Normal daquela cidade. No tópico referente às aulas práticas, consta o nome de Idalina Horta Galvão como docente adjunta da instituição. Por sua vez, a edição do dia 2 de fevereiro de 1896 do periódico *Minas Geraes*<sup>92</sup> veicula a nomeação da mesma normalista como regente da cadeira pública do sexo feminino da localidade.

Ao que parece, Emílio Soares de G. Horta também vivia na cidade onde sua pupila lecionava na década de 1890. O jornal *O Estado de Minas*, no dia 6 de outubro de 1897, escreve a seu respeito: “[...] homem de grande nomeada na política, ocupando noutr’ora posição saliente, sendo hoje um dos mais cultos talentos nas letras, o Sr. Emílio Soares Horta, actualmente morador em São João d’El- Rei” (O ESTADO DE MINAS, 1897).

Mas, Idalina Horta Galvão não era a única aluna da turma de 1883 que possuía um parente a serviço do governo provincial. Outra estudante da instituição era filha de um personagem conhecido na capital da província. Trata-se de Emmiliana Marcelina dos Reis

<sup>89</sup> Alguns documentos referenciam-se a normalista pelo nome de Luiza Carolina Barcellos (como os livros de registro da Escola Normal de Ouro Preto, por exemplo). Em outras fontes, porém, a moça é chamada também de Luiza Barcellos de Carvalho, ou seja, sem o seu segundo nome e com a inclusão do sobrenome de seu pai.

<sup>90</sup> Por possuírem sobrenomes muito parecidos, é possível inferir que Emílio e Idalina eram parentes.

<sup>91</sup> Em uma série de fontes sobre a instrução pública da época consta o nome do protetor de Idalina como professor, Inspetor Geral da Instrução Pública e Secretário da mesma Inspeção em vários anos da década de 1880.

<sup>92</sup> O periódico *Minas Geraes* era editado na cidade de Ouro Preto e era órgão oficial dos poderes do Estado.

Magalhães, natural da cidade de Jequiri, sendo seu pai o Tenente Antonio Luiz dos Reis Magalhães.

Emmiliana Marcelina matriculou-se no primeiro ano da Escola Normal de Ouro Preto em 31 de outubro de 1883, com 15 anos, e no terceiro ano aos 14 dias de abril de 1885, com a idade de 17 anos. O diploma da aluna foi expedido na mesma ocasião em que o de sua colega Idalina Horta Galvão<sup>93</sup>.

Os redatores do jornal *Liberal Mineiro*, na edição do dia 11 de agosto de 1886, publicaram uma homenagem à estudante supracitada pela sua formatura. Em nota intitulada “Escola Normal da Capital”, cumprimentaram a normalista pela conclusão de curso e também seu pai, Antonio Luiz dos Reis Magalhães, de quem afirmavam serem amigos íntimos. Durante a notícia, tecem uma série de elogios à moça e ao seu desenvolvimento no curso normal:

De facto, a Ex. Sra. D. Emmiliana parece que estava destinada a levantar mais alto os créditos da escola normal de Ouro Preto; pois, entre as muitas e distintas alunas que se têm aqui titulado ella é uma das que tiverão maior somma de conhecimentos científicos e pedagógicos dos quaes saberá fazer perfeita applicação no arduo exercício do magistério (LIBERAL MINEIRO, 1886).

Por sua vez, em edição do dia 3 de agosto de 1886, o jornal *A Província de Minas* também apresentou uma homenagem à normalista pela sua conclusão no curso. De maneira semelhante à nota veiculada pelo *Liberal Mineiro*, a publicação do *A Província de Minas* parabenizou a moça pelo brilhantismo na sua trajetória na Escola Normal e o seu pai Antonio Luiz dos Reis Magalhães, com quem os redatores também afirmaram manter amizade íntima. Ainda conforme o texto “Tida sempre como aluna de muito merecimento – pela sua intelligencia, applicação e aproveitamento, a Exma. Sra. D. Emmiliana é hoje uma normalista, de quem a instrucção na província valioso auxilio vai receber” (A PROVÍNCIA DE MINAS, 1886).

Pelo que as fontes indicam, era bom o desempenho de Emmiliana nas disciplinas do curso. No parecer dos exames dos alunos do terceiro ano, do dia 29 de julho de 1886, constava o atestado de que a normalista havia sido aprovada “[...] com distincção em methodologia, História do Brasil, Geographia e Cosmographia, simplesmente em música e plenamente em desenho linear.” (APM, IP3/3 – Cx 14, 1886).

---

<sup>93</sup> É importante notar que estas duas jovens, em 1886, já possuíam idade superior a 18 anos, e por isso puderam retirar seus diplomas, conforme determinava o regulamento nº 100.

Assim como no caso das outras duas alunas apresentadas, há indícios de que também essa atuou na profissão de docente primária. Em notícia do dia 14 de janeiro de 1888, o jornal *A União* informa sobre o pedido de transferência da professora Emmiliana Marcelina dos Reis Magalhães da cadeira do sexo feminino da Freguesia de São Sebastião de Coimbra para a de Sant'Anna de Jequeri, localidade de origem da moça. No mesmo sentido, o periódico *Minas Geraes*, na edição do dia 27 de agosto de 1898, apresenta a solicitação da normalista ao governo para que fosse expedida certidão do tempo líquido em que prestou serviços como professora primária pública do Estado.

Por fim, discorrer-se-á, neste tópico, acerca da trajetória de outra integrante da turma que ingressou em 1883, a aluna Martinianna Ignácia da Costa, com a peculiaridade de que essa normalista não se formou junto com as outras, só conseguindo concluir o curso anos mais tarde<sup>94</sup>. Martinianna era filha de Manoel José da Costa e ingressou na Escola Normal de Ouro Preto como ouvinte em 27 de fevereiro de 1883, matriculando-se efetivamente no dia 31 de outubro do mesmo ano, quando contava com 14 anos de idade.

No livro de registro de matrícula da Escola Normal não consta a reprovação de Martinianna Ignácia em 1883. Ainda assim, ela se inscreveu novamente no primeiro ano da instituição em 31 de abril de 1885, o que leva a concluir que a moça desistiu do curso, e voltou para a Escola quase dois anos depois<sup>95</sup>. Em 2 de abril de 1886, a estudante matriculou-se no segundo ano e, em 23 de outubro de 1888, no terceiro. Ou seja, Martinianna inscreveu-se no terceiro ano da Escola Normal dois anos após ter entrado no segundo. Pelos registros, percebe-se que a normalista só conseguiu concluir o curso depois de seis anos de seu primeiro ingresso na instituição.

Mesmo se formando mais tarde, Martinianna Ignácia da Costa também exerceu a profissão de professora. O jornal *O Estado de Minas*, em edição do dia 4 de outubro de 1890, informava sobre os atos do governo estadual, sendo um deles a concessão de uma licença de três meses de suas atividades para a então professora Martinianna Ignácia da Costa.

Já em notícia de 9 de julho de 1892 do periódico *Minas Geraes*, consta o pedido da docente no sentido de sua transferência da cadeira da povoação de José Corrêa para a da Barra da capital. Ao que parece, essa solicitação foi deferida, pois em edição do dia 20 de maio de 1894 do mesmo jornal, informa-se sobre a licença concedida de três meses à professora,

---

<sup>94</sup> Considerou-se trazer o caso desta estudante em particular, para ilustrar que, muitas vezes, os alunos não abandonavam o curso, mas saíam e voltavam eventualmente, o que fazia com que a conclusão do mesmo fosse postergada.

<sup>95</sup> Não foram encontradas nesta investigação fontes sobre o motivo específico da desistência de Martinianna Ignácia da Costa do curso, nem de sua retomada a ele dois anos depois.

lotada então na Barra, para tratar de sua saúde. Do mesmo modo, em publicação do dia 26 de abril de 1898 do jornal *Minas Geraes*, constava a concessão de mais uma licença à professora, para o tratamento, novamente, de sua saúde.

É claro que a trajetória das alunas apresentadas neste texto não reflete todo o conjunto de estudantes que passaram pela Escola Normal de Ouro Preto na década de 1880. Mas, pela caracterização dessas, é possível visualizar, ao menos em parte, o perfil e os caminhos percorridos pelos normalistas ouro-pretanos nos anos finais do século XIX. Pelas fontes, constata-se que o percurso para a conquista do diploma de docente primário, nesse contexto, era árduo e que muitos desistiam ou prolongavam o curso. Pode-se observar, também, que a boa conduta moral das estudantes era pré-requisito para a conquista do certificado.

Pela leitura da documentação sobre as alunas, é possível inferir que a denominação de normalista trazia certo prestígio social para as mulheres na época, sendo que até as filhas de figuras importantes no cenário político e social da cidade de Ouro Preto ingressavam no curso normal. Apesar da profissão não ser valorizada financeiramente nesse contexto e das incessantes críticas à formação dos docentes primários no período (como atestam os textos oficiais), é notório que as normalistas eram bem vistas socialmente na capital, pois eram elogiadas publicamente nos jornais, tanto por docentes da Escola Normal quanto por autoridades da cidade. Eram consideradas pessoas inteligentes, prendadas, de bons costumes, comportamentos exemplares e de boas índoles.

Por fim, é possível verificar que todas as quatro alunas citadas nesta pesquisa exerceram a profissão de sua formação após concluírem o curso normal<sup>96</sup>. Não foi possível precisar neste trabalho se as quatro estudantes lecionaram durante a vida inteira. Não obstante, verificou-se pelas notícias de jornais da época que, ao menos durante algum tempo, elas atuaram como lentes primárias e, quase sempre, em sua própria localidade de origem.

#### **4.4 Saberes pedagógicos ministrados na Escola Normal de Ouro Preto**

Neste tópico pretende-se discorrer sobre alguns dos conhecimentos pedagógicos ministrados no interior da Escola Normal da então capital mineira nos anos finais do Império. No acervo do Fundo da Instrução Pública do APM consta parte dos exames dos alunos da Escola Normal de Ouro Preto na década de 1880. Optou-se por trazer fragmentos de algumas

---

<sup>96</sup> Além delas, encontrou-se vestígios nesta investigação de que outras três alunas ingressantes na turma de 1883 e formadas na cerimônia de 1886 trabalharam na profissão docente após concluírem o curso normal. Em várias publicações dos jornais *Liberal Mineiro* e *A União* constam anúncios de aulas oferecidas pelas normalistas Honorina A. Soares Pombo, Maria Honorina Nogueira e Antonina Augusta Ferreira.

dessas avaliações para retratar, em partes, os conhecimentos pedagógicos lecionados no instituto formador para os futuros professores primários. Aqui serão apresentados e problematizados alguns trechos das avaliações aplicadas no ano de 1886, referentes aos pontos contemplados pela disciplina de Pedagogia do curso normal de Ouro Preto.

Pelas fontes coletadas, foi possível constatar que o espaço físico da escola primária e a sua qualidade vinham constituindo temáticas de estudo na Escola Normal da capital nesse período. Como aponta Faria Filho (2011), com a discussão cada vez maior sobre a importância da instrução escolar no decorrer do século XIX, vai se formando a ideia de que era imprescindível a construção de locais educacionais específicos para uma ação mais eficaz na instrução das crianças. Ainda segundo o mesmo autor, a escola, sobretudo nos anos finais do oitocentos, passa a fazer uso de um grande arsenal de materiais didático-pedagógicos, que não permitiam mais “[...] ficar adaptando os espaços, sob pena de não colher, destes materiais, os reais benefícios que podiam trazer para a instrução” (FARIA FILHO, 2011, p. 146).

Assim, em um contexto onde começavam a ser difundidas ideias referentes à acomodação dos estudantes em ambientes propícios, arejados e amplos, o tema passa a ser privilegiado na disciplina de Pedagogia da Escola Normal de Ouro Preto. Vale lembrar que a concretização desses novos pensamentos sobre o espaço escolar se daria, com mais afinco, a partir da implantação e proliferação dos chamados “Grupos Escolares” por todo o Brasil nos anos finais do século XIX e início do século XX.

No exame da aluna Etelvina Pombo, realizado no dia 20 de julho de 1886, a estudante conceitua o que é a escola. Escreve, primeiramente, sobre ela de maneira geral, em vários níveis, e depois sobre a escola primária em particular. Discorre, ainda, acerca de como deveriam ser os espaços ocupados por essas instituições. Segue parte do texto elaborado pela aluna:

A escola é um conjunto de objectos phisicos e de ordem moral que se prestão no ensino. Há diversas espécies de escolas, escolas primárias, secundárias, profissionais, superiores, salas de asylo ou jardins de infância. [...]. As escolas primárias são destinadas ao ensino das primeiras letras e das disciplinas elementares. Os edificios d’estas escolas devem ser amplos, bem expostos, com largos pátios arborizados ou jardins. Tudo deve imprimir certo encanto e atractivo de modo que os alumnos estejam ali em um trabalho constante [...] (APM, IP3/3 – Cx 14, doc. 28, 1886).

A respeito da mesma temática, o aluno Bento Ernesto Correa Junior, em avaliação realizada no dia 2 de julho de 1886, afirma que a escola é um lugar que esclarece a inteligência das crianças, pois elas, até a entrada no ambiente escolar, só estariam entretidas

com os brinquedos infantis. O estudante também discorre sobre a importância da disciplina e da ordem nas escolas, sendo esses, segundo ele, os únicos meios para a repressão da insubordinação própria das idades juvenis, e de transformação do ambiente educacional em uma espécie de “santuário”. Sobre as acomodações escolares, ainda pontua:

A escola deve funcionar em estabelecimento do governo, para não ficar sujeita a contínuas mudanças, deve ser central, isto é, colocada no meio da povoação, para ser mais fácil os alumnos frequentarem-na [...]. O edifício deve ser cercado e próximo a um jardim, para que seja purificado pelo perfume das flores à quase sempre nauseabunda athmosphera das escolas (APM, IP3/3 – Cx 15, 1886).

Dos exames apresentados nota-se que o prédio escolar deveria ser amplo, arejado e estar localizado em um ponto central da cidade ou povoação, para facilitar o acesso de todos os alunos. Percebe-se, também, uma preocupação maior com os espaços externos das escolas, que deveriam ser arborizados e possuir jardins. Observa-se, ainda, a necessidade de tornar o ambiente educacional mais atraente para os alunos, fazendo com que as instituições de ensino se tornassem lugares mais propícios para a aprendizagem, cativando a atenção das crianças.

Por sua vez, apesar dos discursos estrangeiros quanto à laicização do ensino começarem a chegar ao Brasil na segunda metade do século XIX, na década de 1880 o ensino da religião católica e da doutrina cristã ainda se faz presente no currículo da Escola Normal de Ouro Preto. A temática está associada ao ensino da moral, de modo que religião e moral são competências pedagógicas que se complementam nesse contexto.

Acerca do assunto, a estudante Luiza Carolina Barcellos (concluinte do curso normal com as melhores notas no ano de 1886), realizou um exame que abordava como o professor deveria ministrar os ensinamentos referentes à moral e à doutrina cristã para os seus alunos. Afirmando que não é possível existir moral sem a religião, a normalista assim discorre sobre o papel do docente primário nessa tarefa:

Não há moral sem religião, portanto o professor deve ter sempre em vista este grande princípio [...]. A practica das virtudes nas escolas primárias deve começar pela obediência, esforçando-se o professor por ser modelo tanto dessa como das outras virtudes. O professor deve nutrir as virtudes sociais e a polidez no espírito dos alumnos [...] (APM, IP1/3 – Cx 21, 1886).

Em avaliação sobre o tema realizada por Bento Ernesto Correa Junior, no dia 21 de julho de 1886, o aluno afirma ser o ensino da moral e da religião o ramo mais importante do trabalho do professor primário, requerendo do mestre grande atenção e cuidado, já que essas

competências são as que formariam a personalidade dos educandos, sobretudo os mais jovens. Ainda sobre o ensino da doutrina cristã, o estudante registra “O preceptor deve ensinar este ramo da educação popular com o fogo da convicção [...] Deve incultir-lhes o espírito principalmente a ideia de um sêr superior a tudo quanto existe, mostrando-lhes a necessidade da existencia d’este sêr” (APM, IP3/3 – Cx 14, doc. 26, 1886).

No que toca especificamente à formação das moças como docentes primárias, a questão moral é ainda mais relevante. Nesse contexto, em que se presencia a inversão de gênero na profissão docente, as mulheres passam a ser vistas como as grandes modificadoras da sociedade, e as responsáveis por formar cidadãos civilizados. A imagem da professora, assim, associa-se à da mãe, que cuida, educa, passa valores e protege.

Em teste prestado pela normalista Martinianna Ignácia da Costa (cuja trajetória também foi apresentada neste trabalho), em julho de 1884, na aula prática do sexo feminino anexa à Escola Normal de Ouro Preto, a jovem articula um texto explicando quais deveriam ser os deveres e responsabilidades das professoras das primeiras letras. Segue trecho da avaliação:

A professora é a um tempo mãe, dona de casa e instructora; tríplice missão do maior alcance moral, cujo desempenho é a pedra de toque de todas as virtudes domesticas. Á grandeza e elevação de pensamento, á distincção e elegância de maneiras, á dignidade e nobreza de caráter, deve aquella que se destina ao magistério, juntar a arte de bem mandar e dirigir, de impor obediência, attrair sympathias, infundir affeição em suas discípulas (APM, IP3/3 – cx 13, doc. 14, 1884).

Pelo fragmento apresentado, verifica-se a grande responsabilidade depositada na professora primária e as muitas funções a ela atribuídas. A docente das primeiras letras deveria assumir múltiplas tarefas, comportamentos e posturas. Teria que ser, ao mesmo tempo, mãe e instrutora, rígida e afetuosa, distinta e elegante.

Ainda conforme Martinianna, a docente primária deveria possuir os mais variados conhecimentos e demonstrar aptidão também para diversas atividades, das mais simples às mais sofisticadas. Deveria, sobretudo, ser um exemplo para as suas alunas. Quanto maior fosse a sua nobreza moral, tanto maior seria a influência sobre as discípulas. Ainda sobre a responsabilidade atribuída à professora, a normalista completa seu texto afirmando:

O espírito culto, a nobreza de caráter e a força de vontade de uma mulher imprimem tal impulso ao destino dos alumnos e filhos, que os elevam as mais brilhantes posições. Há homens notáveis que devem á prosperidade na sua



carreira á educação que receberam de suas mães (APM, IP3/3 – cx 13, doc. 14, 1884).

Observa-se, pois, que a figura da professora primária, nesse contexto, confunde-se com a da mãe, sendo seus deveres e responsabilidades muito semelhantes. Num período em que se buscava uma sociedade progressivamente civilizada pela via da educação, a mulher despontou como a mais indicada para construir a nova era que se esperava, mediante a instrução da juventude. De acordo com Villela (2011) o processo de feminização do magistério está ligado à ideia difundida, no final do século XIX, da mulher como regeneradora da sociedade, aquela dedicada ao lar e acostumada a lidar com crianças. Igualmente, neste momento, chegavam ao Brasil noções de higiene, de saúde, e a mulher se tornava a responsável para construir sociedade mais saudável.

Dos trechos de avaliação apresentados, nota-se mudanças no pensamento educacional da época, consistentes na maior preocupação com o espaço físico da escola e com a formação docente mais voltada para o público feminino. Contudo, continua-se presenciando, pelos exames analisados, a grande responsabilidade depositada no professor primário. O sucesso da instrução das novas gerações - e em especial de sua formação moral para o convívio social - estava intimamente ligado ao trabalho docente. O educador deveria assumir uma infinidade de funções e possuir uma conduta exemplar, mesmo fora do ambiente de trabalho. Era esse o profissional que se pretendia para a educação dos jovens nos anos finais do século XIX.

#### **4.5 A insatisfação governamental com as escolas normais da província**

Em meados da década de 1880, a província de Minas Gerais já contava com nove escolas normais. Porém, apesar do número expressivo, o funcionamento em geral dessas instituições não estava agradando os governantes provinciais no período, sendo recorrentes as queixas sobre os altos custos, a baixa de qualidade e a ineficiência delas.

Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no ano de 1885, o Presidente José Antonio Alves de Brito afirmou ser de extrema necessidade uma reformulação do ensino naquele momento. Sobre os docentes primários, salientou que lhes deveriam ser oferecidos mais benefícios, bem como defendeu o aumento do rigor nos processos de habilitação, a fim de que apenas os realmente interessados na profissão nela permanecessem. Segundo o presidente, era preciso converter a atividade docente em um

sacerdócio e não só em um meio de vida. No que concerne, especificamente, às escolas normais:

[...] as escolas normaes, onde se deverião preparar convenientemente os futuros preceptores; a falta de edifícios, onde commodamente funcionem as escolas; de utensílios necessários para o exercício prático das aulas; são outros tantos embaraços que ainda impedem o desenvolvimento da instrucção (MINAS GERAIS, 1885).

Pelo fragmento percebe-se que os problemas de ordem estrutural enfrentados pela Escola Normal de Ouro Preto, no recorte, também eram vivenciados pelas outras instituições da mesma natureza na província. Entretanto, apesar de extremamente graves, esses não eram os únicos empecilhos ao funcionamento dos cursos normais em Minas.

No ano de 1884 o jornal *Liberal Mineiro* publica discussões no interior da Assembleia Legislativa referentes às escolas normais da província. Em edição do dia 26 de agosto de 1884, consta a transcrição da nona sessão ordinária de 13 de agosto de 1884. Nela, o deputado Sr. C. Luz reclama sobre os poucos diplomados na província, os quais, naquele ano, não passavam de dez. Relembra que o regulamento nº 100 não previa a obrigatoriedade de atuação na profissão docente pelos concluintes dos cursos normais e acusa o governo de gastar dinheiro formando mestres que não lecionariam nas cadeiras primárias. O deputado faz referência, em particular, à Escola Normal da capital, que, muito embora fosse a mais antiga em funcionamento na província, naquele ano havia diplomado apenas um aluno<sup>97</sup>.

Em resposta ao colega, na sessão seguinte - transcrita na edição de 27 de agosto - o deputado Sr. G. da Silva afirma que Luz se contradiz, pois critica a falta de professores na província, mas deseja acabar com as escolas normais, que são os meios para a habilitação dos mestres. Na mesma sessão, outro membro da Assembleia, o Sr. Ludovice afirma<sup>98</sup> “Entre nós o que é feito a esse respeito? Escolas normaes para formarem doutores” (LIBERAL MINEIRO, 1884). O deputado acusa, pois, os cursos normais de capacitarem pessoas que não se dedicariam ao magistério primário.

Outro problema detectado nas escolas normais de Minas no período dizia respeito à baixa qualidade das avaliações realizadas pelos alunos. Em relatório apresentado à

<sup>97</sup> É importante destacar que se o número de alunos do sexo masculino que ingressava na Escola Normal da capital era pequeno, era menor ainda a quantidade de homens que depois de formados atuavam na profissão docente. Dessa maneira, pode-se entender que o curso normal proporcionava uma formação humanística de qualidade para os seus alunos, mas não garantia que estes trabalhassem no magistério público primário após a sua conclusão.

<sup>98</sup> A fala foi proferida na continuação da mesma sessão e publicada na edição do dia 28 de agosto de 1884 pelo *Liberal Mineiro*.

Assembleia no ano de 1886, o presidente informa que, ao fiscalizar os cursos normais da província, o inspetor geral teria concluído que “O ensino é estéril, as despesas improductivas, as provas de habilitação tumultuarias e relazadas, ou mentirosas e falsificadas” (MINAS GERAIS, 1886). Contudo, o presidente excetua os docentes e alunos da Escola Normal de Ouro Preto desta lista.

Para sanar todas essas dificuldades, o presidente provincial propõe a diminuição do número de escolas normais, passando a quantidade de institutos de 9 para 4. Já em discurso proferido na Assembleia no ano seguinte, em 5 de julho, o presidente em exercício, Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, sugere que o número de institutos normais deveria ser reduzido ainda mais, com funcionamento de apenas três em toda a província. Ainda conforme o pronunciamento de Figueiredo “É facto notório que as escolas normaes não tem produzido os resultados que dellas se esperavão. Urge reformal-as para que não se percão inutilmente os sacrificios da Província” (MINAS GERAIS, 1887).

Na sessão oficial do jornal *A União* do dia 10 de janeiro de 1887, consta a informação segundo a qual o inspetor geral afirmava que as escolas normais da província não correspondiam aos fins para os quais haviam sido criadas. O inspetor completa asseverando não poder haver reforma na instrução pública que não começasse pela reorganização das instituições de formação docente. Sobre esse mesmo assunto, o periódico *Revista do Ensino*<sup>99</sup>, em edição do dia 6 de janeiro de 1887, também faz referência à necessidade da reformulação das escolas normais mineiras, mas inclui outros pontos a serem objeto de mudança, tais como os conteúdos ministrados:

A reforma das escolas normaes se impõe nas circumstancias actuais como medida urgente, inadiável, imprescindível para os progressos da instrucção; e temos para nós que será estéril toda reforma que não fizer penetrar largamente nos programmas de ensino desses estabelecimentos o estudos das sciencias e naturaes (REVISTA DO ENSINO, 1887).

Pelo que as fontes indicam, era forte o discurso na época quanto à carência de reforma no ensino normal em Minas Gerais, sendo que essa reformulação deveria acontecer em diferentes áreas, começando pela sua estrutura física, passando pela organização administrativa, a qualidade dos docentes e terminando com a discussão dos conteúdos a serem abordados.

---

<sup>99</sup> O periódico *Revista do Ensino* era editado na cidade de Ouro Preto e pertencia ao professor Alcides Catão da Rocha Medrado. Sua publicação acontecia quinzenalmente.

Apesar dos relatórios presidenciais na Assembleia Legislativa dos anos de 1886 e 1887 sugerirem a redução do número de escolas normais de 9 para 4, e até para 3, no ano de 1888 ainda existiam oito instituições ativas dessa natureza em Minas<sup>100</sup>, sendo elas: a de Ouro Preto, Campanha, Diamantina, Montes Claros, Paracatú, Sabará, São João del-Rei e Uberaba.

Não obstante, em pronunciamento à Assembleia Legislativa Provincial, no dia 1.º de junho de 1888, o Presidente Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa posiciona-se, assim como seus antecessores, a favor da diminuição do número de institutos normais. Além dessa medida, o presidente recomenda, também, que se deveria “[...] dotar-as de pessoal docente habilitado, sufficientemente remunerado, dispondo de conveniente material de ensino, e dirigido por pessoas que tenham especiaes conhecimentos e aptidões” (MINAS GERAIS, 1888).

Ainda sobre a suspensão das escolas normais da província, em edição do dia 2 de agosto de 1888 do jornal *Diario de Minas*<sup>101</sup>, editado na cidade mineira de Juiz de Fora, há uma nota argumentando contrariamente ao fechamento dos institutos. A notícia menciona um projeto enviado à Assembleia pelos deputados, determinando que todos os cursos normais de Minas encerrassem suas atividades, com exceção do da capital.

No periódico, o redator posiciona-se de forma contrária ao projeto, alegando que a província era muito extensa para ter somente um curso de formação de professores. Ademais, argumenta que os normalistas, de modo geral, não possuíam grandes recursos financeiros que lhes possibilitassem custear viagens e estadia para ingresso, permanência ou conclusão do curso na cidade de Ouro Preto. É interessante observar que esse jornal não era produzido na capital e, talvez por esta razão, vinha em defesa das outras regiões da província que seriam as mais prejudicadas com a possível aprovação do projeto apresentado à Assembleia pelos deputados.

Apesar dos muitos discursos em favor da suspensão de grande parte das escolas normais de Minas Gerais, esses projetos não se concretizaram de fato. Porém, a demanda por reformas persistia.

Em fala proferida na sessão da Assembleia Provincial no dia 4 de junho de 1889, o vice-presidente, Dr. Barão de Camargos, apresenta as condições dos institutos normais mineiros naquele período. Assim como seus precursores, o Barão de Camargos reafirma que tais centros de formação não cumpriam os fins aos quais haviam sido destinados. Novamente pontua-se que, segundo o inspetor geral, os exames finais dos cursos eram avaliados com

---

<sup>100</sup> No relatório do ano de 1884 consta a informação de que se encontrava em funcionamento também a Escola Normal de Juiz de Fora. No entanto, no ano de 1888 não faz-se referência ao funcionamento desta instituição no relatório apresentando à Assembleia.

<sup>101</sup> O jornal *Diario de Minas* era editado na cidade de Juiz de Fora e seu redator era João Ribeiro Júnior.

exagerada benevolência pelos mestres, o que fragilizava ainda mais a credibilidade dos institutos e dos normalistas habilitados para regerem as cadeiras primárias.

O vice-presidente chama atenção, ainda, para o baixo número de alunos habilitados pelas escolas. Por fim, Camargos afirma: “É pois, de necessidade reorganizar-se taes escolas, e melhorar-se a posição dos normalistas, de maneira que aumentando-se dos mesmos possam dar ao magistério publico maior número de professores habilitados” (MINAS GERAIS, 1889).

Pela análise dos discursos e relatórios apresentados nesse recorte, constata-se que as reclamações sobre o funcionamento das escolas normais mineiras eram recorrentes ao longo dos anos e que os problemas apontados eram quase sempre os mesmos. Questionava-se, sobretudo, a má alocação dos institutos, seus altos custos de manutenção, a baixa qualidade dos mestres e a falta de rigor de suas avaliações, a desorganização na gestão das escolas, a baixa quantidade de diplomados - sendo menor, ainda, o número dos que se dedicavam à profissão na província.

Por outro lado, as medidas destinadas a sanar todas essas dificuldades não diferiam em muito das providências já adotadas anteriormente. Buscava-se, assim, a reorganização das Escolas mediante reformas na legislação e também a partir da suspensão de muitos dos institutos. A ideia do fechamento de centros normais justificava-se pela baixa qualidade, a alegada ineficiência, e também como uma forma de minimizar os gastos governamentais com manutenção.

É interessante observar que as críticas quanto à nova configuração dos cursos normais sucedeu logo após uma reforma ter sido executada sobre o assunto, através do regulamento nº 100. Antes dessa norma ser criada, também havia contundentes reclamações aos institutos e à instrução como um todo em Minas. A reforma teve por objetivo reorganizar o segmento. Porém, pelo que se nota, a insatisfação permaneceu e as críticas a esse respeito tornaram a surgir nos relatórios dos presidentes já no ano de 1885.

Assim, em meados da década de 1880, já se aponta a necessidade de uma nova reforma, sendo que a última tinha sido efetuada apenas dois anos antes. O que se percebe pelas discussões governamentais da época é um movimento que se inicia com a reivindicação de uma legislação e, após sua edição, o descontentamento com as modificações efetuadas, o que impulsiona, novamente, a busca por reformulações.

Por fim, o que se constata, também, é que, em meio a tantos problemas, a Escola Normal da então capital mineira parece se isentar de grande parte das queixas governamentais. No referido contexto, em momento algum sua suspensão foi cogitada, nem

os seus mestres ou sistemas avaliativos foram objeto de crítica. Entretanto, mesmo sendo tida, em certa medida, como referencial para as outras, essa Escola também passou por vários empecilhos, da mesma forma que as demais.

#### **4.6 A Escola Normal de Ouro Preto na década de 1880: percalços e êxitos**

Este tópico tem por finalidade apresentar, resumidamente, os pontos positivos e negativos identificados no funcionamento da Escola Normal da então capital mineira nos anos finais do Império. Dessa forma, serão lembrados alguns dos muitos percalços enfrentados pela instituição de formação de docentes primários de Ouro Preto ao longo da década, e também serão pontuados os êxitos obtidos pelo instituto no recorte.

Como exposto anteriormente neste texto, na década de 1880 a Escola Normal de Ouro Preto assumiu papel de centralidade no que diz respeito à formação docente provincial, servindo de referencial a ser seguido pelas outras instituições da mesma natureza na província. Como exemplo dessa postura exercida pela Escola em questão, é possível citar as leis que estipulavam a criação de outros cursos normais mineiros na década. Pela legislação nota-se que as novas instituições deveriam seguir os preceitos e regulamentos do instituto de Ouro Preto.

A Escola Normal da cidade de Uberaba foi criada pela lei nº 2.783, no dia 22 de setembro de 1881 e determinava, em seu art. 1º, parágrafo primeiro, que “O curso da escola será de três anos, compreendendo as matérias que formam o curso da escola normal da capital, e distribuídas pela mesma forma” (MINAS GERAIS, 1881).

De modo semelhante, a lei nº 3.116, de 6 de outubro de 1883, dispôs sobre a criação da Escola Normal de São João del-Rei, firmando, em seu art. 2º, que “É igualmente creada na cidade de São João d’El-Rey uma escola normal, anexa ao externato allí existente e com o mesmo regimento da da capital, que funcionará no prédio contínuo ao d’aquelle estabelecimento, e que também é próprio nacional” (MINAS GERAIS, 1883).

Em edição do dia 17 de dezembro de 1880, consta a transcrição da sessão da Assembleia Provincial do dia 30 de outubro. Nela, foi proposto um projeto de criação de uma Escola Normal na cidade do Serro. Apesar da instituição não ter sido estabelecida de fato àquele tempo, o seu projeto inicial determinava que também seguisse os preceitos do instituto de Ouro Preto “O curso da escola normal se comporá das mesmas matérias de que se compõe a da capital [...]” (A ACTUALIDADE, 1880). Assim, percebe-se que o currículo e o

regimento da Escola Normal de Ouro Preto serviam de modelo aos projetos de criação dos demais centros normais da província.

Outro segmento da Escola Normal de Ouro Preto que era tido como modelar para o restante da província, como já apontado, era o seu corpo docente. Os professores do instituto, reconhecidos e renomados intelectuais do período, não recebem as mesmas críticas apontadas em relação ao quadro de mestres dos demais cursos normais mineiros. Também as avaliações realizadas no instituto da capital não são taxadas de deficitárias, diferentemente das outras.

No entanto, os problemas de ordem estrutural do centro normal ouro-pretano são muito semelhantes aos dos localizados em outras partes da província. A Escola Normal da então capital funcionou, em grande parte da década de 1880, em ambientes divididos, alugados e improvisados. Como as fontes apontam, faltavam locais adequados para as aulas de música e práticas do sexo masculino, careciam salas para os professores, espaços para alocar a secretaria, o horto botânico, o museu pedagógico, dentre outros problemas. Também faltavam móveis e materiais adequados.

Outra realidade que era comum a todas as escolas normais da província neste contexto era a baixa quantidade de alunos formados. Ao longo da década de 1880, não foram muitos os estudantes egressos do curso normal da capital que apresentaram seus diplomas na Secretaria da Inspeção da Instrução para atuarem no magistério público mineiro. O pequeno contingente de diplomados comprometia a eficiência da instituição na sua principal tarefa: formar professores para atuarem na educação primária da província.

Ainda assim, pode-se dizer que a Escola Normal de Ouro Preto se apresentou na década de 1880 como uma boa instituição educacional, proporcionando resultados satisfatórios no que diz respeito à sua qualidade. Do mesmo modo, pelo que as fontes indicam, nos primeiros anos da década de 1890, a instituição continuou contando com docentes renomados e apresentando bons resultados.

Contudo, a transferência da capital mineira de Ouro Preto para a cidade de Belo Horizonte no ano de 1897 causou impactos de diferentes naturezas na antiga sede, inclusive no que diz respeito à instrução. A Escola Normal de Ouro Preto não permaneceu ileso à mudança. A partir da transferência do poder político e administrativo, a nova sede passou a comportar os principais institutos educacionais de Minas Gerais. Com a reforma João Pinheiro de 1906, e a conseqüente criação da Escola Normal de Belo Horizonte em 1907, esta instituição é que passou a ser o modelo para os outros cursos normais de Minas Gerais, e não mais a de Ouro Preto.

Logo após a transferência da capital para Belo Horizonte, a Escola Normal de Ouro Preto continuou funcionando, porém, já no ano de 1905 a instituição teve que fechar as suas portas pela terceira vez desde a sua criação<sup>102</sup>. O instituto foi suspenso em cumprimento da lei nº 395 de 23 de dezembro de 1904, que dizia respeito à suspensão temporária das escolas normais de todo o Estado<sup>103</sup>. A suspensão momentânea dos institutos seria justificada pelos governantes mineiros, para que eles ressurgissem já no ano seguinte de acordo com os moldes da Reforma João Pinheiro de 1906 e seguindo o perfil da Escola Normal de Belo Horizonte. No entanto, mesmo com os apelos da população da cidade, a Escola Normal de Ouro Preto só voltou a funcionar no ano de 1910, anexa ao Ginásio de Ouro Preto. O curso normal passou então a ter a duração de quatro anos, sendo seu corpo discente composto exclusivamente por estudantes do sexo feminino (PEDRUZZI, 2014).

Apesar de ter perdido parte de seu prestígio com o advento do século XX, não é possível deixar de pontuar a importância e centralidade da Escola Normal de Ouro Preto no contexto mineiro do século XIX, sendo esta a primeira instituição mineira a tentar - mesmo que muitas vezes com pouco sucesso - fornecer uma formação específica para o professor primário, em um período quando ainda se construía a ideia da necessidade da profissionalização docente em Minas Gerais e também no Brasil.

---

<sup>102</sup> A Escola Normal de Ouro Preto no contexto da Primeira República no Brasil foi objeto do Trabalho de Conclusão de Curso da autora do presente texto.

<sup>103</sup> Nesta ocasião, além da Escola Normal de Ouro Preto, foram suprimidas todas as outras nove escolas normais oficiais do Estado naquele momento, sendo elas: Paracatú, Uberaba, Montes Claros, Juiz de Fora, Sabará, Arassuahy, Campanha, Diamantina e São João Del Rey.



## CONCLUSÕES

Este trabalho se propôs a apresentar aspectos sobre o percurso da Escola Normal de Ouro Preto durante todo o período imperial brasileiro, dando foco especial para o seu funcionamento a partir da década de 1870, em que se inicia a sua terceira, última e mais duradoura fase do contexto do século XIX. Neste estudo também buscou-se atentar especificamente para os períodos de instabilidade da referida instituição, com sucessivos fechamentos, reaberturas e as suas motivações.

Em meio ao desenvolvimento desta pesquisa, constatou-se que a criação do curso normal da então capital da província de Minas Gerais fez parte de um projeto mais amplo de instrução pública do Império recém-criado, que tinha como intuito transformar a antiga colônia portuguesa em uma nação moderna, ordeira e civilizada, através da educação da juventude.

Nos primeiros anos do Império, o tema da instrução pública e da formação dos professores primários já passa a figurar nos discursos e legislações governamentais. Além disso, começa a ser debatido o melhor e mais recomendado método de ensino, que naquele contexto era o mútuo, por contemplar maior número de estudantes com baixos custos governamentais. Como parte desta nova realidade educacional, começam a surgir as primeiras escolas normais brasileiras já na década de 1830, por iniciativa das próprias províncias. É neste contexto de mudanças que se cria, através da lei provincial nº 13 de 1835, a primeira Escola Normal de Minas Gerais, na sua então capital, Ouro Preto. Mas, a instituição de formação de professores, apesar de ter sido criada no ano de 1835, só passou a funcionar realmente cinco anos depois, em 1840.

A principal justificativa para a demora em se instalar o curso normal de Ouro Preto era a falta de mestres habilitados para atuarem nele. Porém, com a volta de sua viagem a França, o docente Francisco de Assis Peregrino, designado para aprender o método adotado nos países civilizados, passou a reger a instituição. Contudo, o funcionamento da Escola em sua primeira fase foi efêmero, com seu fechamento já no ano de 1842. A justificativa oficial para a suspensão das aulas foi à morte repentina do professor acima citado. Entretanto, como apresentado ao longo desta Dissertação, outras justificativas podem ser atribuídas a esta suspensão, como a alegada dificuldade dos cofres públicos com a manutenção do instituto, sua ineficiência, e a baixa procura e frequência dos professores primários nele.

Apesar do silêncio em relação ao assunto nos discursos oficiais no período imediatamente posterior ao fechamento da instituição, não é possível dizer que a temática da

formação docente deixou de estar em pauta. Mesmo com a extinção da Escola, a reclamação em relação à má formação dos professores primários e os baixos salários destes em Minas Gerais continuava. Com o tempo, a discussão da necessidade de um local próprio e especializado para esta formação voltava à cena. A insatisfação com a educação da província neste período fez com que fosse criada a lei nº 311 de 1846, e com ela, o restabelecimento da Escola Normal da então capital mineira.

Assim, já no ano de 1847 o instituto normal de Ouro Preto voltava a funcionar. Pela norma de 1846 ficava firmado que nele deveria ser adotado o método de ensino simultâneo. A experiência mostrou, porém, que o modelo adotado em grande parte da segunda fase da Escola foi o misto, que era a junção do que havia de melhor no simultâneo e o mútuo.

Pela análise da segunda fase de funcionamento da Escola Normal de Ouro Preto o que se percebe é a centralidade dada aos métodos de ensino. As avaliações demonstram que o domínio dos conteúdos era relevante, mas que a formação moral e no método eram requisitos primordiais para a habilitação dos mestres primários. O que se observa também é que apesar de ter sido reinstalada, a instituição ainda passava por muitas dificuldades, e eram constantes as reclamações governamentais sobre a inutilidade de sua manutenção.

Conforme os documentos da época apontam, a administração provincial afirmava não possuir recursos financeiros para o fornecimento dos materiais necessários para o exercício do método ministrado na Escola Normal em todas as escolas primárias mineiras. Ou seja, se um dos objetivos principais do curso normal era habilitar os docentes primários no modelo mais adequado naquele momento, e se faltavam recursos para a implantação dele nas escolas elementares, os conhecimentos ministrados na instituição de formação faziam-se irrelevantes, bem como o custeamento da Escola. É por esta razão, entre outras coisas, que se encerram as atividades da instituição pela segunda vez no ano de 1852.

O que se percebe, pois, é que durante a primeira metade do século XIX há grande demanda por uma instituição específica para a formação dos mestres primários em Minas Gerais. Esta necessidade fez com que se criassem legislações para o estabelecimento da Escola Normal por duas vezes neste recorte. Mas, na prática, o funcionamento desta instituição atravessava uma série de dificuldades, que fazia com que o governo julgasse mais conveniente e econômico a sua suspensão. Assim, pode-se entender que o curso normal de Ouro Preto fechou suas portas em 1842 e 1852 pela junção de três fatores: a ineficiência dos métodos de ensino adotados pela Escola, a falta de docentes qualificados para regê-la, e a alegada escassez de recursos financeiros governamentais destinados ao seu funcionamento.

Dessa forma, a partir de seu fechamento em 1852, a Escola Normal de Ouro Preto só voltaria a funcionar em 1872, quase vinte anos depois. O longo período de inatividade da instituição a partir da segunda metade do século XIX é reflexo também do que acontecia no restante do Brasil neste período, ou seja, o descrédito e desprestígio da formação normal. Muitas foram às instituições da mesma natureza no Império que fecharam as suas portas ou que funcionavam de maneira instável em meados do século, como as de Niterói (Villela 1992, 2008) e de São Paulo (Monarcha, 1999), (Hilsdorf, 2008), que foram apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho. Pelo que foi apresentado neste estudo, observa-se que existiam outras maneiras de se habilitar o docente nesta época que eram consideradas mais eficazes, rápidas e baratas, como as nomeações e os concursos. Outra forma de certificação do professorado que começava a ser difundida neste recorte era a fiscalização maior do trabalho do docente primário.

Ainda assim, a discussão sobre a Escola Normal não deixou de existir nos debates dos governantes mineiros nestas duas décadas. Mesmo que no período imediatamente posterior ao segundo fechamento da instituição o assunto não tenha sido pauta nos discursos oficiais, já no final da década de 1850 a temática volta a aparecer na Assembleia. Ressurge, pois, a demanda pelo restabelecimento do instituto, bem como a criação de novos em outras partes de Minas. Porém, na prática, o estabelecimento destas escolas esbarrava, mais uma vez, na questão financeira. A reclamação pelos altos custos na manutenção destas é recorrente. Com o advento dos anos finais da década de 1860, porém, a discussão sobre a deficitária formação dos professores mineiros intensifica-se. Como uma das soluções para a resolução do problema estipula-se o estabelecimento de cursos normais na província, entre eles o da capital.

O que se percebe pela análise dos quase vinte anos de ausência da Escola Normal de Ouro Preto é que mesmo em seu período de inatividade, ela não deixou de existir. Ela continuava presente, mas no plano simbólico. Mesmo fechada, ela se mantinha viva, latente, através dos discursos. Permanece, assim, a ideia da Escola Normal como o espaço por excelência da formação do docente primário mineiro neste contexto.

Como apontado na segunda parte deste trabalho, a década de 1870 presencia o reflorescimento das escolas normais em todo o Brasil e também em Minas Gerais. Assim, o restabelecimento da Escola Normal de Ouro Preto acontece de maneira definitiva no contexto do século XIX a partir da lei nº 1769 de 1871. Com o advento da terceira fase do instituto formador o que se observa é a centralidade dada aos saberes ministrados. Dessa forma, amplia-se o tempo de duração do curso, o currículo e as competências exigidas para os candidatos ao magistério.

Pela análise da trajetória da Escola Normal de Ouro Preto ao longo do século XIX observou-se que o foco na formação dos professores primários em Minas Gerais é diferente em cada momento vivenciado pela instituição. Assim, em suas duas primeiras fases nota-se a ênfase maior dada à questão do método. Era a primeira vez no Brasil e em Minas Gerais que se pretendia uma educação primária ampla para todas as camadas sociais. Logo, o domínio do método ministrado no curso normal é que possibilitaria a instrução que se almejava pela administração mineira, ou seja, que atendesse a um grande contingente de estudantes com baixos custos para a província.

A partir da década de 1870, porém, passa a ter centralidade na Escola Normal de Ouro Preto os conteúdos ministrados. O docente primário formado através do curso normal deveria possuir o domínio de uma série de conhecimentos para fornecer uma formação completa aos seus alunos. Em um contexto em que se buscava a modernização e urbanização do Brasil, e que ideias republicanas e abolicionistas se multiplicavam, cabia ao professor primário o dever de instruir a juventude para os novos ares que se almejava para a nação.

Durante o século XIX nota-se que além do domínio do método e dos conhecimentos, os professores primários da província também deveriam transmitir uma série de valores morais para seus alunos. Era primordial que os mestres das primeiras letras instruissem a juventude para a convivência social, e para a construção da sociedade civilizada que se pretendia. Do mesmo modo, era exigido do candidato ao magistério, ingressante na Escola Normal, boa conduta moral e comportamento exemplar na sociedade. O professor deveria abnegar-se de muitas coisas para dedicar-se quase que exclusivamente ao seu ofício, devendo encará-lo como uma missão, um sacerdócio, e não somente como uma profissão.

Pela análise das fontes, constatou-se que a Escola Normal de Ouro Preto funcionou com relativa estabilidade na década de 1870. Todavia, ainda assim, a instituição não conseguia cumprir plenamente seu principal objetivo, qual seja: formar mestres para o ministério das cadeiras públicas primárias mineiras. Não foram muitos os alunos habilitados pela Escola ao longo da década de 1870 e a maior parte dos docentes em exercício na província não era normalista. Observou-se também a partir dos registros que o processo de feminilização do magistério presenciado em todo o Brasil neste período também refletia no curso normal de Ouro Preto, já que o número de mulheres ingressantes na Escola passou a superar o de homens a partir de 1872. Do mesmo modo, nos anos de 1880 o contingente feminino matriculado na Escola permaneceu maior que o masculino.

O início da década de 1880 foi marcado por novas reformas na instrução pública mineira e também no funcionamento das escolas normais da província. As modificações

foram institucionalizadas a partir do regulamento nº 100, de 1883. A legislação de 1883 estipulava uma série de mudanças no que diz respeito ao ensino normal mineiro, sendo possível destacar, neste sentido, a ampliação, novamente, do tempo de duração do curso e dos conteúdos ministrados nas escolas.

Ainda no que diz respeito à terceira fase da Escola Normal de Ouro Preto, a partir dos dados analisados, percebeu-se que o corpo docente da instituição era formado por uma série de indivíduos renomados e reconhecidos na capital da província neste período, já que eles ocupavam, quase sempre, importantes funções na esfera pública mineira, atuando como políticos, jornalistas, advogados e abolicionistas. Do mesmo modo, o corpo discente da instituição, apesar de não ser numeroso, é frequentemente referenciado como de boa qualidade pelos professores da Escola Normal e pela imprensa mineira da época. Pela apresentação de algumas das normalistas de Ouro Preto na década de 1880 observa-se que a formação no curso normal lhes conferia relativo prestígio social. Pela análise do corpo discente da instituição em sua terceira fase percebe-se também que nem sempre o percurso na Escola era fácil, e que muitos estudantes ou prolongavam o curso, ou desistiam dele em meio ao caminho.

Constatou-se ainda que apesar de contar com bons docentes e alunos, eram muitos os problemas enfrentados pela Escola Normal de Ouro Preto neste contexto, sobretudo de ordem estrutural. Durante quase toda a década de 1880 a instituição funcionou em ambientes improvisados ou divididos. Observa-se, pois, uma peregrinação do instituto de uma local para outro, sendo seu espaço muitas vezes substituído ou ocupado por outras instituições consideradas mais importantes. A busca incessante pela direção da Escola Normal por um edifício próprio perpassa por quase todos os anos da década em questão. Outra dificuldade identificada neste período, como já apontado, era o baixo número de formandos do instituto, e o número menor ainda de diplomas registrados de normalistas advindos dele.

Neste trabalho verificou-se também que nos anos finais do Império o governo mineiro reclamava, mais uma vez, sobre a baixa qualidade e a ineficiência das escolas normais da província. Logo, a demanda por reformas reaparece nos discursos governamentais. O instituto de Ouro Preto não estava isento de algumas destas reclamações, mas, ainda assim, ele se destacava em alguns pontos, como a qualidade de seus mestres, alunos e dos conteúdos ministrados. A Escola Normal da então capital de Minas Gerais possuía certa centralidade no que diz respeito à formação normal na província, servindo de referencial administrativo e curricular para os outros institutos mineiros da mesma natureza.

Nos anos iniciais da década de 1890 a Escola Normal de Ouro Preto continuou funcionando com regularidade. Contudo, com a transferência da capital para a cidade de Belo Horizonte em 1897, o seu prestígio diminuiu consideravelmente. Com a criação da Escola Normal de Belo Horizonte a partir da Reforma João Pinheiro de 1906, esta instituição é que passou a ser o modelo para os outros cursos normais mineiros. Assim, em 1905 o instituto formador de Ouro Preto fecha as suas portas pela terceira vez desde a sua criação, para que fosse reinstalado nos moldes do curso normal de Belo Horizonte. Porém, como visto (PEDRUZZI, 2014), essa reinstalação só aconteceu após vários anos e por muito tempo a cidade de Ouro Preto permaneceu sem um curso de formação para seus docentes primários.

O que se observou neste trabalho é que no século XIX a baixa qualidade da educação em Minas Gerais está associada nos discursos oficiais do governo a má formação dos professores primários ou a falta de vocação destes para o magistério. Porém, verificou-se que poucas foram às medidas tomadas a este respeito pela administração provincial neste período, e as que foram, possuíam caráter quase sempre paliativo e imediatista. Reclamava-se sobre a precariedade dos mestres das primeiras letras, mas não se desprendiam os recursos financeiros necessários para as melhorias ou estímulos nesta área.

Pelos relatos governamentais mineiros durante todo o oitocentos percebe-se que os salários, tanto dos docentes das aulas primárias quanto dos cursos normais, eram baixos e insuficientes para a subsistência digna destes mestres, o que, obviamente, não estimulava o interesse das novas gerações pela profissão. Comenta-se nos discursos governamentais sobre o desinteresse dos jovens em se candidatar ao magistério primário, sobre a pouca procura pelas escolas normais, a evasão presenciada nelas ou ainda pelos escassos normalistas que efetivamente atuavam na profissão após o término do curso. Entretanto, pouco foco se dava para a resolução da raiz principal do problema, que era a baixa valorização econômica do ofício docente.

Além disso, nota-se que em todo o século XIX discutiu-se no governo mineiro sobre a necessidade de recursos materiais para a criação e manutenção das escolas normais, entre elas a de Ouro Preto. Contudo, na prática, poucos investimentos eram alocados para esta área. Muitas vezes, os pronunciamentos oficiais culpam unicamente a formação dos professores para o sucesso ou não da instrução pública primária provincial, mas não busca-se oferecer as condições materiais e estruturais necessárias para a formação desses docentes. Percebe-se, pois, que o problema da formação é amplamente mobilizado, embora as condições de trabalho dos docentes e a estrutura das escolas normais não são modificadas e melhoradas.

No caso específico da Escola Normal de Ouro Preto, estes problemas, associados a muitos outros, são presenciados em quase todo o século, ocasionando crises, fechamentos e reformas das mais variadas. Apesar de ter sido o primeiro instituto normal criado na província, a Escola nunca deixou de passar por dificuldades de diferentes naturezas. De maneira geral, as maiores reclamações ao longo do século sobre o instituto diziam respeito justamente aos seus altos custos, as dificuldades dos cofres públicos na sua manutenção, e o número incipiente de alunos habilitados por ele.

Mas, ainda assim, não se pode deixar de pontuar os êxitos alcançados por esta instituição ao longo dos anos, principalmente no que diz respeito aos esforços de seus protagonistas. Como apresentado neste trabalho, em meio às dificuldades, vários gestores e professores do curso normal em suas três primeiras fases promoveram iniciativas para melhorar o funcionamento e a qualidade do ensino ministrado na Escola.

Além disso, a Escola Normal de Ouro Preto se consolida como o lugar de se estabilizar discursos, de dizer que a formação pela via dos cursos normais era fundamental. A instituição se torna, pois, o lugar por excelência da habilitação dos professores, cumpre, assim, o papel de legitimadora da ideia da formação como primordial para a prática docente. A partir de sua criação estabelecem-se os critérios para estipular o professor qualificado (o normalista) e o não qualificado (o que não formou-se pelo curso normal).

Outro mérito da Escola Normal de Ouro Preto, especialmente falando a partir de sua reabertura na década de 1870, é a inserção da mulher na esfera pública, através do curso normal. Além de formar professoras para atuarem no magistério público primário, o instituto de Ouro Preto permitiu também a possibilidade de uma formação intelectual e humanística mais ampla para as mulheres mineiras nos anos finais do Império. Logo, a Escola Normal se apresenta como uma das únicas vias possíveis para a habilitação profissional feminina na época, e para o auxílio no processo de transferência da mulher do mundo privado, para o espaço público.

Assim, e levando em consideração a sua longa trajetória, é possível constatar a relevância e centralidade da Escola Normal de Ouro Preto no contexto educacional mineiro do século XIX, ainda que em alguns períodos apenas simbolicamente. É nela que se estabiliza, principalmente, a ideia da necessidade da formação docente especializada em Minas Gerais. Mesmo passando por uma série de problemas ao longo de todo o oitocentos, como a sua questionada ineficiência em vários momentos, e apesar de suas muitas crises, reformas, fechamentos e reaberturas, a Escola nunca deixou de ser importante e de se fazer presente, sobretudo nos discursos da sociedade e das autoridades. Além disso, esta instituição foi a

primeira a tentar fornecer uma formação específica para os professores das primeiras letras na província, em um período em que ainda se erguia a ideia da profissionalização e da formação especializada do docente primário em Minas Gerais e também no Brasil.

É importante destacar, por fim, que o trabalho ora desenvolvido buscou apresentar um panorama geral do percurso da Escola Normal de Ouro Preto no contexto do século XIX, em vários aspectos. Porém, não foi possível e nem o objetivo do texto tratar com detalhes todos os pontos que dizem respeito à instituição neste vasto recorte. As fontes aqui utilizadas e muitas outras no universo do objeto possibilitam uma série de discussões sobre a formação do docente primário mineiro neste período. Nem todas puderam ser trabalhadas em profundidade neste estudo, em primeiro lugar devido ao tempo para o desenvolvimento de uma dissertação no modelo de pós-graduação no Brasil, e em segundo, porque nenhuma pesquisa esgota suas possibilidades de análise de fontes. Entretanto, espera-se que esta investigação tenha aberto outras nuances para a pesquisa na história da educação regional. Os conhecimentos ministrados na Escola Normal, suas diferentes fases, seus alunos, professores, sua estrutura, legislação, e discussões políticas em torno dela, possibilitam uma série de novas pesquisas. Dessa forma, sem a pretensão de esgotar o tema, que é rico e vasto, este estudo pretendeu contribuir para reflexões sobre a história da educação em Minas Gerais e trazer elementos para aprofundamentos em possíveis investigações futuras.



## FONTES CONSULTADAS

### ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Atestados, Certificados e outros, Notação IP - 37, 1876 – 1880.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Atestados, Certificados e outros, Notação IP - 41, 1880 – 1885.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Atestados, Procurações e Certificados, Notação IP1/6 – Caixa 01, doc 03, 1827.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Atestados, Procurações e Certificados, Notação IP1/6 – Caixa 01, doc 05, 1828.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Atestados, Procurações e Certificados, Notação IP1/6 – Caixa 01, doc 06, 1833.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Atestados, Procurações e Certificados, Notação IP1/6 – Caixa 01, doc 12, 1848.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Diversos, IP1/7 – Caixa 01, doc 11, 1872.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc 02, 1873.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc 03, 1876.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc 11, 1885.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc 23, 1885.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc 28, 1887.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc 38, 1889.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc 01, 1886.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação interna, Subsérie Atas, Notação IP - 63, 1872.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação interna, Subsérie Atas, Notação IP - 138, 1883.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação interna, Subsérie Diversos, Notação IP3/5 – Caixa 01, 1885.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP/04, 1847.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP - 26, 1872 – 1879.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP - 123, 1877 – 1883.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP - 23, 1871 – 1890.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP - 133, 1883 – 1890.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP - 135, 1883 – 1893.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Provas e Pareceres, Notação IP3/3 – Caixa 11, 1832.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Provas e Pareceres, Notação IP3/3 – Caixa 11, 1832.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Provas e Pareceres, Notação IP3/3 – Caixa 11, 1833.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Provas e Pareceres, Notação IP3/3 – Caixa 13, doc 14, 1884.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Provas e Pareceres, Notação IP3/3 – Caixa 14, 1886.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Provas e Pareceres, Notação IP3/3 – Caixa 14, doc 26, 1886.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Provas e Pareceres, Notação IP3/3 – Caixa 14, doc 28, 1886.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Provas e Pareceres, Notação IP3/3 – Caixa 14, doc 56, 1886.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Provas e Pareceres, Notação IP3/3 – Caixa 15, 1886.

## LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição (1824) Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1824.

BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1827.

BRASIL. Lei imperial de n. 40 de 3 de outubro de 1834. Coleção de leis Império do Brasil do ano de 1834.

BRASIL. Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, p. 147, 1871.

MINAS GERAIS, Instrução Pública. Lei n° 13, de 28 de março de 1835. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

MINAS GERAIS, Instrução Pública. Lei n° 311, de 8 de abril de 1846. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

MINAS GERAIS, Instrução Pública. Lei n° 516, de 10 de setembro de 1851. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

MINAS GERAIS, Instrução Pública. Lei n° 960, de 5 de junho de 1858. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

MINAS GERAIS, Instrução Pública. Lei n° 1769, de 4 de abril de 1871. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

MINAS GERAIS, Instrução Pública. Lei n° 2783, de 22 de setembro de 1881. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

MINAS GERAIS, Instrução Pública. Lei n° 3116, de 6 de outubro de 1883. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

MINAS GERAIS, Instrução Pública. Lei n° 395, de 23 de dezembro de 1904. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

MINAS GERAIS, Instrução Pública. Regulamento n° 44, de 1859. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

MINAS GERAIS, Instrução Pública. Regulamento n° 62, de 11 de abril de 1872. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

MINAS GERAIS, Instrução Pública. Regulamento n° 100, de 19 de junho de 1883. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

## OBRAS

COUSIN, Victor. De l'instruction publique en Allemagne, en Prusse Et En Hollande. Société Belge de Librairie, Bruxelles, 1841.

DALIGAULT. Curso Pratico de Pedagogia. Tradução de Franc de Paulicéia M. de Carvalhos. Santa Catharina. Typographia de Ribeiro & Caminha. 1870.

DUMONT, Prosper. De l'education populaire et des écoles normales primaires; 1<sup>o</sup> Vol. Paris: 1841.

HIPPEAU, M.C. A instrução pública nos Estados Unidos. Escolas públicas/ Colégios/ Universidades/ escolas especiais. Relatório dirigido ao Ministro de Instrução Pública em França. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871.

MATTER, Jacques. L'Instituteur primaire. Par l'auteur du Visiteur des écoles. Paris, L.Hachette, 1832.

MATTER, Jacques. Le visiteur des écoles. 2<sup>a</sup> ed., Paris: 1838.

PAROZ, Jules. Histoire Universelle de la Pédagogie renfermant lês systèmes et lês méthodes d'enseignement des temps anciens et modernes, lês biographies de tous lês pédagogues célèbres Ldéveloppement progressif de l'école depuis la scolastique jusqu'a nos jours la comparasion et la caractéristique des pédagogies anglaise, allemande et français. Paris: Delagrave, 1868.

RENDU, Eugène. De l'instruction primaire à Londres dans ses rapports avec l'état social, 2<sup>e</sup> édition, 1854.

## **PERIÓDICOS MINEIROS**

A Actualidade – 1800, 1881.

A Cidade – 1902

A Província de Minas – 1882, 1885, 1886, 1888.

A União – 1886, 1887, 1888, 1889.

Astro de Minas – 1835

Correio Official de Minas – 1859

Diário de Minas (Ouro Preto) – 1866, 1873, 1874, 1875.

Diário de Minas (Juiz de Fora) – 1888

Liberal Mineiro – 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1888.

Livro da Lei Mineira – 1835

Minas Geraes – 1892, 1894, 1896, 1898.

Noticiador de Minas – 1871, 1872.

O Baependyano - 1888

O Bem Público – 1860

O Compilador – 1847

O Constitucional – 1878

O Correio de Minas – 1842

O Estado de Minas Geraes – 1890, 1891, 1897.

O Jornal de Minas – 1890, 1891.

O Universal – 1825, 1835, 1840, 1842.

Revista do Ensino – 1887

## **RECENSEAMENTO**

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA (DGE), Recenseamento Geral do Império de 1872, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876, 12 volumes.

## **RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS**

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1837 pelo presidente da provincia, Antonio da Costa Pinto. Ouro-Preto, Typ. do Universal, 1837.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinaria do anno de 1840 pelo presidente da provincia, Bernardo Jacintho da Veiga. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1840.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1842, pelo vice-presidente da provincia, Herculano Ferreira Penna. Ouro- Preto, Typ. do Correio de Minas, 1842.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente

da provincia, Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1843.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1844 pelo presidente da provincia, Francisco José de Souza Soares d'Andrea. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1844.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1845 pelo vice-presidente da provincia, Quintiliano José da Silva. Ouro Preto, Typ. Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1845.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1846, pelo presidente da provincia, Quintiliano José da Silva. Ouro Preto, Typ. Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1846.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1847 pelo presidente da provincia, Quintiliano José da Silva. Ouro Preto, Typ. Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1847.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1848 pelo presidente da provincia, Bernardino José de Queiroga. Ouro Preto, Typographia Social, 1848.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1849 pelo presidente da provincia, José Idelfonso de Sousa Ramos. Ouro Preto, Typ. Imp. de B.X.P. de Souza, 1849.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatorio do presidente da provincia de Minas Geraes, o ill.mo e ex.mo dr. Alexandre Joaquim de Siqueira, na abertura da sessão extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de março de 1850. Ouro Preto, Typ. Social, 1850.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatorio que á Assembléa Provincial da provincia de Minas Geraes, apresentou na sessão ordinaria de 1851 o doutor José Ricardo de Sá Rego, presidente da mesma provincia. Ouro- Preto, Typ. Social, 1851.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatorio que á Assembléa Provincial da provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1852, o doutor Luiz Antonio Barboza, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1852.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatorio que á Assembléa Provincial da provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1853 o doutor Luiz Antonio Barboza, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1853.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1854, o presidente da provincia, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1854.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório que á Assembléa Provincial da provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1855, o doutor Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1855.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinaria de 1856, o conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1856.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinaria de 1857 o conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. Provincial, 1857.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinaria de 1858 o conselheiro Carlos Carneiro de Campos, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. Provincial, 1858.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório Presidente Carneiro de Campos, 06 de abril de 1859.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório vice-presidente Ribeiro da Luz, 21 de setembro de 1859.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório Presidente Carneiro de Campos, 22 de abril de 1860.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinari [sic] de 1861 o illm.o e exm. sr. conselheiro Vicente Pires da Motta, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. Provincial, 1861.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório que a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1862 o coronel Joaquim Camillo Teixeira da Motta, terceiro vice-presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. Provincial, 1862.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório que á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1863 o conselheiro João Crispiano Soares, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. de Minas Geraes, 1863.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão extraordinaria de 1863 o doutor Fidelis de Andrade Botelho, quarto vice-presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Minas Geraes, 1864.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1865 o desembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Minas Geraes, 1865.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1866 o 2.º vice-presidente, Joaquim José de Sant' Anna. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1866.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório Presidente Saldanha Marinho, 30 de junho de 1867.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1868 o presidente da provincia, José da Costa Machado de Souza. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1868.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinária de 1869 pelo presidente da mesma provincia, dr. José Maria Corrêa de Sâe Benavides. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1870.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1870 o vice-presidente, dr. Agostinho José Ferreira Bretas. Ouro Preto, Typographia Provincial, 1870.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia de Minas Geraes na sessão extraordinaria de 2 de março de 1871 pelo presidente, o illm. e exm. sr. doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1871.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1871 o vice-presidente Francisco Leite da Costa Belem. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1871.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla com que o illm. e exm. sr. dr. Francisco Leite da Costa Belem, 2.º vice-presidente da provincia de Minas Geraes, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto da abertura da 19.ª legislatura em 17 de maio de 1872. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, [n.d.]

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1873 o presidente da provincia, Venancio José de Oliheira [sic] Lisboa. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1873.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1874 o vice-presidente, Francisco Leite da Costa Belem. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1874.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por ocasião de sua installação em 9 de setembro de 1875, pelo illm. e exm. sr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da provincia. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1875.



MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria de 1876 pelo presidente da mesma provincia, barão da Villa da Barra. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1876.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes por ocasião da installação dos trabalhos da segunda sessão da vigesima primeira legislatura, dirigio o illm. e exm. sr. conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello, presidente da mesma provincia, em 17 de agosto de 1877. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1877.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por ocasião da installação da 1.a sessão da 22.a legislatura, dirigio o illm. e exm. sr. conselheiro senador Francisco de Paula da Silveira Lobo, presidente da mesma provincia, em 10 de agosto de 1878. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1878.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, na abertura da 2.a sessão da 22.a legislatura a 15 de outubro de 1879 pelo illm. e exm. sr. dr. Manoel José Gomes Rebell Horta, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1879.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes dirigio em 25 de setembro de 1880 o exm. sr. conego Joaquim José de Sant'Anna, 2.o vice-presidente da mesma provincia, por ocasião da abertura da 1.a sessão ordinaria da 23.a legislatura. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1880.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório vice-presidente Sant'Anna, 22 de janeiro de 1880.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou o exm. sr. senador João Florentino Meira de Vasconcellos, por ocasião de ser installada a mesma Assembléa para a 2.a sessão ordinaria de 23.a legislatura em 7 de agosto de 1881. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1881.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla que o exm. sr. dr. Theophilo Ottoni dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes, ao installar-se a 1.a sessão da 24.a legislatura em o 1.o de agosto de 1882. Ouro Preto, Typ. de Carlos Andrade, 1882.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2.a sessão da 24.a legislatura em 2 de agosto de 1883. Ouro Preto, Tipographia do Liberal Mineiro, 1883.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na 1.a sessão da 25.a legislatura em 1.o de agosto de 1884. Ouro Preto, Typ. do Liberal Mineiro, 1884.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla que o exm. sr. desembargador José Antonio Alves de Brito dirigio á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2.a sessão da 25.a legislatura em o 1.o de agosto de 1885. Ouro Preto, Typ. do Liberal Mineiro, 1885.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório Presidente Aquino e Castro, 13 de abril de 1885.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório Presidente Machado Portella, 13 de abril de 1886.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla que o exm. sr. dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes na segunda sessão da vigesima sexta legislatura em 5 de julho de 1887. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1887.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório vice-presidente Souza Magalhães, 1 de janeiro de 1887.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Relatório vice-presidente Souza Magalhães, 20 de agosto de 1887.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla que á Assembléa Provincial de Minas Geraes dirigiu o exm. sr. dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, presidente da provincia, ao instalar-se a primeira sessão da vigesima setima legislatura em 1.o de junho de 1888. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1888.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa Provincial. Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes dirigio por ocasião da installação da 2.a sessão da 27.a legislatura em 4 de junho de 1889 o 1.o vice presidente da provincia, dr. barão de Camargos. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1889.

## **SITES CONSULTADOS**

<https://archive.org>, acesso dezembro de 2015.

<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/>, acesso em novembro de 2015.

<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>, acesso em abril de 2015.

<https://books.google.com/?hl=pt-BR>, acesso dezembro de 2014.

<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>, acesso em março de 2015.

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>, acesso em fevereiro de 2015.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Leandro Braga de. Negócios capitais: práticas mercantis, negociantes e elites urbanas na Imperial Cidade de Ouro Preto. c. 1822 – c. 1864. Tese (doutorado) UFRJ/IH/ Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013.

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de.; CARVALHO, Carlos Henrique de. Civilidade, legislação e escolarização primária em Minas Gerais: a organização da instrução pública (1835-1889). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.46, p. 278-292, jun 2012.

\_\_\_\_\_. A educação no Brasil Império: análise da organização da instrução na Província de Minas Gerais (1850-1889). História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 28 p. 105-133, Maio/Ago 2009.

ANUNCIACÃO, Ana Luzia da. Pedagogia Liberal e instrução pública na província de Minas Gerais: A Escola Normal de Ouro Preto (1835- 1852). Dissertação de Mestrado, PPGHis/UFOP, Mariana, 2011.

ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (orgs.). As Escolas Normais no Brasil: do Império à República. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

BASTOS, Maria Helena Camara. A formação de professores para o ensino mútuo no Brasil: O “Curso normal para professores de primeiras letras do Barão de Gérando” (1839). História da Educação. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, abril. 1998.

\_\_\_\_\_. Espelho de papel: a Imprensa e a História da Educação. In. GATTI JÚNIOR, Décio; ARAÚJO, José Carlos Souza. Novos Temas em História da Educação Brasileira. Instituições Escolares e Educação na Imprensa. Campinas, SP: Editores Associados, 2002.

\_\_\_\_\_. O ensino monitorial/mútuo no Brasil (1827-1854). In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. II: século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. Educação pública e independências na América Espanhola e Brasil: Experiências lancasterianas no século XIX. Revista História da Educação Latinoamericana. Vol 14, n. 18, enero – junio 2012.

BUFFA, Ester. História e filosofia das Instituições Escolares. In. GATTI JÚNIOR, Décio; ARAÚJO, José Carlos Souza. Novos Temas em História da Educação Brasileira. Instituições Escolares e Educação na Imprensa. Campinas, SP: Editores Associados, 2002.

\_\_\_\_\_ Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In. SAVIANI, Dermeval. Instituições Escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007.

BUFFA, Ester.; NOSELLA, Paolo. Schola Mater: a antiga escola normal de São Carlos – 1911 a 1933. FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_ Instituições Escolares: por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2009.

BURKE, Peter. Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_ O que é história cultural? Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARVALHO, Carlos Henrique de.; ARAUJO, José Carlos Souza.; NETO, Wenceslau Gonçalves. Discutindo a História da Educação: A imprensa enquanto objeto de análise história (Uberlândia – MG, 1930 – 1950). In. GATTI JÚNIOR, Décio; ARAÚJO, José Carlos Souza. Novos Temas em História da Educação Brasileira. Instituições Escolares e Educação na Imprensa. Campinas, SP: Editores Associados, 2002.

CASTANHA, André Paulo. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. Revista brasileira de história da educação. n. 11, janeiro/junho 2006.

CHAMON, Carla Simone. Escolas de artes e ofícios mecânicos em Minas Gerais em fins do Império. Cadernos de História da Educação (Online), v. 13, p. 569-591, 2014.

CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_ História hoje: dúvidas, desafios, propostas. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.

CHIZZOTTI, Antônio. A constituinte de 1823 e a educação. In: FÁVERO, Osmar (org.) A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988). 3 ed, Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O Jornal e outras fontes para a História da Educação Mineira do século XIX: uma introdução. In: GATTI JÚNIOR, Décio; ARAÚJO, José Carlos Souza. Novos Temas em História da Educação Brasileira. Instituições Escolares e Educação na Imprensa. Campinas, SP: Editores Associados, 2002.

\_\_\_\_\_ Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de.; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de.; CHAMON, Carla Simone.; ROSA, Walquiria Miranda. Educação elementar: Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; MACEDO, Elenice Fontoura de Paula. A feminização do magistério em Minas Gerais (1860-1910): política, legislação e dados estatísticos. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004, Curitiba -Pr. III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. As lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005.

FERREIRA, Fabiana Patrícia. A circulação dos livros escolares nas escolas públicas de ensino elementar de Minas Gerais (1870-1880). Universidade Federal de São João Del Rei. Dissertação de Mestrado, 2011.

FERREIRA, Rita de Cássia Oliveira. A Escola Normal da Capital: Instalação e organização (1906-1916) Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, 2010.

GATTI JÚNIOR, Décio. A História das Instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In. GATTI JÚNIOR, Décio; ARAÚJO, José Carlos Souza. Novos Temas em História da Educação Brasileira. Instituições Escolares e Educação na Imprensa. Campinas, SP: Editores Associados, 2002.

GATTI JÚNIOR, Décio.; PESSANHA, Eunize Caldas. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In. GATTI JÚNIOR, Décio.; INÁCIO FILHO, Geraldo. História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas: Autores Associados, 2005.

GINZBURG, Carlo. O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares.; JINZENJI, Mônica Yumi. Escolarizar para moralizar: discursos sobre educabilidade da criança pobre (1820-1850). Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 114-132, jan./ abr. 2006.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares.; ROSA, Walquíria Miranda. História da Escola Normal em Minas Gerais (1835-1906). In. PEIXOTO, Anamaria Casasanta.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.) Lições de Minas – 70 anos de Secretaria da Educação. Secretaria de Estado da Educação do Estado de Minas Gerais, 2000.

GOUVEIA, Maria Cristina. Mestre: profissão professor. Processo de profissionalização docente na Província mineira no período imperial. Revista brasileira de História da Educação. n°2 jul./dez. 2001.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. História da educação brasileira: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

\_\_\_\_\_ A Escola Normal de São Paulo, entre o nós e o outro. In: ARAÚJO, José Carlos Souza.; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas.; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (orgs.). As Escolas Normais no Brasil: do Império à República. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

INÁCIO, Marcilaine Soares.; ROSA, Walquíria Miranda.; SALES, Zeli Efigênia Santos de.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escola, Política e Cultura: A Instrução Elementar nos Anos Iniciais do Império Brasileiro. Belo Horizonte: Argumentvm, 2006.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da escola normal no Brasil (1870-1910). Revista brasileira de estudos pedagógicos, v.79, n.193, p.63-71, set./dez. 1998.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Professores políticos e alunos grevistas: a Escola Normal e o Movimento Separatista- Campanha (MG) - 1892. In: VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas -, 2006, Campinas. 20 anos de HISTEDBR: Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas: UNICAMP, 2006. v. 01.

LOMBARDI, José C. História e Historiografia da Educação no Brasil. III Colóquio do Museu Pedagógico, 2003, Universidade Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BH.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). História e Memórias da Educação no Brasil. Vol. II – Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco, 2004.

\_\_\_\_\_. História das Instituições educacionais em perspectiva. In. GATTI JÚNIOR, Décio.; INÁCIO FILHO, Geraldo. História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas: Autores Associados, 2005.

MARTINS, Amanda da Silva. Um passado para Minas Gerais: os professores da Escola Normal de Ouro Preto e a construção do tempo (1870-1889). Universidade Federal de Ouro Preto. Dissertação de Mestrado, 2010.

MIGUEL, Maria Elisabeth B. Os arquivos e fontes como conhecimento da História das Instituições Escolares. In. SAVIANI, Dermeval. Instituições Escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007.

MIZUTA, Celina Midori Murasse.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de.; PERIOTTO, Marcília Rosa (org). Império em debate: Imprensa e educação no Brasil oitocentista. Maringá: Eduem, 2010.

MONARCHA, Carlos. A Escola Normal da Praça: o lado noturno da luzes. Campinas: Unicamp, 1999.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Ler, Contar e Escrever: Educação e livros no Rio de Janeiro joanino (1808-1821). História: Questões & Debates, Curitiba: Editora UFPR, n. 60, p. 163-188, jan./jun. 2014.

NORONHA, Olinda M. Historiografia das Instituições Escolares: Contribuição ao debate metodológico. In: SAVIANI, Dermeval. Instituições Escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007.

OLIVEIRA, Eliana de. O processo de produção da profissão docente: profissionalização, prática pedagógica e associativismo dos professores públicos primários em Minas Gerais (1871-1911). Faculdade de Educação Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, 2011.

PAIVA, Clotilde Andrade.; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da.; MATTOS, Hebe.; FRAGOSO, João. (Orgs.). Escritos sobre história e educação - homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Mauad e Faperj, 2001.

PEDRUZZI, Jumara S. A Escola Normal de Ouro Preto: Instituição, sujeitos e Formação Docente (1889-1929). Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

PESAVENTO, Sandra J. História e História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

ROCHA, Adair José dos Santos. A educação feminina nos séculos XVIII e XIX: intenções dos bispos para o recolhimento nossa senhora de macaúbas. Faculdade de Educação Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, 2008.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. Minas e os primórdios da Educação. In. PEIXOTO, Anamaria Casasanta.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.) Lições de Minas – 70 anos de Secretaria da Educação. Secretaria de Estado da Educação do Estado de Minas Gerais, 2000.

ROSA, Walquíria Miranda. Instrução pública e profissão docente em Minas Gerais (1825-1852). Faculdade de Educação Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, 2001.

SCHELBAUER, Anaete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. II: século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SALES, Zeli Efigênia Santos. O Conselho Geral da Província e a Política de Instrução Pública em Minas Gerais (1825-1835). 2005. (Mestrado em Educação). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

SANFELICE, José L. História das Instituições Escolares. In. SAVIANI, Dermeval. Instituições Escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007.

---

\_\_\_\_\_. História e Historiografia das Instituições Escolares. Revista HISTEDBR Online, Campinas, n.35, p. 192-200, set.2009.



SCHELBAUER, Anaete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. II: século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Instituições Escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007.

\_\_\_\_\_. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPED; Autores Associados, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologias do trabalho científico. 23ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Lucílio Luís. Educação e trabalho para o progresso da Nação: O Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto (1886-1946). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, 2009.

SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: FÁVERO, Osmar (org.) A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988). 3 ed, Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

TANURI, Leonor. História da formação de professores. Revista Brasileira de Educação, ANPED, n.14, maio/jun./jul./ago. 2000.

VALDEMARIN, Vera Tereza. Estudando as Lições de Coisas. Campinas; São Paulo: Autores Associados, 2004.

VIANA, Fabiana da Silva. Relações entre governo, escola e família no processo de institucionalização da instrução pública elementar em Minas Gerais (1820-1840). Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, UFMG. Belo Horizonte, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma ampliação da noção de documento Escolar. In. SAVIANI, D. Instituições Escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. A primeira Escola Normal do Brasil. In: NUNES, Clarice. O Passado Sempre Presente. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_ Do artesanato à profissão: representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). História e Memórias da Educação no Brasil. Vol. II – Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_ A Primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). As Escolas Normais no Brasil: do Império à República. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

\_\_\_\_\_ O Mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.